

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

SARITA MERCEDES FERNANDEZ

DA DIVERSIFICAÇÃO À ESPECIALIZAÇÃO:
ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE TABACO EM
SOBRADINHO/RS

Porto Alegre

2010

SARITA MERCEDES FERNANDEZ

DA DIVERSIFICAÇÃO À ESPECIALIZAÇÃO:
ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE TABACO EM
SOBRADINHO/RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Co-Orientadora: Profa Dra. Saionara Araújo Wagner

Série PGDR – Dissertação nº 123

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

F363d Fernandez, Sarita Mercedes

Da diversificação à especialização : origem e evolução dos sistemas produtivos de tabaco em Sobradinho/RS / Sarita Mercedes Fernandez . – Porto Alegre, 2010.
138 f. : il.

Orientador: Lovois de Andrade Miguel.

Co-orientador: Saionara Araújo Wagner.

(Série PGDR – Dissertação, n. 123).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

1. Fumicultura : Agricultura familiar. 2. Sistema de produção : Tabaco : Sobradinho (RS). I. Miguel, Lovois de Andrade. II. Wagner, Saionara Araújo. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. IV. Título.

CDU 631.151

SARITA MERCEDES FERNANDEZ

DA DIVERSIFICAÇÃO À ESPECIALIZAÇÃO:
ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DE TABACO EM
SOBRADINHO/RS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de junho de 2010.

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel – Orientador

UFRGS

Profa. Dra. Saionara Araújo Wagner - Co-Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Egon Roque Frohlich

UFRGS

Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado

UFRGS

Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza

PUCRS

Dedico este trabalho aos agricultores familiares do Rio Grande do Sul que contribuem com o suor dos seus rostos para o desenvolvimento do Brasil, em seu amplo significado.

Esses homens merecem a consideração da Academia, pois sem eles não haveriam os estudos nas áreas rurais. Quando se chega às portas dos agricultores seja para aplicação de um questionário de pesquisa, ou para uma entrevista, lá se apresentam eles para sermos ouvidos, quando em muitos momentos, dever-se-ia ouvir mais e contribuir de forma aberta com as suas sugestões. Afinal de contas, quem conhece mais o local onde mora, senão esses homens que labutam diariamente em seus campos, que se empenham nas associações e cooperativas de classe, ou nos sindicatos rurais, enfim, em todos os locais em que trabalham para o cumprimento das ações de desenvolvimento.

Por esses motivos esta dissertação tenta ter uma linguagem mais acessível a todos que se interessem pelo tema da Fumicultura e a autora gostaria que esse trabalho não permanecesse nas prateleiras da Universidade.

Finalmente, não basta exprimir em tabelas e quadros o que se pesquisa é preciso que os números e palavras sejam acessíveis e compreendidos por todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e a todos os aliados, que atuaram como “anjos” e contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, são eles:

Meus pais (sem o patrocínio deles não teria iniciado esse novo Mestrado);

Meus orientadores, Lovois de Andrade Miguel e Saionara Araújo Wagner, que atuaram como amigos, parceiros e idealizadores da construção dessa pesquisa;

Ao professor Sérgio Schneider e Miguel Ângelo Perondi pela oferta de trabalho que garantiu a execução da pesquisa de campo;

Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo investimento monetário na pesquisa de campo, especialmente, agradecendo à consultora responsável Adriana Calderan Gregolin;

Aos técnicos e coordenadores do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), principalmente à família Oliveira, e à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) pela gentileza no fornecimento de informações e apoio para a pesquisa dos dados de campo;

Aos professores do PGDR que forneceram a base sólida para a construção do conhecimento na área de Desenvolvimento Rural e aos funcionários que colaboram para a logística do curso;

Aos professores que aceitaram o convite para a banca examinadora e contribuíram para esse trabalho, professores Egon Roque Fröhlich e João Armando Dessimon Machado, do PGDR e professor Osmar Tomaz de Souza, da PUCRS;

Ao grupo de professores e funcionários do PLAGEDER que propiciaram a minha experiência de docência na área de Desenvolvimento Rural;

Aos colegas, amigos e às amigas Amanda Guareschi e Elisângela Fröhlich, que vão contribuir para as boas lembranças deixadas por um curso de pós-graduação rico em diversidade e integração de conhecimentos.

“O guerreiro sabe que, de vez em quando, o combate é interrompido.

Não adianta forçar a luta; é necessário ter paciência, esperar que as forças entrem novamente em choque. No silêncio do campo de batalha escuta as batidas de seu coração. Repara que está tenso. Que tem medo....Um guerreiro sabe que um anjo e um demônio disputam a mão que segura a espada.

Diz o demônio: "Você vai fraquejar. Você não vai saber o momento exato. Você está com medo.

Diz o anjo: "Você vai fraquejar. Você não vai saber o momento exato. Você está com medo. O guerreiro fica surpreso. Ambos disseram a mesma coisa!

Então o demônio continua:

- Deixa que eu te ajudo.

E diz o anjo:

- Eu te ajudo.

Nesta hora, o guerreiro percebe a diferença.

As palavras são as mesmas, mas os aliados são diferentes.

Então ele dedica sua vitória a Deus. E, com a confiança dos valentes, escolhe a mão de seu anjo.”

Paulo Coelho, *Manual do Guerreiro da Luz* (2006, p. 67-68)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo avaliar a importância socioeconômica da Fumicultura para a Agricultura Familiar da região de Sobradinho, município localizado no Vale do Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa consistiu na caracterização do espaço agrário, colocando em evidência as particularidades do processo de evolução e diferenciação da agricultura local. Nesse sentido, buscou-se observar a relação do homem com a natureza utilizando o referencial da abordagem sistêmica, mais particularmente o conceito de sistema agrário. O estudo revelou a existência de uma agricultura de cunho familiar do tipo colonial, formada por um processo de colonização européia que teve início na metade do século XIX. Inicialmente marcada pela diversificação e grande autonomia, esta agricultura colonial adotou progressivamente o cultivo do tabaco que rapidamente transformou-se na principal atividade de renda do município. Nesse sentido, o período atual se caracteriza pela grande dependência da renda das unidades produtivas gerada pelos sistemas especializados de produção de Tabaco, além da perda de autonomia das famílias, onde se identificou que a maioria dos agricultores produz somente o fumo ou fumo e grãos para comercialização, invertendo o processo produtivo diversificado anterior, baseado na produção e venda de produtos alimentícios e para autoconsumo.

Palavras-chave: Avaliação socioeconômica. Tabaco. Sistemas agrários. Sistemas de produção. Tipologia.

ABSTRACT

The present study as a main objective to evaluate the socioeconomic importance of the Fumiculture for the Familiar Agriculture of the region of Sobradinho, a country located in the Vale do Rio Pardo, State of the Rio Grande do Sul. The research dealt with the characterization of the agrarian space, showing the particularities of the evolution process and differentiation of the local agriculture. In this sense, it was aimed of to observe the relation of the man with the nature using as a reference the systemic approach, more specifically the concept of agrarian system. The study found out the existence of an agriculture of familiar matrix of the colonial type, formed by a colonization process of European settlers beginning in the midst of 19th century. Initially with the emphasis of the diversification and great autonomy, this colonial agriculture gradually adopted the culture of the tobacco that quickly was changed into the main activity of income of the country. In this perspective, the current period is characterized for the great dependence of the income of the productive units generated by the specialized systems of Tobacco production, beyond the loss of autonomy of the families, where it was identified that the majority of the agriculturists only produces the tobacco or tobacco and grains for commercialization, inverting the previous productive process diversified, based in the production and sales of nourishing products and for subsistence level.

Keywords: Evaluation socioeconomic. Tobacco. Agrarian systems. Production systems. Tipology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produção de fumo por COREDE, médias da produção dos anos 2004 a 2006.....	24
Figura 2 - Município de Sobradinho com as zonas de estudo I e II	47
Figura 3 - Evolução da degradação do ambiente nas zonas I (campo) e II (floresta).....	48
Figura 4 - Zona de campo da pesquisa (Zona I).....	49
Figura 5 - Zona de floresta da pesquisa (Zona II)	50
Figura 6 - Mapa com os municípios que compõe a região do Vale do Rio Pardo	51
Figura 7 - Afloramento rochoso causado pelo cultivo especializado de fumo.	66
Figura 8 - Corte de lenha, em zona de reflorestamento, para utilização na secagem do fumo. .	67
Figura 9 - Cultivo do solo para o plantio de fumo no sistema contemporâneo, característico na Zona II, onde ainda prevalece o uso de tração animal devido ao afloramento de rochas.....	69
Figura 10 - Galpão da UPA 1 na visita realizada em agosto de 2009.	85
Figura 11 - Produção artesanal de vinho na propriedade do Sr. Diomedes, foto realizada em agosto de 2009.....	88
Figura 12 - Casa do agricultor (UPA 3).....	92
Figura 13 - Estufas de fumo em alvenaria, casa do agricultor de madeira	137
Figura 14 - Detalhes do relevo ondulado encontrado na zona de mata (II)	137
Figura 15 - Detalhes do interior de uma estufa de fumo.....	138
Figura 16 - Agricultora preparando as arrobas de fumo para a entrega.....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro Demonstrativo dos Sistemas Agrários de Sobradinho (Zonas I e II)	53
Quadro 2 - Razões internas e externas apontadas pelos agricultores familiares do Tipo I sobre a motivação para a produção de fumo.	73
Quadro 3 - Razões internas e externas apontadas pelos agricultores familiares do Tipo II sobre a motivação para a produção de fumo.	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportações de Tabaco brasileiras nos anos de 1999 a 2008	20
Tabela 2 - Principais indicadores descritivos utilizados para a caracterização dos agricultores do Tipo I - fumo e produtos para autoconsumo	72
Tabela 3 - Principais indicadores analíticos utilizados para a descrição dos agricultores do tipo I – fumo e produtos para autoconsumo	76
Tabela 4 - Principais indicadores descritivos utilizados para a caracterização dos agricultores do Tipo II – fumo e grãos.....	80
Tabela 5 - Principais indicadores analíticos utilizados para a descrição dos agricultores do Tipo II – fumo e grãos.....	82
Tabela 6 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 1.....	86
Tabela 7 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 2.....	89
Tabela 8 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 3.....	93
Tabela 9 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 4.....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.2 OBJETIVOS	16
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
2.1 A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DO FUMO PARA O BRASIL	17
2.2 DIVERSIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E A DEPENDÊNCIA SOCIOECONÔMICA GERADA PELO FUMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DO BRASIL	23
2.3 A IMPORTÂNCIA DA RENDA PROVENIENTE DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA PARA O MEIO RURAL	29
2.4 O ENFOQUE SISTÊMICO E O ESTUDO DAS RELAÇÕES DE COMPLEXIDADE ..	31
2.5 UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	33
2.6 SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....	33
2.7 SISTEMAS AGRÁRIOS	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1 ESCOLHA E A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	36
3.2 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRAGEM.....	37
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	38
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	39
3.5 TIPOLOGIA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....	39
3.6 INDICADORES UTILIZADOS PARA DESCREVER E AVALIAR OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
4.1 ZONEAMENTO DE SOBRADINHO	46
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DO TIPO I.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	106

ANEXO A - Roteiro para estudos da unidade de produção	114
ANEXO B - Notícia veiculada na Internet.....	123
ANEXO C - Cópia de contrato de compra e venda de Tabaco em folha .	125
ANEXO D - Reportagem Sebastião Pinheiro sobre “O negócio do Veneno é mais rentável que o do Remédio”	131
ANEXO E - Fotos da pesquisa de campo no município estudado em 2009 .	137

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como principal motivação avaliar os sistemas de produção e os fatores que envolveram as mudanças ocorridas nos sistemas agrários ao longo das décadas, em Sobradinho, município do Vale do Rio Pardo. A pesquisa visa indicar as rupturas socioeconômicas ocorridas de um sistema para outro, além da caracterização dos tipos de sistemas de produção de fumo mais significativos adotados pelos agricultores familiares da localidade.

O tabaco, como é mundialmente conhecido, iniciou a sua saga no interior do universo indígena americano, muito utilizado em rituais, cerimônias religiosas e, até, militares. Da mesma forma, no Brasil, o tabaco também já era utilizado pelos indígenas mesmo antes da chegada dos portugueses, e, essa prática era usada, principalmente, pelos tupinambás.

Desde o período da colonização até o momento atual, o tabaco exerce um papel relevante na economia, pois existem relatos da utilização desse produto, no período colonial, como moeda de troca entre o Estado da Bahia e a África, para a compra de escravos que atuavam nas lavouras de cana-de-açúcar e em minas de ouro do país.

Inicialmente produzido no estado da Bahia, teve suas fronteiras expandidas no final do século XIX, para os Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e posteriormente ao Rio Grande do Sul, após a chegada dos imigrantes alemães na região do Vale do Rio Pardo, onde até hoje existe a maior concentração de produção.

Enquanto o Estado da Bahia permanecia produzindo fumo-de-corda e de galpão, já em 1920, na fase classificada da pesquisa como colonial I, o Rio Grande do Sul passava a especializar-se na produção de fumo em estufa, próprio para a fabricação de cigarros. Posteriormente, com a instalação da empresa Souza Cruz, no município de Santa Cruz, houve uma intensificação da produção, passando o RS a ser o estado com maior produção de tabaco, superando até mesmo a Bahia, que tem sua produção voltada para charutos e cigarrilhas.

Hoje, a região sul, é responsável por 95% do volume de exportação de tabaco brasileiro, isso se deve a existência de uma estrutura especializada de produção, que vai desde a qualidade do solo, passando pela existência de uma assistência técnica e organizativa bem estruturada, até a implantação de tecnologias apropriadas para a produção.

Como se perceberá, ao longo dessa pesquisa, o tabaco faz parte do desenvolvimento dos sistemas produtivos do Vale do Rio Pardo. Desde o povoamento da região pelos índios ou

a partir da chegada dos imigrantes que se estabeleceram formando suas famílias, até os dias atuais, o fumo passou a destacar-se como produto vegetal cultivado e comercializado.

O sistema de produção de fumo, bastante organizado na região através de benefícios diretos como empréstimos, apoio técnico e garantia de compra da produção, são disponibilizados pela indústria aos seus integrados. Esses fatores atraem muitos agricultores familiares, não só no Brasil, como em outros países em desenvolvimento, o que dificulta a introdução de novas culturas alternativas ou a reintrodução de culturas que eram produzidas, anteriormente, e deixaram de fazer parte dos sistemas produtivos atuais. A principal vantagem apresentada pelos fumicultores e órgãos que apóiam a continuidade da produção de tabaco no Brasil é, justamente, a rentabilidade da cultura em pequenas áreas de terra tradicionalmente cultivadas com o emprego de mão-de-obra familiar.

Essa forma de organização do sistema produtivo, baseada na integração indústria-produtor, gera uma forte dependência socioeconômica do fumicultor e vem sendo alvo de vários estudos que, a partir do conhecimento da realidade local, visam subsidiar políticas públicas que venham ofertar novas alternativas produtivas para os agricultores.

Assim temos explanada a contradição entre a renda ofertada por um cultivo vegetal especializado e a dependência gerada pelos sistemas integrados de produção. A fim de entender a transformação dos sistemas agrários de Sobradinho, baseados na diversificação e produção de grãos, especialmente o feijão, e transformados em especializados na produção de fumo, foi formulado o problema de pesquisa questionando-se a rentabilidade da cultura e a dependência econômica dos agricultores familiares pela produção de tabaco.

Para avaliar a importância socioeconômica da Fumicultura para a agricultura familiar de Sobradinho, município que integra o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo, a pesquisa é dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentaremos o objetivo geral e os específicos elaborados no projeto de pesquisa.

No segundo capítulo, será apresentada uma breve revisão sobre a importância socioeconômica do fumo para o Brasil e para a Agricultura Familiar, também será abordada a importância da renda proveniente de aposentadoria, considerada não-agrícola, para o meio rural, além disso, serão realizados alguns apontamentos sobre o tema enfoque sistêmico, unidades de produção agrícola, sistemas de produção, sistemas agrários.

No terceiro capítulo serão expostos os procedimentos metodológicos adotados para a realização desse trabalho.

No capítulo quatro são apresentados os resultados e a discussão da caracterização e evolução dos Sistemas Agrários de Sobradinho, da tipologia dos sistemas de produção e os estudos de caso.

O capítulo cinco será composto das considerações finais da pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a importância socioeconômica da Fumicultura para a Agricultura Familiar da região de Sobradinho, RS

1.2.2 Objetivos Específicos

Descrever a evolução e diferenciação dos sistemas agrários

Caracterizar, do ponto de vista socioeconômico e produtivo, os sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares produtores de tabaco

Identificar os fatores que permitem compreender a continuidade das famílias dos agricultores na produção de fumo

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nos três primeiros tópicos aborda-se a importância socioeconômica do fumo para o Brasil; da dependência socioeconômica gerada pelo fumo para a Agricultura Familiar do sul do Brasil; da Diversificação das Unidades de Produção e sobre a importância da renda proveniente de aposentadoria, considerada não-agrícola, para o meio rural.

Nos tópicos seguintes é apresentada uma breve introdução sobre o enfoque sistêmico e como ele pode ser uma ferramenta para a interpretação de sistemas complexos especializados ou diversificados, com isso esclarecemos o leitor sobre a base de pesquisa utilizada nesta pesquisa. Igualmente, são abordados os conceitos de unidades de produção, os sistemas de produção e os sistemas agrários. Existem outros trabalhos que utilizam o mesmo enfoque teórico e que descrevem, longamente, as teorias e podem ser consultados no site do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, no endereço www.ufrgs.br/pgdr.

2.1 A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DO FUMO PARA O BRASIL

O fumo exerce um papel de destaque na economia mundial. Desde os primórdios das civilizações já era conhecido e consumido e, atualmente, devido ao alto índice de consumo de cigarros e semelhantes constitui a base econômica de algumas regiões distribuídas, principalmente, nos países em desenvolvimento.

Segundo Biolchi (2002), 103 países exploram a cultura e mais de 100 milhões de pessoas estão envolvidas nos complexos produtivos, seja no meio rural ou urbano. Além da intensa utilização da mão-de-obra, o cultivo de fumo, gera divisas oriundas das exportações e o recolhimento dos impostos que resultam em grande interesse econômico por parte dos países envolvidos.

Nem mesmo as propagandas antitabagistas, ou as políticas públicas introduzidas pelos governos dos países produtores de fumo foram capazes de reduzir o interesse pela produção, consumo e comercialização do Tabaco, nos países em desenvolvimento. Essa tendência é otimizada pelas estratégias de marketing e mercado das indústrias fumageiras, pelo reduzido custo da mão-de-obra e pela renda gerada com a venda do produto.

O cultivo de fumo desde o início da colonização foi implantado em pequenas propriedades familiares, que dispunham de mão-de-obra abundante, terra fértil e vocação para cultivos que demandavam certo grau de especialização, ao contrário de outros cultivos como a cana-de-açúcar, a soja e o café que necessitavam de grandes áreas para serem cultivados. Biolchi (2002, p. 8) afirma que: “Durante a ocupação holandesa em Pernambuco (início do século XVII), o fumo produzido ocupou papel importante na carteira comercial de produtos oferecidos pela Companhia das Índias Ocidentais.”

Acioli (2005) relata que desde o período colonial podemos verificar a importância socioeconômica do Tabaco. O autor analisa os períodos históricos e utiliza os estudos de Caio Prado Júnior para explicar que na América portuguesa o fumo era produzido por plantéis de escravos em pequenas unidades de produção e que, nessa época eram utilizados insumos de origem animal que preservavam o solo. O mesmo autor escreve que a primeira contribuição ao estudo do tabaco no Brasil partiu da historiadora Catherine Lugar que, com seus documentos compilados das primeiras décadas do século XIX, esclareceu muitos pontos sobre a vida social dos fumicultores, mas deixou na sombra os fatores produtivos, por falta de elementos.

Outro estudo interessante comentado no artigo de Acioli refere-se à Nardi (1996) onde ele afirma que a lavoura de fumo poderia ser caracterizada pelas propriedades pequenas, os minifúndios.

Para Palacios (1998), o cultivo do fumo data da metade do século dezoito, na Bahia. O autor salienta que desde essa época a produção dessa cultura já tinha sua importância tanto na economia quanto na consolidação de sistemas coloniais de produção. A ruptura do sistema de produção de cana-de-açúcar pode ter sido provocada pela emergência da fumicultura camponesa e pela crise econômica, abrindo o caminho para a ocupação das terras férteis por esses camponeses.

Acioli (2005), também registra essa participação dos camponeses nas lavouras de tabaco da Bahia:

A valorização do tabaco em folha nas primeiras décadas do século XIX, como já chamara a atenção Catherine Lugar, abriu espaço para produtores ainda mais modestos, uma vez que não necessitavam das instalações de beneficiamento do tabaco em rolo, levando à maior participação de “camponeses” nesta lavoura. Foi o que se verificou na freguesia de São Gonçalo dos Campos, maior produtora de tabaco da região, onde, em 1835, cerca de 65% dos lavradores não tinham um escravo sequer. Barickman chama a estes pequenos produtores com mão-de-obra estritamente familiar de “camponeses”, o que os distingue daqueles que usavam, ao lado do trabalho familiar, a mão-de-obra cativa. (ACIOLI, 2005, p. 32).

A partir do estudo dos referendados autores verificou-se que a produção de fumo desde o período colonial foi introduzida pelas mãos dos escravos e agricultores camponeses, em pequenas áreas de terra. Atualmente, não existem mais os “cativos” ou escravos, mas, a fumicultura brasileira, permanece ocorrendo em pequenas unidades produtivas com mão-de-obra, essencialmente, familiar.

No sistema de integração indústria-produtor existe a garantia da compra da produção após a colheita por parte da indústria fumageira, motivo este que tem sido relatado pelos produtores como um atrativo para se manterem nessa atividade. A incerteza em relação ao escoamento da produção de outros cultivos, ausência de políticas de preço mínimo e os financiamentos continuam levando os agricultores a ingressarem em sistemas integrados especializados, como é o caso da produção de tabaco.

Mas, se de um lado é ofertada a segurança pela indústria, no processo produção-comercialização, de outro, existe a diminuição da autonomia para a tomada de decisão dos produtores, dentro das suas próprias unidades produtivas. Assim, mesmo quando são ofertadas alternativas produtivas aos agricultores, essas são, na grande maioria, rechaçadas porque eles precisam continuar plantando fumo para pagar os custos da produção para as fumageiras, ano após ano.

Conforme Perondi et al. (2008), no Brasil as exportações de fumo em folha vêm crescendo sendo que 85% do que é produzido é exportado. No ano de 2004 foram produzidas 593 mil toneladas, onde o preço médio obtido para exportação girava em torno de US\$ 2,40/kg gerando uma receita de cerca de US\$ 1,4 bilhão. Mas, em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o preço da arroba de fumo é de noventa dólares, já no Brasil, gira em torno de vinte e dois dólares, sem a inclusão dos custos de produção.

Podemos observar, na tabela a seguir, as exportações brasileiras de Tabaco, chamando a atenção que, embora o volume de fumo exportado em toneladas tenha tido um leve declínio, o valor em dólares obtido na safra pelas indústrias, esteve sempre em ascensão, passando de 895 milhões em 1999 para 2,7 bilhões em 2008.

Tabela 1 - Exportações de Tabaco brasileiras nos anos de 1999 a 2008

Ano	Volume (1.000 toneladas)	Valor (US\$)
1999	334	895 milhões
2002	472	1,067 bilhão
2004	588	1,488 bilhão
2005	610	1,702 bilhão
2006	560	1,720 bilhão
2007	700	2,2 bilhões
2008	686	2,7 bilhões

Fonte: Adaptado de Sindicato das Indústrias do Tabaco (2009).

Segundo o *Anuário Brasileiro do Fumo* (2009), houve redução na produção de charutos em 30,6% entre 2008 e 2009 e de cigarrilhas de 17,6%, no mesmo período. Esses dados foram obtidos a partir da média de dez empresas do setor. O mesmo material retrata que o mercado interno foi inibido devido a tributações e campanhas antitabagistas, mas enfatiza que a exportação se manteve estável.

Também é válido referendar o tipo de fumo produzido para charutos e cigarrilhas, principalmente, na Bahia, para um público seletivo, não é o mesmo daquele cultivado no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, fumo claro, do tipo Virgínia, próprio para a fabricação de cigarros. Por isso a região é detentora do maior volume de exportações, tendo em vista, que os cigarros produzidos a partir dos fumos claros têm maior demanda do mercado externo.

O *Anuário Brasileiro do Fumo* (2009) refere, ainda, que existem reclamações dos sindicatos baianos a respeito das ações das esferas governamentais do Brasil que promoveram medidas contra o tabaco e enfocaram os cigarros, atingindo os elos fracos da cadeia, o charuto e a cigarrilha.

Essas ações governamentais citadas, anteriormente, dizem respeito à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (BRASIL, 2006), com sua sigla em inglês (FCTC), presidida pelo Ministério da Saúde, seguida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que criou o Programa Nacional de Diversificação nas Áreas Cultivadas com Tabaco, fulcrada nos artigos 17 e 26 da FCTC.

A preocupação surgida em virtude do consumo excessivo de cigarros pela população, principalmente nos países em desenvolvimento, levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a criar medidas preventivas em prol da saúde, bem-estar social e ambiental. A OMS tem o seu foco sobre o tabagismo aliado a todos os males que dele são provenientes. (REDE CÂNCER, 2008)

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) teve sua elaboração negociada entre 192 países do ano de 1999 a 2003. No ano de 2003, durante a 56ª Assembléia Mundial de Saúde, a CQCT, foi adotada por consenso, entrando em vigor somente em fevereiro de 2005, sendo ratificada por 40 países. Somente em 2007 o Brasil ratificou a Convenção, sendo o 90º a assinar, com o apoio internacional, técnico e financeiro para o fortalecimento de uma política agrícola de alternativas ao fumo. O programa de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco vem com o objetivo de beneficiar 200 mil famílias que hoje dependem da plantação de fumo. O programa enfoca os artigos 17 (Apoio às atividades alternativas economicamente viáveis) e 26 (Recursos financeiros) da CQCT.

De um lado o país estimula o controle do tabagismo, mas, de outro se percebe que o Brasil ocupa uma posição privilegiada no mercado mundial de fumo em folha, uma vez que é o segundo maior produtor e o maior exportador mundial.

O Governo brasileiro, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela Secretaria de Agricultura Familiar, vem implantando projetos de diversificação com a finalidade de oferecer alternativas produtivas para os agricultores familiares e, segundo Mengel e Barcellos (2009), a convenção gerou conflitos na cadeia produtiva do fumo.

A ratificação da CQCT pelo Brasil gerou conflitos devido à forte cadeia produtiva do fumo. Visando a superação dos conflitos acerca da aprovação da CQCT o governo comprometeu-se em “Apoiar os agricultores presentes em regiões fumicultoras tradicionais – que estiverem dispostos a diversificar suas atividades – de maneira que a possível queda do consumo mundial de tabaco ocorra sem sobressaltos à estabilidade econômica e social destas regiões”, através de um Programa de Diversificação Produtiva da cultura do Fumo. A meta a ser perseguida era: “Diversificar a economia rural nas áreas de produção de fumo, possibilitando a implantação de novas atividades agropecuárias.” O Programa proposto previa como linhas de ação, o financiamento, acesso à tecnologia, organização e agregação de valor à produção local e garantia de comercialização. (MENGEL; BARCELLOS, 2009, p. 2291).

Boeira e Givant (2003) afirmam que existem duas correntes anti (ONGs, movimento antifumo, ambientalismo, e outros) e pró-tabaco (transnacionais e associações a elas relacionadas).

Novas associações, ligadas aos agricultores, têm surgido no intuito de fortalecer o programa de diversificação do governo tentando implantar projetos ligados à agroecologia e aos cultivos diversificados, mas por outro lado existe a influência dos modelos especializados de produção, ligados ao Ministério da Agricultura, junto à Câmara Setorial do Fumo.

Ou seja, embora poucos ousem falar sobre a segmentação dos órgãos ligados à Agricultura, existe essa dualidade entre os Ministérios, onde um incentiva a agricultura patronal e o outro a agricultura familiar, representados pelo Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

De certa forma, o poder econômico parece sempre estar vigente diante da disputa entre os “grandes e os pequenos agricultores”, entre a agricultura para grandes áreas de terra e a de pequenas áreas, de até 50 hectares.

Os agricultores familiares, fumicultores, precisam de soluções produtivas viáveis, com produtos colocados no mercado e condições dignas de trabalho nas suas terras. Infelizmente, passam os regimes políticos, mas as lutas de classe continuam presentes e atuantes, ainda existem verdadeiros abismos entre o mundo urbano e o mundo rural.

Segundo Dowbor (1982) o fato reside no estudo das relações de produção onde a força de trabalho participa de forma marginal na realização do seu próprio produto. O autor escreve que:

[...] a força de trabalho ocupada na produção do açúcar, do cacau, do tabaco, do café — e isto se refere também em parte, conforme veremos, aos bens industriais — não é consumidora destes bens, ou só o é de maneira acessória. Assim, enquanto a identidade fundamental entre a produção e o consumo se mantém, a realização da quase totalidade da produção dominante efetua-se por intermédio da mais-valia: a) os bens "coloniais" produzidos serão trocados por produtos manufaturados da metrópole — bens de luxo, máquinas — ou escravos, ou seja, bens de consumo capitalista; b) estes bens coloniais serão trocados por produtos da metrópole que não refletem, em nível igual de produtividade, um *input* igual de trabalho, originando uma transferência importante de mais-valia para o centro. (DOWBOR, 1982, p. 32).

O autor refere-se a uma explicação sobre a estrutura socioeconômica do Brasil escrita no ano de 1982, mas no caso da Fumicultura, parece ainda ser bem aplicável. Ou seja, o mercado externo impõe a força para as relações de consumo e produção nos países em desenvolvimento. O Brasil produz e exporta o fumo e as agroindústrias faturam bilhões e os agricultores familiares que não consomem os bens que produzem, mas dependem desses para sobreviver e utilizar como moeda de troca, para a compra de bens de consumo, ligados a sua unidade de produção, os bens da metrópole, acabam por deslocar a renda que poderiam obter em suas unidades produtivas para regiões centrais (cidades-pólo ou países do exterior) gerando o acúmulo de capital para as economias dominantes.

Karnopp (2003) indica que

[...] os setores industriais da agricultura desenvolveram, embasados no Paradigma da Revolução Verde, em 1960, um padrão tecnológico profundamente dependente e destrutivo. Não menos distante, verifica-se no espaço regional do Vale do Rio Pardo, essencialmente conectado à atividade industrial fumageira, forte relação de dependência e submissão dos agricultores em relação às empresas processadoras da matéria-prima – o tabaco. (KARNOPP, 2003, p. 136).

O processo histórico da Revolução Verde ainda está presente no Brasil, anteriormente aplicavam-se os pacotes tecnológicos, hoje, são os transgênicos, sempre havendo o descuido sobre as implicações e reflexos da adoção de tecnologias importadas.

Sendo assim, não parece haver interesse em acabar com essas relações de dominação do mundo globalizado. Mais fácil seria manter tudo como está, ou seja, os agricultores permaneceriam produzindo o seu fumo, a economia mundial dominante seguiria recebendo os lucros e os louros e as políticas públicas criadas por Instituições que tentam mudar o processo de dominação deveriam ser afastadas.

No sul do Brasil pode ser observada a importância socioeconômica do fumo para o Vale do Rio Pardo, desde a fundação da maior parte das cidades que integram o COREDE.

2.2 DIVERSIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E A DEPENDÊNCIA SOCIOECONÔMICA GERADA PELO FUMO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO SUL DO BRASIL

A agricultura familiar do sul do Brasil tem no fumo uma importante atividade geradora de renda e essa relação é fortalecida pela ação das agroindústrias e do sistema integrado de produção. Podemos verificar a partir da Figura 1 que o COREDE do Vale do Rio Pardo é responsável pela maior produção de fumo no Brasil, inclusive, observa-se que a região tem a maior produção de Tabaco do Brasil.

A Associação dos Fumicultores do Brasil informa que os agricultores sulistas tiveram sua produção agropecuária assegurada pela produção de fumo, sendo que 65% da produção refere-se ao cultivo do Tabaco, com, aproximadamente 374 mil hectares produzidos entre as safras de 2008/09.

Notícias de jornais e outros dados secundários obtidos nas prefeituras do Vale do Rio Pardo indicam que a produção de fumo no sul do Brasil é hegemônica, e se deve a fatores, tais

como: o apoio do capital bancário para o capital industrial, havendo o deslocamento do capital mercantil do segmento responsável pela produção de cigarros; o sistema integrado de produção que garante a assessoria tecnológica integral para os agricultores; o investimento em novas tecnologias de produção através de parcerias com o Estado e organizações dos trabalhadores rurais; a organização do setor produtivo aliado à etnia européia empreendedora e a preocupação com a preservação do ambiente onde empresas fumageiras apóiam projetos de conservação e desenvolvimento sustentável com a criação, até mesmo, de parques nas suas unidades e a implementação de projetos de diversificação da produção agropecuária e silvicultura.

A produção de fumo pelo Brasil entre os anos 2004 a 2006 pode ser acompanhada na Figura 1, evidenciando que o COREDE do Vale do Rio Pardo é o que possui a quantidade de fumo produzido mais significativa, em relação às outras regiões brasileiras.

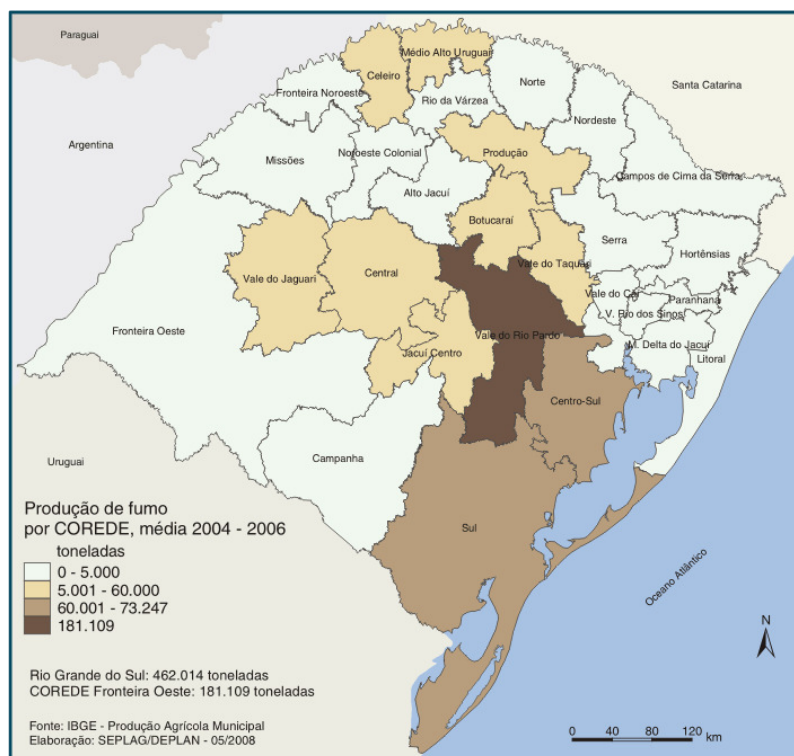


Figura 1 - Produção de fumo por COREDE, médias da produção dos anos 2004 a 2006

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

Os sistemas integrados de produção levam os agricultores a seguirem, rigorosamente, as recomendações técnicas dos “orientadores” que seguem o treinamento recebido pelas fumageiras. Esses técnicos repassam o manejo do cultivo especializado do fumo, mas também oferecem o pacote tecnológico de produção e, após o ciclo produtivo, são responsáveis pela classificação da colheita. Esse processo pode fragilizar os agricultores no sentido de que perdem sua autonomia e poder de decisão, além de inverter o processo produtivo dos agricultores que era baseado na produção e venda de produtos alimentícios e para autoconsumo. Ainda assim o fumo é apontado como o produto que oferece maior rentabilidade para as unidades produtivas.

Pincelli (2005) também verifica, em sua pesquisa que:

Nas especificidades dadas pela fumicultura em sistema integrado, contudo, ainda que a família seja a produtora e a detentora dos meios de produção, ela não vai ter o pleno controle na elaboração do processo produtivo, na medida em que este processo é permeado tanto pelo capital da fumageira, como pela gestão técnica de cultivo oferecida pela empresa. (PINCELLI, 2005, p. 35).

Além disso, as cláusulas dos contratos com as indústrias são arbitrárias e podem resultar em grandes prejuízos para os agricultores familiares que vão do absurdo oferecimento de um rim para pagar dívidas com a fumageira até o suicídio devido ao arresto dos bens dos fumicultores inadimplentes, reportagem do Anexo B. Basta fazer uma busca nos sites da Internet e vão aparecendo várias notícias semelhantes. No Anexo C podemos acompanhar a visualização de um contrato de compra e venda de tabaco em folha que exhibe as cláusulas a que esses agricultores são impingidos.

Almeida (2008) também afirma que:

Os contratos do sistema de integração rural da fumicultura funcionam feito um regimento com regras definidas unilateralmente pelas fumageiras, num modelo que sugere inúmeras facilidades e conveniências apresentadas como vantagens, principalmente, para os agricultores descapitalizados. As indústrias do setor controlam o sistema de classificação das folhas de fumo, onde conseguem reduzir o valor pago ao rebaixar a pré-classificação feita pelo fumicultor e sua família, amarrando-o num ciclo de endividamento, dependência e subordinação. Um olhar sobre as condições de vida, a liberdade de fazer escolhas que define o que é viver bem e o acesso aos bens materiais e culturais que a sociedade capitalista é capaz de produzir, indicam que os fumicultores encontram-se no cerne de uma sofisticada engenharia de produção agrícola que aprofunda as contradições entre capital e trabalho, através de mecanismos de reprodução, controle, homogeneização, individualização e normalização das relações socioeconômicas que as indústrias do tabaco comandam. (ALMEIDA, 2008, p. 2).

De acordo com Rudnick (2009) o fumo é responsável pela estruturação do cotidiano e do projeto de vida dos agentes (fumicultores) revelando uma nova estruturação das famílias que tentam introduzir formas de variação de renda, principalmente, não-agrícola. Os filhos dos agricultores, com idade entre 16 e 24 anos, têm tentado novas fontes de renda ocupando postos de serviço como empregos em oficinas mecânicas e serviços de babá. A autora relata ainda que:

No caso dos jovens em estudo, a busca por renda fora da propriedade sobrepõe-se à busca pela diversificação de cultivos na propriedade, apesar do “incentivo” da indústria do fumo. Na região, a questão da diversificação tem sido motivo de polêmicas discussões... Para as famílias desta região, o fumo é a principal fonte de renda, pois a família não sabe plantar outra coisa. Ao mesmo tempo, eles têm consciência de que este será um processo lento de mudança (substituir o fumo por outras culturas). Quase todas as famílias possuem dívidas com o PRONAF, as fumageiras, os bancos privados e alguns com o Banco da Terra. (RUDNICK, 2009, p. 3-4).

Silva, Graziano (2001) afirma que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas não resulta em um crescimento da produtividade do trabalho agropecuário como em países desenvolvidos, tendo em vista que, no Brasil, a estratégia não é de diversificação de renda mas de sobrevivência das famílias mais pobres assoladas por perdas em função da quebra dos preços das *commodities*. Ou seja, as famílias ocupam-se na diversificação de renda fora da propriedade para a manutenção da sobrevivência e não porque preferam sair das terras, onde gostariam de ter o apoio das Instituições para produzirem cultivos e criações diversificados.

Segundo Conterato e Fillipi (2009) a pobreza rural pode ser um empecilho para os processos de desenvolvimento local devido a duas razões, a primeira seria a drenagem dos recursos despendidos localmente para bens de consumo corrente produzindo pequeno efeito indutor para a geração de emprego e renda. O segundo seria a limitação dos mercados locais em função da baixa renda *per capita* da maior parte da população.

Ou seja, com a permanente drenagem dos recursos obtidos através dos cultivos nas unidades produtivas para as indústrias, onde a entrega da produção para as fumageiras pode ser um bom exemplo, não irá garantir a renda das famílias, tampouco, poderá ser capaz de garantir o crescimento dos mercados locais porque o poder de compra dos agricultores é reduzido. Além disso, os agricultores familiares produzem e criam animais através da

presença do crédito voltado para a área agrícola e, se fosse retirado esse incentivo, seria muito difícil a implantação de novas estratégias de reprodução.

Diante dos assuntos tratados até agora temos a centralidade na agricultura familiar porque os fumicultores são agricultores com base de produção familiar. Para Sérgio Schneider (2006), a agricultura familiar foi incentivada a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de políticas públicas criadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ao longo de 1990 houve avanços nas discussões acadêmicas sobre o tema através de estudos com o objetivo de definição do que seria o universo das propriedades que não contratavam força de trabalho para a produção de plantas e criação de animais. Ainda de acordo com Schneider, citando Abramovay, a agricultura familiar seria “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais” constituindo-se em um modo de vida que se transformou em profissão, ou forma de trabalho (Schneider, 2006, p. 8 apud ABRAMOVAY¹, 1992, p.22 e 127).

Gazolla, no livro *A Diversidade da Agricultura Familiar* afirma que:

[...] a agricultura familiar do Rio Grande do Sul passou por profundas transformações sociais, econômicas e produtivas desde os anos 70. Estas transformações mudaram principalmente os modos de vivência dos agricultores e as suas estratégias de reprodução social. A agricultura familiar que se assentava, antes deste período, na diversificação produtiva, na produção para autoconsumo e na sustentabilidade dos processos produtivos, hoje, se reproduz com base no mercado de fatores de produção, na especialização produtiva, nos cultivos voltados ao mercado e com uma intensa diferenciação socioprodutiva entre as suas unidades. (GAZOLLA, 2006, p. 100).

Diante do exposto podemos perceber que a base de origem da agricultura familiar é a diversificação da propriedade e não a especialização com a verticalização da cadeia produtiva, de tal modo que os agricultores fiquem totalmente dependentes dos pacotes tecnológicos oferecidos pela agroindústria fumageira. Além disso, a especialização produtiva leva à produção de fatores que determinam problemas que vão de encontro à legislação ambiental. O modelo atual de gerenciamento da propriedade leva os fumicultores para um quadro de alienação quanto ao real custo de produção e renda final obtida pelo cultivo do fumo.

Segundo Etges (2001):

¹ ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas, SP: Hucitec, 1992.

[...] a inserção dos produtores do tabaco no sistema produtivo configura-se como uma situação de dependência econômica através de um “pacote tecnológico” implicando o uso de agrotóxicos que determinam impacto sobre o meio ambiente e a saúde humana. Os efeitos sobre a saúde reforçam a condição de dependência comprometendo a capacidade de diversificação de atividades. (ETGES, 2001, p. 6).

Gazolla (2006) trouxe uma contribuição ao tema que trata da produção diversificada, ele afirma que a diversificação não deve estar diretamente associada à produção para o autoconsumo e pode ser inserida na lógica de mercado desde que aliada ao gerenciamento da propriedade. Existe a agroindústria de fumo e isso não impede a instalação de agroindústrias de cítricos oriundos de produção ecológica, ou não, mas que respeitem o ambiente e produzam o desenvolvimento sustentável. O tipo de indústria que deve ser implementado cabe aos técnicos, agricultores e Instituições decidirem. A possibilidade da produção livre de agrotóxicos e de insumos importados em um país, como o Brasil, rico em rejeitos orgânicos que serviriam para adubação das lavouras, pode ser muito vantajoso. Não é preciso reproduzir os danos causados ao ambiente pela lógica capitalista que visa somente a acumulação.

Lopes (1999) aponta que o termo globalização, “[...] sugere que estamos mergulhados em um mundo em que a economia, a ciência e a cultura são determinadas imperialmente pelas nações avançadas.” O autor relata que as grandes potências empresariais dessas nações estão instaladas em vários pontos do mundo e passaram a comandar o destino dos povos de todo o planeta. O domínio exercido por esses grandes aglomerados econômicos teve sua origem junto ao crescimento histórico da ciência e foi associado à emergência do Capitalismo nos países europeus ocidentais.

Giddens (1997) fala das incertezas produzidas pela modernidade criadas pelo próprio conhecimento gerado pelo homem, para o autor, os riscos são fabricados, como no exemplo de catástrofes ambientais e uso de armas químicas. Ele fala também que os sistemas especialistas aparecem como elementos fundamentais das relações sociais modernas em que, cada vez mais, surge a especialização tornando a ciência do conhecimento especializado que organiza grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje.

A diversificação emerge novamente, agora com um novo propósito, o de trazer alternativas para os fumicultores saírem de um processo de “exploração vertical” para formarem elos fortes que determinem um desenvolvimento sustentável, que respeitem o ambiente, garantindo o estoque de capital (natural ou produtivo) transmitido pela geração atual deixando alguma esperança de futuro para as próximas gerações.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA RENDA PROVENIENTE DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA PARA O MEIO RURAL

A renda agrícola constitui-se em um importante fator para o gerenciamento de unidades produtivas, como já vimos anteriormente. Algumas famílias do meio rural, além daquelas que vivem no meio urbano, dependem também da renda não-agrícola, proveniente dos proventos da aposentadoria, muitas vezes, figurando como única fonte de sobrevivência.

Segundo Ney e Hoffmann (2007),

(Além dos rendimentos do trabalho, deve-se ainda destacar a presença de outros cinco componentes da renda das famílias rurais discriminados pelo IBGE: *a-*) aposentadoria ou pensão, *b-*) aluguel, *c-*) pensão alimentícia, mesada ou doação, *d-*) renda mínima, bolsa escola ou seguro desemprego, *e-*) outros rendimentos (IBGE, 2002). Somados representam, tanto nas áreas oficialmente rurais do país quanto nas cidades rurais, aproximadamente 22% da renda total. (NEY; HOFFMANN, 2007, p. 9).

Os mesmos autores ressaltam que as atividades não-agrícolas podem representar quase que 50% da renda total para as unidades produtivas instaladas no meio rural como um todo.

Os proventos da aposentaria para o meio rural se constituem em fato recente que surgiu para contribuir com a diminuição da pobreza. Barros (2004) em artigo digital, disponível na Internet, afirma que a aposentadoria e as pensões explicam metade do incremento da renda *per capita* das famílias brasileiras, reduzindo a pobreza em 60% e a extrema pobreza em 70%. O autor concluiu que, a queda na pobreza de trabalhadores agrícolas na década de 90 não estava relacionada às melhorias na agricultura brasileira, mas à expansão dos benefícios da aposentadoria rural” (BARROS, 2004).

A desigualdade de renda e a pobreza no meio rural são temas amplamente estudados, com diversos estudos nas regiões brasileiras. A região sul é, por muitas vezes, apontada por apresentar baixos níveis de pobreza e extrema pobreza, porém, a região Nordeste, apresenta dados contundentes que revelam diferenças quanto ao mesmo aspecto.

Mariano e Neder (2002) esclarecem que, no Nordeste, a base da economia foi, por muitos anos, apoiada no cultivo especializado de cana-de-açúcar e na pecuária de criação extensiva com baixos índices de produtividade. Com isso ocorreu a migração dos agricultores familiares para atividades assalariadas de prestação de serviços para grandes propriedades

rurais. Os autores referendados apontam que entre as fontes de renda estão as pensões e os proventos de aposentadoria.

Mais uma vez será encontrada uma fonte de renda nos proventos da aposentadoria que garante a manutenção das unidades produtivas com mão-de-obra familiar.

Foi, na década de 70, que houve a instituição do pagamento dos proventos de aposentadoria para o meio rural, mas só a partir da Constituição, em 1988, ela iria ser implementada. Biolchi (2002) afirma que,

No Rio Grande do Sul, a questão da saúde e Previdência Social Rural enquanto lutas e manifestações públicas mais generalizadas passou a ser tema principal por volta de 1976, intensificando-se no início dos anos oitenta, período em que estas questões passaram a ter lugar definido no discurso e atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. (BIOLCHI, 2002, p. 22).

Dados obtidos na pesquisa de campo da autora citada apontam que, onde existe pelo menos um membro familiar, beneficiário da aposentadoria, a unidade produtiva permanece ativa. Afirma ainda que a aposentadoria, como política pública, oferece importante suporte para os agricultores familiares permanecerem em suas atividades produtivas.

Prieb, Souza e Pereira (2007), em estudo realizado na região do Vale do Rio Pardo, em três municípios, Arroio do Tigre, Candelária e Estrela Velha, concluíram que, a previdência pode auxiliar a manutenção das unidades produtivas, de tal forma que 37% dos entrevistados utilizavam os proventos da aposentadoria para continuarem a produção de cultivos e criações. Outro fator a ser destacado na pesquisa é que a aposentadoria por idade representa 91% dos entrevistados e 9% são referentes às pensões por morte, principalmente, dos agricultores do sexo masculino, responsáveis pela condução das atividades no campo, junto à produção de fumo.

A aposentadoria pode ser, então, responsável pela dignidade do homem do campo, tanto quanto a do homem urbano, quando eles chegam à velhice.

A seguir passaremos a descrever metodologia que foi utilizada para a realização da pesquisa no município de Sobradinho, no Vale do Rio Pardo.

2.4 O ENFOQUE SISTÊMICO E O ESTUDO DAS RELAÇÕES DE COMPLEXIDADE

O enfoque sistêmico foi adotado pelas ciências agrárias desde meados dos anos 1950. Antes disso a visão sistêmica era utilizada por áreas do conhecimento científico como a biologia, a cibernética, a psicologia, e a filosofia. Somente em 1980, a abordagem sistêmica começou a ser empregada em centros de pesquisa e universidades como, por exemplo, IAPAR/PR (Instituto Agrônomo do Paraná), UFSM/RS (Universidade Federal de Santa Maria), UFRGS/RS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e outros Institutos e Universidades.

O enfoque sistêmico permite uma visão mais ampla da agricultura, objeto real complexo, compreendendo um sistema organizado que se interrelaciona com o todo e com as partes que o integram. Visa explicar as origens, transformações e o papel da agricultura ao longo dos anos, nas diferentes regiões mundiais.

A partir dos estudos do francês Mazoyer houve a fundamentação do estudo da Evolução da Agricultura e Silva Neto (2007) faz uma nova interpretação desses estudos através da Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA).

Fundamentando a ADSA, Silva Neto (2007) acredita que tal abordagem fornece o cabedal teórico necessário ao embasamento dos procedimentos dessas análises. Ele ressalta que a ADSA já está bem fundamentada a partir da interpretação da evolução da Agricultura por Mazoyer e Roudart (1997), versão citada no presente trabalho.

Dufumier (1996) aponta que: “O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendências futuras” (ARAÚJO JÚNIOR, 2003, p. 81)

Assim a utilização da abordagem sistêmica para elucidar as relações de complexidade encontradas no campo do desenvolvimento rural mostra-se adequada.

Figueredo e Miguel (2007) apontam que um projeto de desenvolvimento rural não deve ser reduzido à difusão de alternativas tecnológicas que podem traduzir limitações para os agricultores que, no momento de lograr impactos sócio-produtivos, não têm condições de aplicação das tecnologias. O enfoque sistêmico pode ser uma ferramenta para indicar quais são as práticas técnicas, sociais e econômicas seguidas pelos agricultores, indicando suas vocações e principais tendências apresentadas durante a história dos locais elencados para estudos.

Um diagnóstico sistêmico traduz a complexidade encontrada no zoneamento original de dada localidade ou região, se existem traços dessa teia de relações e define o potencial dos diferentes tipos de sistemas de produção e dos agricultores de cada ponto das zonas estudadas durante o trabalho.

Araújo Júnior (2003)² enfatiza que a complexidade também está presente no fato de que as sociedades rurais são diferenciadas e compostas de categorias e classes sociais que mantêm relações entre elas, em que pese à ação e reação de cada um em diferentes efeitos e resultados nos caminhos de desenvolvimento de cada região ou local de pesquisa. Ainda observa que a implementação de projetos de desenvolvimento ou a introdução de novas tecnologias de produção podem gerar caminhos totalmente diferentes para cada tipo de produtor. Segundo o autor:

[...] o diagnóstico dos sistemas agrários não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta. Seu principal objetivo é contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural, isto é, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos como de governo, de organizações de produtores, etc. (ARAÚJO JÚNIOR, 2003, p. 81).

Para Silva Neto (2007), na concretização do processo emancipatório, gerado pelo aprendizado coletivo, a comunidade deve ser capaz de reinventar ações, considerando os erros e acertos ao longo da sua história, onde os atores locais serão capacitados para a promoção do seu próprio desenvolvimento.

O momento atual da evolução dos sistemas agrários da região de Sobradinho pode nos remeter ao pensamento de Silva Neto onde a agricultura familiar está reinventando ações para a promoção do desenvolvimento rural. Quais serão as transformações necessárias para que a agricultura familiar possa, mais uma vez, promover a permanência do homem no campo? Quais serão as alternativas que os agricultores irão implantar para a promoção do desenvolvimento rural da região de Sobradinho? A evolução dos sistemas agrários poderá

² “[...] a atividade agrícola é complexa, pois combina os diferentes recursos disponíveis (terra e outros recursos naturais, insumos, equipamentos e instalações, recursos financeiros e mão-de-obra) com um conjunto de atividades distintas (preparo do solo, plantio, fertilização, controle de pragas, colheita, comercialização, etc.). Nessa combinação, existe um grande número de fatores que determinam as práticas agrícolas: a qualidade dos solos, o clima, as épocas de liberação dos financiamentos, as flutuações de preços, etc. **Nesse sentido, até mesmo os estabelecimentos especializados em monocultura constituem um sistema de produção complexo**” (ARAÚJO JÚNIOR, 2003, p. 82, grifo da autora).

fornecer importantes direcionamentos para a resolução da crise atual enfrentada no Vale do Rio Pardo.

2.5 UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A Unidade de Produção Agrícola (UPA) pode ser representada por uma das propriedades (um dos elementos do sistema complexo) que combina os recursos gerados pelo agricultor ou criador. Os elementos inter-relacionados sofrem a influência dos projetos dos agricultores e do meio externo quanto aos aspectos ambientais, econômicos, físicos e humanos. Ou seja, a propriedade, com seus recursos naturais pode ser manejada de acordo com as expectativas de produção sofrendo a influência de fatores externos como o valor dos insumos, a prestação de serviços, o clima e, principalmente, da escolha das plantas ou animais a serem produzidos, da cotação de mercado desses produtos e dos canais de comercialização.

Nas UPA's o agricultor e/ou criador decide como irá combinar os recursos adquiridos como terra, mão-de-obra, animais, plantas, insumos e equipamentos visando obter os produtos vegetais e animais que irão garantir sua sobrevivência. Então, segundo Mazoyer e Miguel (2009) uma UPA é o resultado da interação entre o sistema social e o sistema de produção, por isso na metodologia de estudo utilizada foram analisadas unidades de produção agrícola.

2.6 SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Segundo Dufumier (1996), o sistema de produção ou "Farming systems" / "Systèmes de production" é composto pela combinação dos sistemas de cultivo e/ou de criação limitados pela disponibilidade de força de trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital e outros fatores necessários para as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites das unidades de produção agrícola.

Para Landais, Lhoste e Milleville (1987), o sistema de cultivo *crop pattern* é a descrição dos cultivos e do manejo de produção adotado realizados dentro das UPA's. Os sistemas de criação são, também, definidos pelo manejo de produção das criações, onde o

resultado final é a valorização dos produtos e subprodutos agrícolas e não agrícolas. Ou seja, quando são reportados os sistemas de produção, eles incluem os sistemas de cultivo e criação das UPA's.

2.7 SISTEMAS AGRÁRIOS

O conceito de sistema agrário foi criado a fim de tentar satisfazer a apreensão da complexidade das diversas formas de Agricultura, por meio da descrição das transformações históricas e sociais ocorridas durante a evolução da trajetória das agriculturas humanas. Proporciona também a compreensão e/ou a escolha de vários futuros evolutivos possíveis de serem implementados procurando o entendimento da complexidade das diversas formas de agricultura. Avalia as rupturas ocorridas ao longo da linha do tempo sendo formado pela conjunção do sistema natural com o sistema social. O estudo da evolução dos sistemas agrários poderá, então, ser uma valiosa ferramenta para que os pesquisadores possam entender a complexidade das relações que permeiam as rupturas ocorridas durante o desenvolvimento do local de estudo.

Mazoyer e Roudart (1997) têm a seguinte definição de sistema agrário:

[...] um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de nos darmos conta, a traços largos, das transformações históricas e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Para compreendermos o que é um sistema agrário, devemos, primeiramente, distinguir bem, por um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal como podemos observar, constituindo um objeto real de conhecimentos; e por outro lado, aquilo que o observador pensa sobre este objeto real, o que diz sobre ele, como um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para constituírem um verdadeiro objeto concebido, ou objeto teórico de conhecimento e de reflexão. (MAZOYER; ROUDART, 1997, p. 39).

O conceito de sistema agrário, segundo Mazoyer e Roudart (1997) utiliza a combinação de algumas variáveis com o objetivo de apreender a complexidade da Agricultura, são elas: o meio cultivado; os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho); o modo de artificialização do meio; a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais;

as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; o conjunto de idéias e instituições que permitem assegurar a reprodução social. Então será utilizado o conceito de sistema agrário como plano de fundo deste estudo para o entendimento das variáveis complexas que iremos descrever e analisar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam o presente estudo e que estão baseados no enfoque sistêmico, adaptados ao estudo de realidades agrárias complexas, segundo Mazoyer e Roudart (1997). Assim, buscou-se considerar a diversidade de formas e modos de produção na agricultura como sendo uma decorrência das particularidades e condicionantes socioeconômicos e ambientais que, atuando de forma distinta ao longo do tempo, influenciam e condicionam um determinado espaço geográfico.

As formas e modos de produção serão descritos sob a forma de sistemas de produção onde serão utilizadas variáveis qualitativas e quantitativas que permitem descrever as condições de existência e as particularidades de cada sistema encontrado no município estudado.

O enfoque sistêmico baseia-se em uma análise dinâmica que explica a configuração dos sistemas agrários e sistemas de produção. Essa metodologia analisa as condições para implementação de tecnologias pelo estudo e experimentação das condições de apropriação dos “novos saberes” pela comunidade local. Além disso, no estudo das contradições e limitações dos agrupamentos sociais almeja a participação de todos os atores da complexa teia de relações dos sistemas buscando inovações que se adaptem às condições das regiões estudadas.

3.1 ESCOLHA E A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A escolha e a delimitação do município de Sobradinho para a realização do presente estudo baseou-se na descoberta dos fatores que levaram à transformação dos sistemas agrários, baseados na diversificação para autoconsumo e na produção de grãos, especialmente o feijão, atualmente, transformados em especializados na produção de fumo, questionando a rentabilidade da cultura e a dependência econômica dos agricultores familiares pela produção de tabaco.

No mês de janeiro de 2009 foram, então, realizadas quatro reuniões que englobavam o Vale em quatro regiões, são elas: Sobradinho, Candelária, Venâncio Aires e Santa Cruz do

Sul. Assim foram reunidas lideranças, informantes-chave, gestores públicos e grupos de agricultores familiares, em um total de 30 pessoas, com a finalidade de elaborar os tipos de sistemas produtivos mais significativos para a região do Vale do Rio Pardo. Esse processo foi denominado nessa pesquisa como “painel de especialistas”. Esses “especialistas” juntamente com a pesquisadora elaboraram uma tabela de tipologia-base que identifica os tipos de sistemas produtivos da região. Os tipos foram compostos, em percentuais, de acordo com o número de unidades produtivas que se enquadravam nas tipologias correspondentes às informações obtidas nessas reuniões.

O município de Sobradinho foi escolhido por apresentar características que levavam a acreditar que a produção local era diversificada. Além disso, verificou-se que o município já foi um dos maiores produtores de feijão do RS no período pré-contemporâneo e em parte do contemporâneo. Sendo assim, entender as rupturas ocorridas na evolução e diferenciação dos sistemas agrários vem acrescentar mais informações para pesquisas futuras.

3.2 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRAGEM

A definição do tamanho da amostra foi estabelecida respeitando-se as características e diversidades de cada sistema de produção identificado na região de estudo. A estratificação dos agricultores baseou-se na utilização das informações obtidas durante as reuniões ou “painéis de especialistas”. Mósena (2008) também utilizou informações obtidas por informantes-chave para a composição da tipologia de sua pesquisa de mestrado.

Após essa estratificação, realizou-se uma reunião com técnicos do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA para identificar agricultores pertencentes aos estratos – Tipos- pré-definidos. Em seguida procedeu-se a entrevista de cinco agricultores de cada tipo em amostras dirigidas, não aleatórias.

Foram entrevistados mais quatro agricultores sendo três ex-produtores de fumo e um produtor inadimplente com a indústria fumageira. Pelas peculiaridades desses agricultores eles foram descritos nesse trabalho como Estudos de Caso. O Caso 1 trata-se de agricultor que necessita dos proventos da aposentadoria para garantir a renda da UPA, o Caso 2 descreve um agricultor que está introduzindo cultivos para a diversificação da propriedade, o Caso 3

constitui uma família que parou de produzir fumo mas voltaria a produzir e o Caso 4 apresenta um agricultor que possui dívidas a saldar com a fumageira.

Yin (2001) afirma que os Estudos de Caso devem ser adotados sempre que o pesquisador tiver pouco controle sobre os eventos e quando o foco do problema se encontra na evolução contemporânea, em contextos da vida real. No caso dos fumicultores de Sobradinho o problema se concentra, justamente, na época atual, onde são necessárias novas alternativas produtivas e novos mercados que garantam a comercialização dos novos produtos que surgirem ou mesmo a abertura de mercados para os produtos já existentes que apresentam dificuldades de comercialização.

A estratégia de Estudos de Caso se concentra na observação e em série sistemática de entrevistas, conforme Yin¹. Essa estratégia também foi utilizada nessa pesquisa.

As generalizações nos Estudos de Caso são apenas proposições teóricas e, em nenhum momento, sugerem a universalização dos resultados para populações totais de uma localidade. Nos relatos foram utilizados os estudos de alguns casos para preparação de uma pesquisa exploratória futura, em larga escala.

Alerta-se, também, que esses Estudos de Caso não serão considerados generalizações das dinâmicas encontradas para a região fumicultora sob pena de haver mascaramento de dados e distorções provocadas pela análise de somente um observador (a pesquisadora).

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2009, totalizando 14 instrumentos tabulados. O instrumento de coleta de dados baseou-se em Thiollent (1996) e Haguette (1990), aplicando-se um questionário sob forma de entrevista diretiva, também chamada de entrevista estruturada, tendo as perguntas formulações exatas e localização determinada com antecipação. O questionário foi composto de perguntas fechadas para levantamento dos dados de identificação, produção, infra-estrutura de produção e indicadores econômicos referentes ao diagnóstico de situação, buscando levantarem-se dados mensuráveis para posterior análise. O outro instrumento utilizado para as entrevistas foi um roteiro de

¹ YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

entrevista semi-estruturado aberto contendo perguntas qualitativas sobre os objetivos e perspectivas em relação a sua condição de agricultor familiar, produtor de fumo.

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

No primeiro momento analisaram-se os dados levantados nos ‘Painéis de Especialistas’ para a identificação prévia dos sistemas de produção encontrados na região e no município estudado (Sobradinho), o percentual de agricultores que se enquadrava em cada sistema e a definição dos tipos que seriam estudados .

Os dados levantados no questionário fechado foram sistematizados em planilha de EXCEL para calcular os índices quantitativos dos indicadores. Essas tabelas foram organizadas por unidade produtiva agrícola UPA, e por sistema de produção do Tipo I e II a seguir descritos.

Os dados qualitativos levantados através da aplicação do roteiro de entrevista foram organizados levando-se em consideração similaridades e diferenças entre os entrevistados e foram descritos conforme o grau de relevância para os agricultores.

A análise dos resultados servirá para determinar a renda gerada pela produção de fumo e o grau de dependência desses agricultores para o exercício dessa atividade. Além disso, fornecerá informações sobre diversificação produtiva das UPA's.

3.5 TIPOLOGIA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Após a estratificação dos agricultores e dos sistemas de produção adotados por eles procedeu-se com as entrevistas de cada tipo levantado.

A estratificação identificou cinco tipos de sistemas de produção característicos do município estudado. Foram identificados quatro tipos de sistemas de produção onde o fumo estava presente e um onde havia ausência de produção de fumo, porém, levando-se em consideração o percentual de cada tipo levantado, optou-se por descrever, detalhadamente, os dois que são mais representativos em número de produtores, são eles: fumo e produtos para autoconsumo com 50% das famílias envolvidas (Tipo I), fumo e grãos com 20% (Tipo II).

O tipo III consiste de agricultores produtores de fumo, feijão, milho, leite e produtos para autoconsumo, com 14% das UPA's envolvidas. O tipo IV reúne produtores de fumo, frutas, feijão e milho, com 10% das propriedades envolvidas nesse sistema. Já, o tipo V, não produz fumo e é composto por 6% dos agricultores, produz milho, feijão, soja, trigo, hortigranjeiros e gado de corte.

3.6 INDICADORES UTILIZADOS PARA DESCREVER E AVALIAR OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Para caracterização e posterior análise dos sistemas de produção estudados foram utilizados indicadores descritivos e analíticos.

Os indicadores descritivos referem-se às características que representam, pormenorizadamente, as UPA's. Referem-se aos dados de utilização das terras e à mão-de-obra despendida pelos agricultores para a realização das atividades produtivas nas unidades de produção.

3.6.1 Indicadores Descritivos Utilizados

- *Superfície Total (ST)*: Corresponde à área total da propriedade (Unidade de produção) que engloba as áreas utilizadas na produção e as de preservação. A Superfície Total (ST) inclui tanto áreas arrendadas de terceiros como as áreas arrendadas para terceiros.
- *Superfície Agrícola Útil (SAU)*: É a área utilizada para gerar produto agrícola, ou seja, é a área destinada aos cultivos e criações ($SAU \leq ST$). A Superfície Agrícola Útil (SAU) corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, descontadas as áreas improdutivas, as áreas que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola e as áreas arrendadas ou cedidas para terceiros.

- *Unidade Trabalho/Homem (UTH)*: É o indicador que quantifica a mão-de-obra por unidade, ou seja, é a quantidade trabalhada por unidade de mão-de-obra. Uma UTH equivale a 2400 horas anuais ou 300 dias/ano trabalhando 8 horas diárias. Este indicador é o somatório total de UTH da propriedade (mão-de-obra familiar utilizada na propriedade mais a mão-de-obra familiar utilizada em atividades extra-agrícolas como também a mão-de-obra contratada, permanente ou temporária, utilizada na propriedade).
- *Unidade Trabalho/Homem Total (UTH Total)*: É o indicador que quantifica somente a mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas, seja ela familiar ou contratada.
- *Unidade Trabalho/Homem Familiar (UTH Familiar)*: É o indicador que quantifica somente a mão-de-obra familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola.
- *Unidade Trabalho/Homem Contratada (UTH Contrat.)*: É o indicador que quantifica somente a mão-de-obra contratada utilizada na propriedade.

A seguir passaremos aos indicadores analíticos que se referem aos dados lançados na planilha econômica ligados à rentabilidade da produção das UPA's. Esses indicadores servirão de base para as discussões sobre a renda anual obtida pelas UPA's.

3.6.2 Indicadores Analíticos Utilizados

Produto Bruto (PB): Corresponde ao valor final dos produtos agrícolas e beneficiados (artesanato, agroindústria caseira, etc.) gerados no decorrer do ano no estabelecimento agrícola. Integra o Produto Bruto a produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados.

$$PB = \sum (QPVi * PrVi) + \sum (QPEst * PrVi) + \sum (QPCe * PrVi) + \sum (QPCi * PrVi)$$

Onde:

QPVi é a quantidade vendida do produto "i";

PrVi é o preço que foi vendido ou avaliado o produto “i”;

QPEst é a quantidade estocada do produto “i”;

QPCe é a quantidade consumida por empregados do produto “i”;

QPCi é a quantidade do produto “i” que foi consumido pela família.

Renda Agrícola (RA): Corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e que serve para remunerar o trabalho do proprietário e sua família (a mão de obra familiar) e para realizar investimentos, ou seja, o Valor Agregado descontado dos custos de Arrendamento (AR), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos (I) e de Salários e encargos sociais (S).

$$RA = VAL - AR - DF - I - S/E$$

Rendas Não-Agrícolas (RÑA): Correspondem ao somatório da totalidade das rendas e benefícios auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola. Integram as Rendas Não-Agrícolas (RÑA) as Rendas das Atividades Não-Agrícolas (Raña), as Rendas de Aposentadorias (RAPOS), as Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS) e as Rendas Externas (REx).

$$RÑA = \sum (Raña + RAPOS + ROTS + REx)$$

Onde:

Raña corresponde as Rendas das Atividades Não-Agrícolas;

RAPOS corresponde as Rendas de Aposentadorias;

ROTS corresponde as Rendas de Outras Transferências Sociais;

REx corresponde as Rendas Externas.

Renda Agrícola sobre a Superfície Agrícola Util: Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da área do estabelecimento agrícola. Este indicador permite avaliar o Rendimento da Terra no estabelecimento agrícola.

$$RA / SAUt]$$

Valor Agregado Líquido (VAL): Corresponde à riqueza líquida produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Valor Agregado Bruto descontado do valor correspondente à Depreciação (Dep) dos equipamentos e benfeitorias.

$$VAL = VAB - Dep.$$

Consumo Intermediário (CI): O Consumo Intermediário (CI) é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola, tanto agrícolas como utilizados na transformação da produção. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.

3.6.3 Outros Indicadores Utilizados

De posse desses indicadores foram formulados outros que possibilitaram uma maior compreensão dos sistemas analisados com ênfase na produção de fumo, são eles:

Superfície Agrícola Útil ocupada pelo fumo em relação à superfície agrícola Útil total da UPA: Esse indicador demonstra a área ocupada com plantações de fumo em relação à área ocupada com outros cultivos e criações nas UPA's. É representado por:

$$SAU \text{ Fumo} / SAU \text{ total } (\%)$$

Produto Bruto do fumo: O Produto Bruto (PB fumo) corresponde ao valor final do fumo gerado no decorrer do ano no estabelecimento agrícola. É representado por:

$$PB \text{ fumo} = \sum (QPVi * PrVi) + \sum (QPEst * PrVi)$$

Onde:

QPVi é a quantidade vendida do produto "i".

PrVi é o preço que foi vendido ou avaliado o produto "i".

QPEst é a quantidade estocada do produto “i”.

PB fumo/PB total (%): Esse indicador combinado representa o percentual do produto bruto do fumo em relação ao produto bruto total.

Renda Fumo/ Renda total: Representa a renda obtida pelo fumo em relação à renda total em valor expresso em Reais.

Renda fumo /Renda total (%): Representa a renda obtida pelo fumo em relação à renda total em valor percentual.

RA/SAU: Corresponde à contribuição de cada unidade de área em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da área do estabelecimento agrícola. Este indicador permite avaliar o Rendimento da Terra no estabelecimento agrícola.

Renda Total /12 meses: Representa a renda obtida, mensalmente, nas UPA's. É representada por:

$$RT/12$$

Valor Agregado Líquido do fumo: O Valor Agregado Líquido do fumo (VAL do fumo) corresponde à riqueza líquida produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Valor Agregado Bruto do fumo descontado do valor correspondente à Depreciação (Dep) dos equipamentos e benfeitorias ligadas à produção de fumo.

$$VAL \text{ fumo} = VAB \text{ do fumo} - Dep. \text{ do fumo}$$

Consumo Intermediário do fumo (CI fumo): O Consumo Intermediário do fumo (CI) é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do fumo no estabelecimento agrícola.

Indicador de Diversificação de Cultivos e Criações: Hoffmann (1976) escreve que a especialização na agricultura familiar é aquela em que o cultivo ou criação baseia-se em somente uma linha de produção. A vantagem da especialização seria o desenvolvimento das habilidades do agricultor para efetuarem determinados serviços, permitindo melhor aplicação do capital e facilitando a administração da empresa rural.

Já, a diversificação ocorre quando as unidades produção têm vários sistemas de culturas e criações, proporcionando fontes variadas para a composição da renda total durante o ano.

Ferreira, Oliveira e Sá (2008) construíram um índice de diversificação para análise de tipologias agrícolas em propriedades diversificadas e não diversificadas. Basearam-se na renda bruta proveniente dos cultivos e criações. Os autores consideraram que se mais da

metade da renda das unidades de produção vem de um único cultivo ou criação, não há diversificação mas, sim, especialização produtiva. Para as análises da presente pesquisa pretende-se utilizar esse índice de diversificação das unidades de produção.

O índice de diversificação construído pelos autores é definido na expressão $I = 1/\sum Fx^2$. Onde Fx é a fração da renda bruta total proveniente da linha de exploração X . Quanto maior o valor de I , maior será o índice de diversificação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão da pesquisa serão apresentados em três partes, a primeira em identificação e descrição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários, a segunda na elaboração da tipologia e a terceira, nos relatos de caso.

O primeiro olhar sobre as características da região foi obtido na pesquisa de dados secundários e esses dados iniciais facilitaram o reconhecimento das áreas auxiliando na formulação da leitura da paisagem.

Para a caracterização do município e dos sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares estudados, procedeu-se um levantamento de dados da região do Vale do Rio Pardo a fim de melhor compreendermos as relações internas e externas praticadas em cada sistema estudado, permitindo dessa forma, uma melhor análise e contextualização da área de estudo com a microrregião onde está localizada.

4.1 ZONEAMENTO DE SOBRADINHO

Ao iniciarmos a caracterização dos sistemas, encontrados no local de estudo, vale referirmos que são visualizadas duas formas distintas de exploração da Agricultura, principalmente, com a chegada dos imigrantes alemães, descritos a partir do sistema agrário pré-colonial, a zona de campo (I) e a zona de mata (II). Essa forma de evolução só vem a corroborar o que se encontrou nas principais linhas de evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. Também será realizada uma breve descrição do Vale do Rio Pardo, região onde está situado o município de Sobradinho.

Os agricultores nas zonas de campo utilizavam a técnica de queimada e pousio para o cultivo das espécies destinadas à alimentação humana evoluindo, após a Revolução Verde, para o cultivo de grandes lavouras. Nessas áreas será encontrada, ainda, a criação de gado, “gado em pé”, evoluindo para a criação extensiva desses animais. Verificou-se que a cidade de Sobradinho, em sua zona de campo (I), introduziu, principalmente, o cultivo de feijão, após a ruptura do sistema passou a produzir fumo em estufas. A criação de gado melhorado geneticamente em sistema extensivo, também foi referida em várias fontes de consulta.

A zona de mata classificada neste trabalho por zona II foi, fortemente, influenciada pelo cultivo de fumo. Em um primeiro momento foi observado o cultivo de fumo a campo evoluindo para o cultivo em estufas, no período aqui classificado por colonial II. A evolução das técnicas de cultivo se deu, provavelmente, por dois motivos, o primeiro deve-se, assim como o que ocorreu nas zonas de campo, à Revolução Verde e o segundo, pela impossibilidade do cultivo a campo devido à degradação ocorrida no solo. No decorrer dos períodos de cultivo deve ter havido profunda lixiviação, pela ação livre das águas devido à falta de proteção da vegetação, onde atualmente, verifica-se o afloramento de rochas.

Para visualização das zonas estudadas foi utilizado o programa Google Earth dividindo o município de Sobradinho em duas zonas, zona I (campo, parte sul) e zona II (florestada, parte Norte). Podemos observar essa divisão, na Figura 2, a seguir:

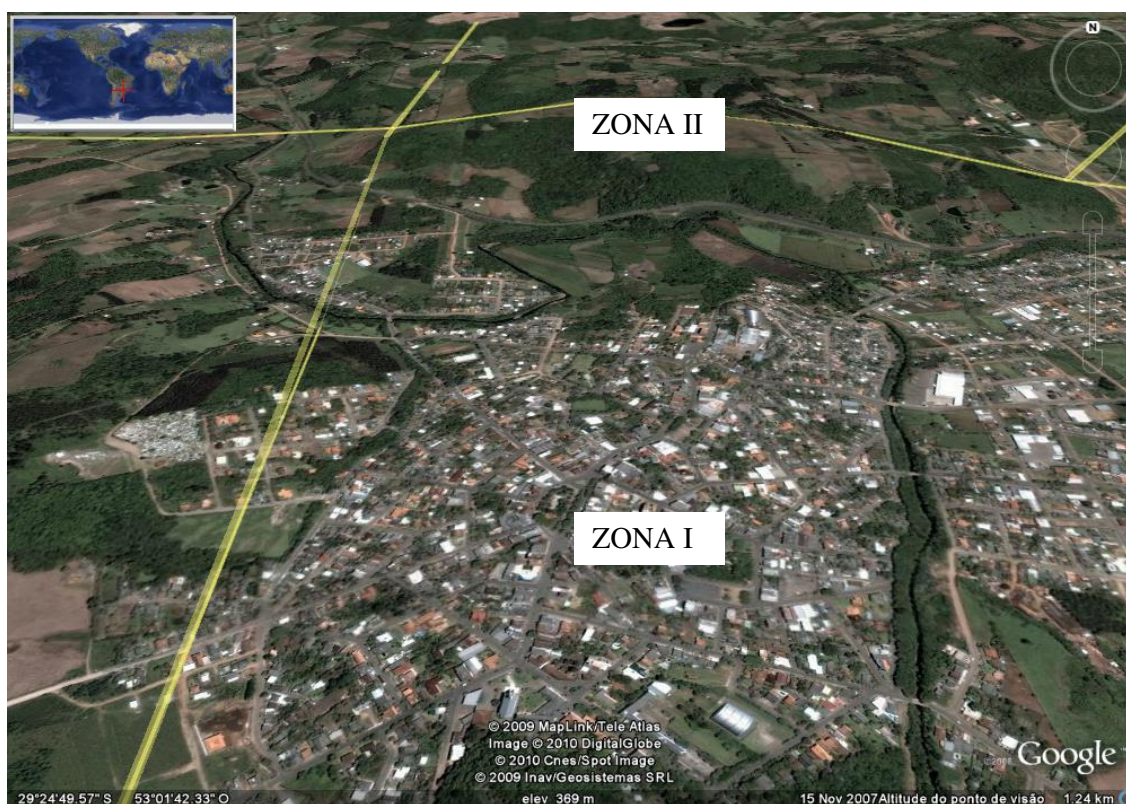


Figura 2 - Município de Sobradinho com as zonas de estudo I e II

Fonte: Google Earth (2010).

Na Figura 3 podemos visualizar a evolução da degradação do ambiente ao longo dos anos, nas zonas estudadas. A zona II (encosta da serra – ao Norte), caracteriza-se por área florestada, foco do presente estudo. Na zona I há o predomínio de vegetação de campo.

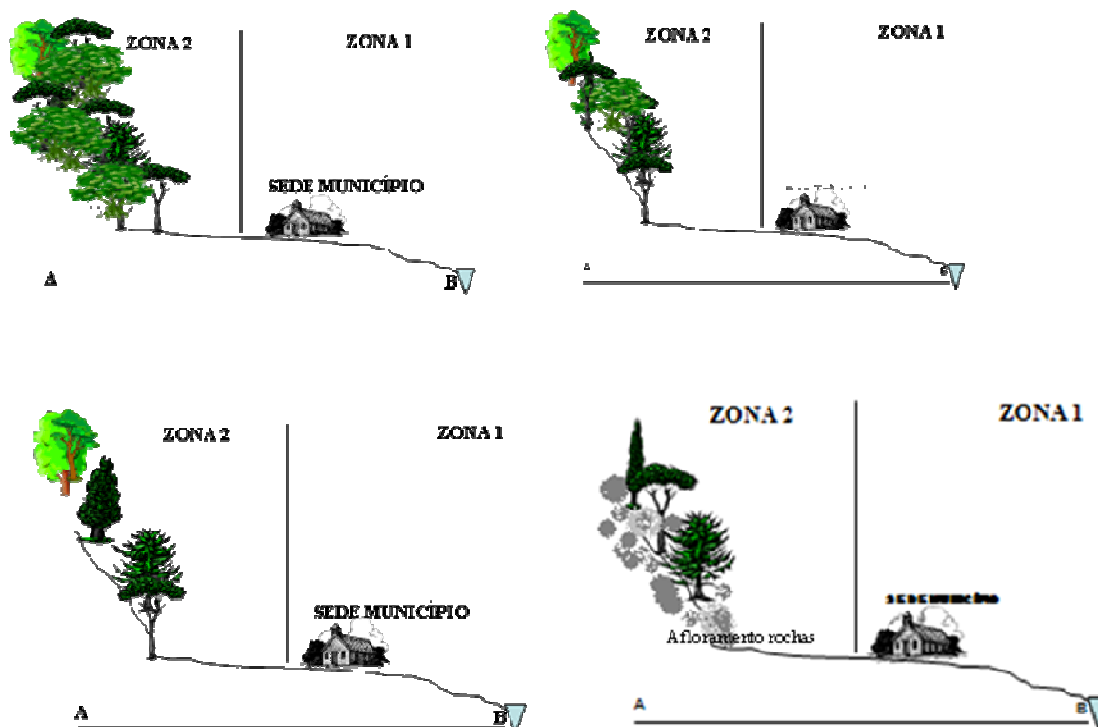


Figura 3 - Evolução da degradação do ambiente nas zonas I (campo) e II (floresta)

Fonte: Elaborada pela autora (2009).

O município de Sobradinho, situado na região Centro-Serra, faz divisa ao Norte com o município de Arroio do Tigre, ao Sul com Lagoa Bonita do Sul, ao Leste com Passa Sete e Segredo e ao Oeste com Ibarama.

Caracteriza-se por altitude de 427m conferindo paisagens com relevo bastante ondulado. Em 1901, o município caracterizou-se pelo povoamento de imigrantes alemães. Seus habitantes iniciaram, então, a produzir gado de corte. Na década de 70, o principal produto vegetal era o feijão, hoje é o fumo.

O município foi dividido em dois zoneamentos (Zonas I e II) conforme os solos, vegetação, clima e relevo. Encontraremos, na **zona I**, áreas de campo com solos de baixa fertilidade, de relevo plano a suave ondulado, com baixa disponibilidade de nutrientes e

excesso de alumínio, do tipo argissolos e solos de fertilidade média de relevo plano a suave ondulado, as altitudes presentes no local vão de 100m a 200m.

A precipitação anual gira em torno de 1600 a 1800 mm. O clima é subtropical e a vegetação é caracterizada por matas de galerias modificadas pela profunda ação antrópica. A sede do município encontra-se nessa área, onde existe relevo mais plano, ao sul. São cultivados o milho, o feijão, a mandioca, a soja e existe a criação de gado de corte .



Figura 4 - Zona de campo da (Zona I)

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (2009).

A **zona II** está localizada ao Norte do município e caracteriza-se por apresentar relevo fortemente ondulado com formação de grandes vales, sendo a área de destaque do presente estudo devido ao cultivo intensivo de fumo. O solo é da unidade de mapeamento da Associação Ciríaco-Charrua (Litossolo), onde encontraremos como base da produção agrícola o Tabaco. São encontrados, ainda, solos lateríticos nas zonas de relevo forte-ondulado, com a presença de erosão.

Aqui encontraremos os problemas mais graves quanto à conservação do solo com a presença de afloramentos rochosos, onde a declividade é muito acentuada, impedindo a utilização agrícola mecanizada.



Figura 5 - Zona de floresta da pesquisa (Zona II)

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (2009).

São cultivados o milho, o feijão, a mandioca, e a soja. Existe a introdução de uvas para a produção de vinho e a criação de peixes, principalmente, carpas.

Nas áreas mais acidentadas ainda encontraremos resquícios de mata nativa, com processos de reflorestamento, sendo introduzidas espécies exóticas como: o eucalipto (*Eucalyptus sp.*), e o Pinheiro (*Pinus sp.*).

O clima encontrado é semelhante ao da zona I mas, devido ao relevo característico desses locais altos, existe a formação de geadas. A fauna e a flora são diversificadas, mas há o predomínio das áreas florestadas, embora sob forte ação antrópica. Para uma visão macro da região de estudo será caracterizada também a região do Vale do Rio Pardo.

A fim de uma rápida visualização da região do Vale do Rio Pardo, podemos observar no mapa o município de Sobradinho, identificado pelo número 12, a seguir.

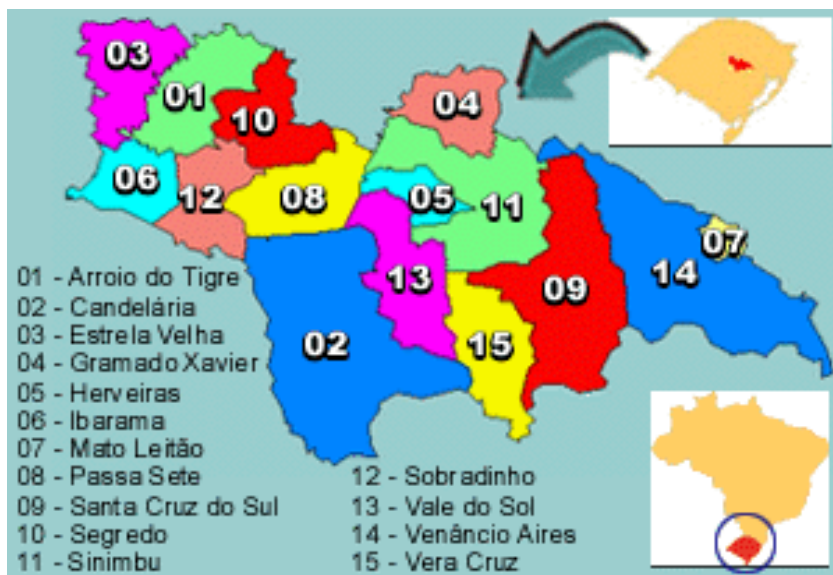


Figura 6 - Mapa com os municípios que compõe a região do Vale do Rio Pardo

Fonte: Rio... (2008).

Nota: O município de Sobradinho encontra-se identificado pelo item 12.

O Vale do Rio Pardo, região onde está situado o município de Sobradinho, localiza-se na região centro-oriental do Estado do RS e leva o nome do afluente do rio Jacuí. A diversidade na sua geografia manifesta-se nas terras altas, de 600m do Planalto Arenito Basálticas e nas terras baixas, de 100m na Depressão Periférica gaúcha. A região compreende, atualmente, 23 municípios, sendo formada por áreas campestres na região sul, ocupada em parte pelos campos nativos, principalmente em grandes propriedades, sendo substituída pela pastagem melhorada, por cultivos diversificados e, das planícies próximas aos rios, pela predominância da cultura irrigada do arroz, associada à criação de gado.

A vegetação é composta, ao norte pela floresta estacional decidual (floresta tropical caducifólia e ao sul, pela predominância de estepe (campos gerais planálticos). Segundo o Atlas Sócio-Econômico do RS, o Rio Grande do Sul possui dois biomas: o do Pampa e o da Mata Atlântica. O Bioma Mata Atlântica, pode ser encontrado, na parte Norte do Vale do Rio Pardo, abrangendo 13,04% do território brasileiro com uma área de 1.110.182 km² e ocupa toda a faixa continental leste brasileira, estendendo-se para o interior no sudeste e sul do país,

sendo definido pela vegetação florestal predominante e relevo diversificado. O Bioma Pampa, encontrado na parte Sul, possui uma área de 176.496 km², ou seja 2,07% do território brasileiro. Este Bioma é restrito ao Rio Grande do Sul e se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. Também, no município objeto do estudo, encontraremos o bioma Mata Atlântica ao norte e o Pampa ao sul.

Quanto à formação geológica do Vale do Rio Pardo temos a seguinte distribuição: predominância de rochas sedimentares/arenitos datados de 66 milhões de anos, do Farenozóico., principalmente na depressão central, próximo à Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. Na direção norte existem formações de rochas magmáticas, e ao sul, predominância de rochas sedimentares, ambas com cerca de 230 milhões de anos.

4.1.1 Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários de Sobradinho

A seguir passaremos a descrever a evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários encontrados em Sobradinho.

A caracterização dos sistemas foi dividida em seis períodos, com a finalidade de melhor descrever os episódios históricos envolvidos na evolução agrária do município que é objeto do estudo. Podemos observar o quadro sintético a seguir (Quadro 1) que apresenta as informações dos seis sistemas agrários a serem descritos, em seguida.

Características	Sist. Agr. Indígena Até 1750	Sist. Agr. Pré-colonial 1750-1849	Sist. Agr. Colonial I 1849-1930 (fundação de Sobradinho em 1901)	Sist. Agr. Colonial II 1930-1965	Sist. Agr. Pré-contemporâneo 1965-1990	Sist. Agr. contemporâneo a partir 1990
ZONA I						
Exploração meio	Pesca	Pecuária tipo extensivo	Pecuária e agricultura	Pecuária e agricultura	Pecuária e agricultura	Pecuária e agricultura
Artificialização meio	Pesca	Sesmarias e estâncias	Agricultura queimada e pousio e mecanização	Agricultura queimada e pousio, Mecanização e uso de insumos	Mecanização e uso de insumos	Mecanização e uso de insumos
Plantas cultivadas	Mandioca, milho, feijão autoconsumo	Plantas autoconsumo: madeira, milho, feijão preto, batata comercial diversificado	Erva-mate, madeira, milho, feijão preto, batata comercial diversificado	Erva-mate, madeira, milho, batata Feijão variedades (preto, enxofre e cavalo) e outros grãos (comercial diversificado)	Fumo, Feijão preto e hortifrutigranjeiros, cultivo especializado de fumo	Feijão e outros grãos, hortigranjeiros e cultivo especializado de fumo
Acesso fundiário	Coletivo/grupal	Estâncias	Estâncias	Lavouras e criação	Lavouras	Lavouras
Grupos sociais	Tribos	Estancieiros e criadores de gado	Estancieiros e criadores de gado	Produtores rurais	Produtores rurais	Produtores rurais
Força de trabalho	Livre	Familiar, processo inicial de mão-de-obra contratada	contratada, familiar	contratada, familiar	contratada, familiar	contratada, familiar
Políticas públicas	Concessão sesmarias	Política imperialista imigração	Concessão lotes urbanos	Crédito Agrícola e crédito rural	Crédito rural subsidiado, PROAGRO	CQCT e PNDACF
Ruptura sistema	Bandeirantes e doenças	Abertura portos e chegada dos imigrantes alemães ao VRP	Crise modelo agrário exportador, quebra bolsa NY	Revolução verde, sistemas especializados de produção	Surgimento das agroindústrias e pólo de beneficiamento fumo	EM EVOLUÇÃO
ZONA II						
Exploração meio	Coleta artesanal e agricultura	Agricultura de derrubada-queimada	Agricultura de derrubada-queimada	Agricultura de derrubada-queimada	Agricultura	Agricultura
Artificialização meio	Caça e sistema cultivo queimadas	Agricultura de derrubada-queimada c/ tração animal leve	Agricultura de derrubada-queimada c/ tração animal leve	Uso de insumos	Uso de insumos	Uso de insumos
Plantas cultivadas	---	Plantas autoconsumo	Fumo, erva-mate, madeira, milho, feijão, suínos, batata diversificado	Fumo em estufas e hortifrutigranjeiros, cultivos (comerciais diversificados)	Fumo em estufas (escala agroindustrial) sistema especializado de cultivo de fumo e hortifrutigranjeiros	Fumo em estufas (escala agroindustrial) em sistema especializado de cultivo de fumo e hortifrutigranjeiros
Acesso fundiário	Coletivo/grupal	Lotes para imigrantes	Lotes para imigrantes	Lotes familiares	Lotes familiares	Lotes familiares
Grupos sociais	Tribos	Pequenos produtores familiar	Agricultores familiares	Agricultores familiares	Agricultores familiares	Agricultores familiares
Força de trabalho	Livre	familiar	contratada, familiar	contratada, familiar	contratada, familiar	contratada, familiar
Políticas públicas	Concessão sesmarias	Lotes para os imigrantes Política imperialista imigração	Concessão lotes urbanos	Crédito Agrícola e crédito rural	Crédito rural subsidiado, PROAGRO	CQCT e PNDACF
Ruptura sistema	Bandeirantes e doenças	Abertura portos e chegada dos imigrantes alemães	Crise modelo agrário exportador, quebra bolsa NY	Revolução verde, sistemas especializados de produção	Surgimento das agroindústrias e pólo de beneficiamento fumo	EM EVOLUÇÃO

Quadro 1 - Quadro Demonstrativo dos Sistemas Agrários de Sobradinho (Zonas I e II)

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1.1 Sistema agrário indígena

Passaremos a apresentar o Sistema Agrário Indígena que prevaleceu no local de estudo até o ano de 1750.

Fazendo alusão ao zoneamento geográfico do presente trabalho, na zona I, habitavam os índios que exploravam o meio, à margem dos rios praticando a pesca e, na zona II, através da coleta artesanal e agricultura. As plantas cultivadas consistiam em milho, mandioca, fumo, erva-mate e abóbora. O modo de artificialização do meio era realizado através da caça e sistema de cultivo de queimadas na agricultura. O acesso fundiário, segundo Ayukauwa e Alles (2003), era o coletivo/grupal e o cultivo era realizado, conforme Silva, N. B. P. (2001) com uma tecnologia que consistia nas seguintes etapas: corte do mato, queimada, cultivo da roça sem remoção de troncos e sem afofar o chão. A colheita era realizada antes do inço tomar conta da área plantada que posteriormente era abandonada e uma nova área era desvendada.

O fumo já estava presente na área cultivada junto com os outros produtos agrícolas e era utilizado, após a secagem e trituração das folhas, em cachimbos para a inalação da fumaça. (VOGT, 1997).

Os principais grupos sociais encontrados nesse sistema eram as tribos e a força de trabalho era livre, as mercadorias produzidas eram negociadas na forma de trocas para autoconsumo (SILVA, N. B. P.,2001).

Para Schmitz (2006), a região de campos altos e pinheirais e a encosta leste era habitada por indígenas que caçavam utilizando artefatos com pontas de projétil, da tradição Umbu (fase Uruguai). O autor refere que, nos vales florestados, haviam ainda os caçadores sem pontas de projétil de pedra, da tradição Humaitá (fase Ibicuí). Os instrumentos utilizados pelos Umbus eram confeccionados através da técnica de percussão, pressão e polimento de material lítico. Para Ayukauwa e Alles (2003) esses índios teriam se fixado na encosta do planalto há 8.000 anos a. C.

Vogt e Silveira (2001), falam que, tradicionalmente, os Umbus caçavam vários tipos de animais para alimentação, tais como: anta, o veado, o porco-do-mato, a cutia, o coati, a paca, o bugio, a jaguatirica, o tatu, o ratão do banhado e outros ratos, a preá, cágados e lagartos, também praticavam a pesca e a coleta.

Schmitz (2006) relata que ao analisarem:

[...] uma amostra de restos de animais encontrados em um sítio de abrigo-sob-rocha, da tradição Umbu, localizado no vale do rio Maquiné em Osório, identificaram cerca de 400 ossos de mamíferos e algumas dezenas de outros animais. Quantitativamente os mamíferos estavam assim representados: 46% de tatus, 29% de cervídeos (veado-campeiro e veado mateiro), 13% de carnívoros (graxaim, gato-do-mato e lontra), 6% de roedores (preá, cutia, ratão-do-banhado e ouriço-cacheiro), 3% de porco-do-mato-cateto, 2% de anta, 2% de bugio e 0,5% de gambá. Também identificamos restos de cágados, lagartos, peixes, aves e moluscos (aruá-do-mato, um bivalve de água doce e seis espécies marinhas). (SCHMITZ, 2006, p. 154).

Schmitz (2006) afirma que o começo da tradição ceramista Taquara corre paralelamente a uma neolitização geral do planalto brasileiro e a migração, para o sul do Brasil, de uma população horticultora da borda da Amazônia, foi identificada pelos arqueólogos como Tupi guarani. O autor afirma que, por volta do ano de 1.500, a região já era ocupada por índios dessa tradição. Cabe aqui esclarecer que, segundo Schmitz e Becker (1991), os grupos pré-históricos são classificados de acordo com suas características culturais, onde tradição:

[...] são conjuntos maiores de materiais com características semelhantes que reúnem diversas fases e que mantêm as características isoladas como diagnósticas dentro de um tempo e espaço mais amplos, ou simplesmente “é o espaço e o tempo de uma nação indígena”. (SCHMITZ; BECKER, 1991, p. 256-257).

Silveira (2008) relata que um segundo grupo indígena, da tradição Humaitá ocupou a região há 3.000 anos. Os descendentes desses índios, que habitavam a região por volta do século V, foram os primeiros a cultivarem milho, feijão e mandioca para autoconsumo.

Para Vogt (1997) houve a chegada dos bandeirantes vindos de São Paulo com o intuito de caçar os índios e levá-los para trabalhar de forma escrava nos engenhos de cana em São Paulo e nas mineradoras em Minas Gerais e isso provocou o desaparecimento desses povos que ocupavam o local. Além disso, muitos índios foram acometidos de doenças trazidas por esses brancos.

A chegada dos alemães na região de Santa Cruz do Sul, migrando para a região de Sobradinho, acabou por transformar essas terras indígenas com a introdução de novas técnicas de cultivo do próximo sistema agrário.

4.1.1.2 SISTEMA AGRÁRIO PRÉ-COLONIAL

O Sistema Agrário Pré-colonial caracterizado pelas Estâncias e Pecuária Extensiva ocorreu no período compreendido entre os anos de 1750 até 1849.

A zona I destacava-se pela presença das estâncias e pela criação pecuária do tipo extensivo (criação de gado nos campos), no período de 1750 a 1849. Com a abolição iniciava-se o processo de contratação de mão-de-obra dos imigrantes recém chegados da Alemanha.

A zona II, característica pela presença de pequenos lotes de terra, ainda pouco explorada, até a chegada dos imigrantes, tinha como modelo a agricultura de derrubada-queimada e a produção era quase que, totalmente, destinada ao autoconsumo. As ferramentas manuais como enxada, foice e picão, eram os instrumentos de trabalhos utilizados nesse sistema. Após a chegada dos imigrantes alemães iniciam-se os cultivos com a utilização da tração animal leve. As atividades das unidades de produção eram realizadas pela mão-de-obra da família, sem haver a contratação externa de pessoas.

Ainda nesse sistema (zona II) observa-se que existiam relações de troca constante com produtos agroflorestais, bem como alguns excedentes de produção como erva mate, trigo, feijão. Já, na zona I, além dos produtos citados acima outros produtos serviam para troca como o charque, a graxa e o couro.

Silva, N. B. P. (2001) afirma que a atividade agropecuária predominante era a criação de gado que criava a dispersão da população para outros territórios e ia contra os interesses da coroa. Então, foram iniciados os processos de concessão de lotes para imigrantes que desejavam fixarem-se nas terras. O fator preponderante de transição para o sistema agrário seguinte foi a chegada dos imigrantes alemães com o apoio da política imperialista vigente na época.

Segundo Silveira (2005) a chegada dos alemães ao Vale do Rio Pardo, que provocou a ruptura do sistema pré-colonial, se deve a dois fatores, sendo o primeiro; a abertura dos portos, em 1808, quando Portugal passa então a povoar regiões de terras devolutas para incrementar o comércio local. E o segundo, é devido ao fim do Feudalismo na Alemanha e ao avanço do processo de unificação que leva os camponeses à tentativa de alçarem novos vãos no sentido de desbravarem novas terras, chegando ao Rio Grande do Sul.

Cabe ressaltar que em 1830, segundo Souza (2002), começam as dificuldades dos imigrantes em se instalar, muitos aguardavam meses pela terra prometida pelo Governo. Ou seja, em um intervalo de seis anos, o cenário político mudou, e os colonos que começavam a

trabalhar nas terras, somente recebiam o excedente de produção das colônias mais antigas para garantir, principalmente, a alimentação.¹

O fumo passou então a ser cultivado por esses alemães em 1824, na Colônia de São Leopoldo e na região do Vale do Rio Pardo, mais expressivamente, em Santa Cruz do Sul, em 1850. Nesse período os imigrantes iniciavam as primeiras tentativas de introdução do cultivo de fumo para comercialização.

4.1.1.3 Sistema agrário colonial I

O Sistema Agrário Colonial I caracterizou-se pela presença da Colonização Européia e Granjas de Arroz e desenvolveu-se de 1849 até o ano de 1930.

A agricultura no sistema colonial I era de queimada e pousio, com instrumentos de produção manuais com predominância de produção para autoconsumo. Quando da introdução de mecanização agrícola leve começa a haver um excedente de produção que será destinada ao comércio. Nesse período a mão-de-obra já era livre, composta pela família ou contratada, na zona I.

No ano de 1888 era concedida a abolição da escravatura pela princesa Isabel e, assim, a mão-de-obra escrava passou a ser livre, forçando a contratação de imigrantes para o cultivo das lavouras. Nessa zona, com predominância de campo, foi introduzido o cultivo do feijão preto e outros grãos, além de batata e fumo em corda. A partir de 1901, com a emancipação do município de Sobradinho, iniciava-se a produção de feijão com o intuito de comercialização do excedente.

A zona II, área florestada, ocupada pelos imigrantes alemães, evoluiu para o cultivo do fumo mais intensamente após o surgimento, em 1918, do primeiro pólo industrial fumageiro. A agricultura de derrubada-queimada, com a introdução da tração animal leve, característica dos tratos culturais europeus, foi introduzida pelas técnicas de cultivo trazidas pelos alemães. Havia, além do cultivo do fumo, a produção de erva-mate, madeira, milho, feijão, trigo, suínos e batata. Houve a intensificação do desmatamento para a construção das casas dos

¹ Etges (1991) afirma que “[...] a partir do século XVIII o fumo passou a ser o principal gênero de comércio de escambo dos escravos na Costa da Mina (atual Costa da Guiné), chegando a representar 30% das exportações de fumo do Brasil colonial que, até a extinção do tráfico em 1850, fez a riqueza dos comerciantes baianos”. Não, por acaso, no mesmo ano, na região Sul, chegavam imigrantes alemães na cidade de Santa Cruz do Sul devido à escassez de mão-de-obra.

imigrantes. Esse processo, aliado à produção intensiva de um cultivo especializado, desencadearia, mais tarde, a redução da fertilidade do solo com a alteração das características físico-químicas, erosão e afloramento de rochas devido às constantes lixiviações pela água das chuvas (observar Figura 2).

Segundo Souza (2002), ainda em 1877, Santa Cruz foi desmembrada de Rio Pardo tornando-se núcleo da colonização alemã, ou seja, dali migraram muitos colonos que iriam povoar, mais tarde, em 1901, o município de Sobradinho. Junto com a atividade agrícola houve um processo de especialização, surgiram moinhos, atafonas, engenhos de açúcar, fábricas de azeite, curtumes e figuras sociais como tropeiros, carreteiros, ferreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, pedreiros, oleiros e outros novos ofícios foram, também, aparecendo. Acredita-se que as regiões do entorno seguiram esses mesmos padrões de desenvolvimento mas o núcleo mais desenvolvido era a cidade pólo de Santa Cruz do Sul.

Silva, N. B. P. (2001) ressalta que a colonização alemã, no pólo de produção fumageira é traduzida por um “processo de economia de mercado em um espaço economicamente vazio” porque as terras utilizadas não interessavam aos latifúndios. As áreas ocupadas pelos alemães eram as de floresta, zona II, de Sobradinho, desprezadas pelas fazendas de criação de gado, que se fixaram nas zonas planas de campo. As relações de produção e troca consistiam na produção agropecuária e colonial, acrescidos de artesanato de autoconsumo.

Segundo Bassan (2003) a formação econômico-social da região do Vale do Rio Pardo, onde está localizado o município de estudo, estava vinculada aos interesses de expansão dos portugueses nas terras do sul do Brasil. A própria fortaleza Jesus-Maria-José, foi criada para a defesa dos interesses militares e consolidação das conquistas e domínios dos portugueses. Em 1855, os alemães foram contemplados com a concessão de lotes urbanos, onde era realizado o beneficiamento industrial do fumo produzido na zona rural.

Em meados de 1900 inicia-se a mecanização do cultivo agrícola e a economia é definida pela dominação capitalista do processo produtivo, onde as unidades de produção industrial eram hegemônicas.

Em 1918, quando do surgimento do pólo industrial fumageiro em Santa Cruz do Sul, o país vivia sob o império do café, quando em 1922 o governo federal elaborou uma política de defesa permanente para o produto. O surgimento desse pólo aqueceu a economia da região e, segundo Lima (2007), foram introduzidos, de forma experimental, os fumos curados em fornos (ou estufas), com técnicos que foram trazidos dos Estados Unidos para o Rio Grande

do Sul, mais especificamente para a região do Vale do Rio Pardo, devido à tradição no cultivo de fumo em folha.

Inicia-se o surgimento das agroindústrias e as lavouras de fumo entraram numa fase de grande expansão com o final da liberdade vigiada de Portugal e assim tornou-se possível cultivar qualquer espécie, em qualquer lugar. Além disso, a possibilidade do comércio direto com países estrangeiros representou um grande incentivo e as províncias que mais se destacaram foram as de Goiás, Minas Gerais, Bahia e, por um fenômeno especial ligado à vinda dos imigrantes alemães, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

4.1.1.4 Sistema agrário colonial II

O Sistema Agrário Colonial II tem a presença da Agricultura familiar e caracteriza-se pelo início da industrialização, no período compreendido entre os anos de 1930 até 1965. Ressaltando que, no final desse período, em 1960, surge um sistema de produção baseado num pacote tecnológico orientado pelas indústrias de sementes, insumos e genética, denominado Revolução verde.

A zona I continua aqui com as mesmas características do sistema agrário colonial I até a chegada da revolução verde que introduziu a mecanização e o uso de insumos para a produção de cultivos intensivos em grande escala. Além disso, essa zona, teve forte impacto antrópico devido à instalação da sede do município e a expansão das áreas construídas.

Com a introdução dos insumos em grande escala houve também a aceleração dos processos de produção especializados, as unidades produtivas passaram a adotar esse modelo e deixaram de implantar cultivos e criações diversificados no final do período.

O feijão preto continuou sendo produzido na maioria das propriedades, porém houve a introdução de outros tipos de feijões como “feijão para sopa” ou “feijão de cor”, nomes populares dados pelos italianos, cujas variedades principais eram Enxofre e Cavalo.

A zona II evoluiu para a produção de fumo em estufas, agora em escala industrial, porém continuam sendo produzidos o milho, feijão, trigo, erva-mate, batata e suínos. Embora nesse período a produção já se dê em escala industrial, devido às condições impróprias dos solos, com o afloramento de rochas, não foi possível a utilização de mecanização pesada, permanecendo a utilização de tração motorizada leve.

A mão-de-obra é familiar, mas, com a introdução de diversos insumos químicos e tração motorizada leve e pesada, a agricultura de pousio vai desaparecendo e surge também a mão-de-obra contratada na zona II.

Segundo Silveira (2005), há uma diminuição da expansão da cultura do fumo, entre os anos 40 e 50, um dos motivos foi a primeira campanha antitabagista ocorrida na Alemanha, principal mercado comprador da mercadoria. Esta campanha foi apoiada pelo governo, depois do Partido Nazista haver tomado o poder. Além disso, os efeitos causados pela guerra, ligados às dificuldades como a falta de alimentos e oportunidades de trabalho, com pouco dinheiro circulando no comércio para os europeus, viria a prejudicar a expansão do mercado, pela diminuição da demanda da Europa.

O nacionalismo do presidente Vargas foi substituído pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubstischek e houve então a estimulação do capital nacional com incentivos fiscais e financeiros que protegiam o mercado interno, houve a diversificação da economia nacional e assim foi iniciada a marcha da mecanização agrícola.

Em meados de 1960 surgem novas empresas multinacionais devido a uma crise que ocorria na Rodésia, hoje Zimbábue, elas estavam em busca de mercados menos instáveis. Sebastião Pinheiro (2009) em entrevista ao Instituto Humanitas, no Anexo D, afirma que:

Por volta de 1960, a Rodésia, uma região da África no período da colonização, tinha um regime racista e não permitiam que os negros vivessem no país. Hoje, a região da Rodésia em que existia fumo se transformou em Zimbábue, Zâmbia, Uganda. Essa gente emigrou porque os árabes passaram uma moção às Nações Unidas dizendo que, em função do racismo, nenhum país poderia comprar fumo da Rodésia. Por isso, houve uma grande migração de capitais ingleses da Rodésia para o Brasil, que passou a produzir fumo principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. As áreas de colônias que já existiam nesses estados foram utilizadas para esse fim. (PINHEIRO, 2009).

Então, além do mercado alemão, houve também o incentivo do mercado inglês para a estimulação do incremento da produção de fumo em folha voltado para comercialização.

Ao lado da política pública de crédito, criada em 1965, própria para o financiamento de grandes lavouras iniciaria o processo de integração das empresas fumageiras formando, mais tarde, um oligopólio em que os pequenos produtores foram introduzidos no sistema integrado de produção, ficando a mercê dos pacotes tecnológicos repassados pela indústria. Ou seja, havia crédito abundante para as lavouras de grande porte já, para os agricultores familiares, foi iniciado o processo de produção integrada, onde a única fonte de crédito era

dada pelas fumageiras, iniciando o processo de dependência desse sistema para os fumicultores. Essas rupturas ocorridas iriam provocar mudanças importantes nos sistemas de produção que levaram à transformação dos cultivos agrícolas para que se voltassem, cada vez mais, para a exportação do fumo em folha a um baixo custo de mão-de-obra.

4.1.1.5 Sistema agrário pré-contemporâneo

O sistema agrário pré-contemporâneo desenvolveu-se no período de 1965 a 1990, tendo alterações significativas quanto à forma de exploração do meio cultivado. A zona I segue utilizando a mecanização e fazendo uso de insumos, e a zona II utiliza o pacote tecnológico de produção de fumo.

Ainda neste período, nas duas zonas, a produção de hortigranjeiros passa da produção para autoconsumo para uma produção comercial, embora ainda seja praticada em pequena escala.

A zona II continua com a produção de fumo em estufas, pelos agricultores familiares. A inovação se dá com a introdução do cultivo com plantadeira manual e com o processo industrial de beneficiamento do produto. Continuam sendo produzidos o milho, feijão, trigo, erva-mate, batata e os suínos, mas de forma a garantir o autoconsumo. A mão-de-obra continua sendo familiar e os produtos têm escala agroindustrial.

Karnopp (2003) relata que os setores industriais que se basearam no Paradigma da Revolução Verde criaram sistemas de padrão tecnológico dependente e destrutivo que pode ser relacionado à atividade das indústrias ligadas à produção de tabaco que submetem os agricultores a uma forte relação de dependência e submissão.

Almeida e Zylbersztajn (2008) apontam que, em 1965, é criada a Lei 4.829 do Crédito Rural, com os seguintes objetivos: estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais; favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e da comercialização; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores; incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, melhoria do padrão de vida das populações rurais e manejo adequado do solo

A chegada dos anos 70 abriria as portas para o crédito rural subsidiado e introduziria novas tecnologias, porém, a mecanização da Revolução Verde, iniciada em 1960, não chegou às lavouras de fumo da zona II devido à altitude e ondulação do terreno e ao afloramento de

rochas que impediam o uso dessa tecnologia. Porém, a massiva quantidade de insumos, frutos da introdução da Revolução Verde, garantiria o sucesso da produção.

As sementes de fumo Virgínia foram introduzidas com o objetivo de expansão da produção de cigarros e intensificou o desmatamento das florestas naturais da zona II, principalmente, ao final dos anos 70 quando a Souza Cruz passou a ter consciência dos efeitos devastadores desse sistema de produção de fumo em estufas.

Em 1970 é implantado, em Santa Cruz do Sul, o primeiro pólo de beneficiamento de fumo, ou seja, após a colheita e cura das folhas pelos agricultores o tabaco passou a ser processado pela indústria, preparando a produção de cigarros pelas fábricas. Segundo Souza Cruz (2009), o processamento segue as seguintes fases,

Depois de estocado, o fumo é encaminhado para o processamento, onde serão compostos os blends, que são as misturas de diversas classes de acordo com as especificações dos clientes e mercados. Uma vez nas linhas de processamento, o produto é colocado na mesa de alimentação, onde se garante a exata proporção das classes, de acordo com a especificação dos blends. Neste estágio, o produto é aberto, passando por cilindros onde água e vapor serão adicionados, preparando o material para o estágio seguinte que é o processo de separação mecânica da lâmina e do talo. Os debulhadores realizam a separação mecânica, sendo que os separadores são os equipamentos responsáveis pela efetiva separação da lâmina e do talo. Este trabalho de seleção é realizado automaticamente através da diferença de densidade dos dois produtos (lâmina e talo). As lâminas e talos passam por secadores contínuos distintos, onde a umidade do produto é reduzida a patamares que garantam a sua conservação e envelhecimento. Após chegar à umidade adequada, o produto é embalado em caixas de papelão, sendo encaminhado para armazenamento ou embarque com destino às fábricas ou à exportação. (SOUZA CRUZ, 2009, on-line).

O processamento do fumo iria iniciar o incentivo à produção do fumo Virgínia, em estufas, próprio para a fabricação de cigarros, revolucionando o processo artesanal, antes adotado pelos agricultores nas zonas I e, principalmente, na zona II, para o fumo em corda. A partir da introdução dessa tecnologia é que houve a aceleração do processo de integração agricultor-indústria.

O desenvolvimento da região florescia como se nunca fossem acabar os benefícios do crescimento, fulcrado, principalmente, no aspecto econômico. Essa tendência mudou somente na última década de 80 quando surgiram os debates no Brasil sobre o desenvolvimento sustentável. Segundo Moretto e Giacchini (2006), o conceito de desenvolvimento sustentável teve sua emergência na década de 1980 devido a um documento da conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento datado de 1987.

Mueller (1996) define o conceito de desenvolvimento sustentável, “[...] é o desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender suas necessidades” (MUELLER, 1996, p. 262).

As indústrias já haviam iniciado as discussões internas sobre a degradação do meio ambiente desde 1970, preparando estratégias para a defesa da continuidade da produção de Tabaco. Então os anos 1990 são caracterizados por grandes fusões de forma a garantir o império da concorrência e criar economias de escala para a competição no mercado.

Esse contexto de crescimento econômico sem a preocupação com os efeitos que poderiam causar ao ambiente e desvinculado do desenvolvimento social, foi um dos responsáveis pela relação de dependência culminada pela exploração do trabalho dos agricultores familiares, iniciado no período, aqui considerado, pré-contemporâneo.

Através do sistema integrado de produção de fumo, as empresas passaram a exercer o controle do que gostariam que fosse produzido, com sistemas de produção especializados revelando o aparato institucional através da venda de pacotes tecnológicos ligados ao poder dos programas desenvolvimentistas.

No período de 1980 a 1997, José Carlos Vaz declara que o crédito rural começava a apresentar riscos para o agricultor devido à instabilidade econômica vigente no país, sistemas como o PROAGRO estavam já desacreditados, daí surgem programas de reescalonamento e a introdução do plantio da soja-verde. O fim do programa de crédito foi um dos principais fatores da ruptura do sistema agrário pré-contemporâneo que introduziu o sistema contemporâneo da produção agrícola brasileira.

Segundo Diesel, Scheibler e Palma (2002),

Diversos estudos acadêmicos tem tratado de caracterizar e investigar os impactos do estabelecimento das relações de integração sobre a vida dos agricultores. Muitos destes estudos, sobretudo aqueles publicados na década de 80, apresentam a relação de integração como uma forma de subordinação, causadora de dependência econômica do produtor para com a agroindústria. (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2002, p. 1).

Então, com o surgimento do crédito subsidiado pelas agroindústrias de Tabaco formando laços fortes entre os agricultores e as fumageiras foi estabelecida uma dependência artificializada pela entrega de toda a produção de fumo para a indústria.

Cabe destacar que no período da década de 80 com a inflação na casa dos 80% ao mês, com o fim dos créditos agrícolas, são as agroindústrias que mantêm seus produtores e acirram mais ainda a dependência, principalmente por serem o único recurso de tomada de crédito, então muitos agricultores que não produziam fumo, mas produziam feijão ou outros grãos, com o fim do acesso ao crédito, entram em sistemas de produção integrados para se manterem na agricultura produzindo leite, suínos, aves ou fumo. O cultivo especializado de fumo passa a ser, a partir desse período, o principal produto que garante a renda da UPA, passando a colocar a diversificação da propriedade em segundo plano.

4.1.1.6 Sistema agrário contemporâneo

A partir de 1990 os sistemas agrários da região modificaram-se, o cultivo do fumo, fulcrado nas atividades de exportação de fumo em folha, foi intensificado. Por outro lado, o cenário econômico refletiu os efeitos causados pelo Plano Collor² com a redução da produção de grãos devido ao endividamento que prejudicou o investimento na safra agrícola. Com o fim do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) que equilibrava financeiramente os agricultores houve uma elevação na cobrança de juros reais. Com isso o investimento em culturas como o fumo, *commodity*, passou a intensificar-se e a queda nos preços do feijão, principal produto de Sobradinho, considerada a capital nacional do feijão, ficou em segundo plano.

Nesse contexto, até 1993, os produtores tinham somente um compromisso moral de entrega da produção para a indústria fumageira, depois desse ano foram criados os contratos com cláusulas rigorosas pelas fumageiras, obrigando a entrega total da produção para a indústria.

A abertura de mercado, a política neoliberal do Governo e o processo de globalização iriam interferir de forma contundente nas relações dos agricultores com a tomada de crédito.

² O Plano Collor II foi decretado em 31 de janeiro de 1991 pelo Governo Federal. Tinha como objetivo controlar a ciranda financeira, extinguindo as operações de overnight e criando o Fundo de Aplicações Financeiras (FAF) onde centralizava todas as operações de curto prazo, acabando com o Bônus do Tesouro Nacional fiscal (BTNf), o qual era usado pelo mercado para indexar preços, passando a utilizar a Taxa Referencial Diária (TRD) com juros prefixados e aumentando o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Praticava uma política de juros altos, e faz um grande esforço para desindexar a economia e tenta mais um congelamento de preços e salários. O governo acreditava que aumentando a concorrência no setor industrial conseguiria segurar a inflação, então se cria um cronograma de redução das tarifas de importação, quando a inflação de 1990 era de 1.198% passando em 1991 para 481% (LK ADVOGADOS, 2010).

Nunes (2007) relata que os agricultores familiares tinham pouco acesso ao crédito na década de 90 e alguns governos estaduais desenvolveram programas de financiamento com pagamento em equivalência-produto, mas, para a maioria dos que necessitavam de empréstimos para financiar a produção agrícola, restavam os financiamentos das cooperativas. A inflação e os juros altos contribuíam para a diminuição da produção de produtos voltados para a alimentação por parte dos agricultores familiares com o processo de abertura comercial.

Então, a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1995, proporcionou o financiamento do custeio e investimento agrícolas para a fumiicultura até 2002, após houve a suspensão do programa para o financiamento das lavouras de fumo em virtude das pressões exercidas pela Convenção Quadro para a substituição do fumo por outros cultivos e criações.

Segundo Boeira (2006),

Com a expansão e consolidação do sistema integrado, a Região Sul torna-se crescentemente, nas décadas de 80 e de 90, parte do cenário global do comércio de tabaco, concentrando 59% da produção brasileira de folhas. O Brasil assume a liderança na exportação de tabaco no mundo desde 1993. De 1980 a 2003, aumenta em 70% a produção brasileira, assumindo a segunda posição em 2002, enquanto os EUA reduzem a sua em 50%. (BOEIRA, 2006, p. 4).

De 1990 a 1996 a região do Vale do Rio Pardo teve as maiores taxas de crescimento do RS crescendo, em média, 9,3% ao ano e 48% do Produto Interno Bruto (PIB) vieram da atividade industrial, segundo dados da prefeitura municipal de Sobradinho. Esse avanço das atividades industriais promoveu mudanças nas zonas de estudo.

Atualmente, a zona de campo, zona I, em sua área urbana, tem o oferecimento de diversos produtos e serviços, elevando também a oferta de empregos. Essa expansão levou ao exercício de poucas atividades agropecuárias junto ao centro da cidade. Mesmo assim ainda há produção, principalmente, de hortifrutigranjeiros.

Hoje são cultivados nas zonas I e II; milho, feijão, batata, uva e soja. Há também a criação de gado para corte e gado leiteiro em pequena escala, além de iniciativas para a introdução de piscicultura e agroindústria para a produção de vinho. A prefeitura municipal criou, em 2010, uma “Central de Recebimento e Distribuição de Produtos” a fim de estabelecer parcerias com os agricultores, incentivando a produção de hortifrutigranjeiros e de produtos coloniais.

No trabalho em tela podemos observar que a cidade de Sobradinho, desde o período colonial, com a chegada dos imigrantes alemães, há 159 anos, é tradicionalmente região produtora de fumo, principalmente localizada na zona II, na encosta da serra. Já, o feijão, é produzido nas zonas I e II, mas em pequena quantidade. O Município cultiva atualmente, 300 hectares no plantio de Feijão, equivalendo a 900 quilos por hectare/ano. O declínio e o desinteresse pela continuidade da produção do grão se devem, principalmente, ao reduzido valor de mercado obtido pelos agricultores e pela ausência ou desconhecimento de políticas públicas que incentivem a produção de grãos.

A concentração da produção continua ocorrendo em pequenas propriedades, com até 25 hectares, com mão-de-obra, essencialmente familiar. Além disso, verifica-se que o fumo figura como principal cultura vegetal, tendo em vista que 70% dos agricultores ainda têm no tabaco, sua principal fonte de renda agrícola.

A cultura do fumo, predominantemente realizada na zona II do presente estudo, passou a preocupar os técnicos e agricultores que perceberam os efeitos dos desmatamentos e uso intensivo de insumos, devido ao fator, conservação da fertilidade do solo onde, segundo Silva, N. B. P. (2001), em meados de 1995/96, foi introduzido o cultivo mínimo com adubação verde, tanto na cultura do fumo quanto na cultura do milho da região.



Figura 7 - Afloramento rochoso causado pelo cultivo especializado de fumo

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (2009).

A impactação sobre a natureza é muito maior que nos sistemas anteriores, com a intensificação da produção do fumo em estufas. A zona florestada foi, praticamente, dizimada e houve a introdução de reflorestamento com espécies exóticas como o Pinus e o Eucalipto.



Figura 8 - Corte de lenha, em zona de reflorestamento, para utilização na secagem do fumo

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (2009).

Surge ainda, nesse sistema agrário, a discussão sobre a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco mas somente em 2007 o Brasil ratificou o tratado, sendo o 90º a assinar, assim garantiu o apoio internacional, técnico e financeiro para o fortalecimento de uma política agrícola de alternativas ao fumo.

Dentro de um contexto de desigualdade, não somente regional, mas antes, a disparidade das relações entre a indústria e o fumicultor promovem, cada vez mais, novas propostas de cultivos e criações para a região de estudo.

Porém, outros cultivos foram implantados, mas os agricultores pouco deram atenção às alternativas de produção. Políticas públicas como a Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco ainda são pouco discutidas e implementadas pelos agricultores.

As mudanças do panorama do cultivo do fumo vêm ligadas a um clima de insegurança quanto ao futuro econômico das famílias envolvidas e para tanto é necessário que sejam gerados novos rumos tecnológicos alternativos de produção

Os sistemas produtivos mais significativos das zonas I e II, baseados na produção de fumo, hoje implantados no município estudado são o sistema de produção do Tipo I (SPI), Produtores de fumo e produtos para autoconsumo e o sistema de produção do Tipo II (SPII), produtor de fumo e grãos.

4.1.1.7 Sistema de Produção Tipo I: produtor de fumo e produtos para autoconsumo

Os agricultores familiares do Tipo I estão concentrados na zona II (floresta), junto às encostas de serra e foram selecionados pela sua representatividade no município de estudo, pois mais de 50% dos agricultores familiares do município, estão classificados nessa tipologia. Esses agricultores possuem em média 14 hectares e têm, na cultura do fumo, a sua principal atividade econômica para fins comerciais. Os demais produtos vegetais e criações são produzidos para autoconsumo. São produtores consolidados, pois estão há mais de 20 anos nessa atividade. O sistema de produção segue os padrões modernos de produção de fumo para a região, estabelecidos pelas indústrias fumageiras e todos adotam a tecnologia de produção em estufa. A atividade de fumicultura é estratégica na propriedade e utiliza a força de trabalho principal da família. O sistema de produção é organizado em função da produção de fumo e o reinvestimento da renda se dá na sua maior parte nessa atividade. Seguem o pacote tecnológico ditado pelas agroindústrias, adotando as especificações e as orientações dos técnicos das fumageiras. Não utilizam implementos agrícolas motorizados, pois o relevo dos solos da região é bastante ondulado. A renda obtida com a atividade de fumicultura gira em torno de 60% do total dos rendimentos da Unidade Produtiva.



Figura 9 - Cultivo do solo para o plantio de fumo no sistema contemporâneo, característico na Zona II, onde ainda prevalece o uso de tração animal devido ao afloramento de rochas

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (2009).

4.1.1.8 Sistema de Produção Tipo II: produtor de fumo e grãos

Os produtores de fumo do Tipo II, concentrados na zona I (campo) ao sul e II (floresta) ao Norte do município, foram selecionados pela sua representatividade no município em estudo, pois, em torno de 20% dos agricultores estão classificados nessa tipologia. Esses agricultores familiares possuem em média 16 hectares e tem na cultura do fumo e de grãos a sua principal atividade econômica para fins comerciais. Os demais produtos vegetais e criações são produzidos para autoconsumo. São agricultores consolidados, pois estão há mais de 20 anos nessa atividade, porém não se identificam completamente como fumicultores, tampouco adotam o pacote tecnológico ditado pelas agroindústrias, alguns preferem produzir fumo de galpão ou de corda, justamente, para fugirem da dependência do pacote tecnológico. A mão-de-obra principal da família é empregada nas atividades de

produção de fumo e grãos. O sistema de produção é organizado em função da produção de fumo e grãos e o reinvestimento dos rendimentos se dá nessas duas atividades. A maioria, dos produtores que se encontram na zona II não utilizam implementos agrícolas motorizados em função do relevo bastante ondulado. Já os produtores que se encontram na zona I utilizam implementos motorizados. A renda obtida com as atividades de fumiicultura e grãos está em torno de 33% do total dos rendimentos da Unidade Produtiva.

A seguir serão apresentados os resultados da caracterização dos sistemas de produção que serão divididos em tabelas utilizando indicadores de análise e descritivos dos tipos I e II. Logo, em seguida, apresentaremos a caracterização e discussão dos casos. Finalmente, faremos as considerações finais sobre a pesquisa.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DO TIPO I

4.2.1 Fumo e Produtos para Autoconsumo

Os agricultores familiares do tipo I - “fumo e produtos para autoconsumo” caracterizam-se pela dependência quase que total dos rendimentos auferidos pela produção de Fumo. Produzem alguns grãos, uvas, peixes, gado, mas essas culturas e criações não têm finalidade comercial sendo a produção destinada ao autoconsumo.

Embora a atividade seja desenvolvida dentro dos padrões modernos de produção, a mecanização é, totalmente, assegurada pela tração animal (junta de bois). Isto decorre em grande parte devido à ocorrência de relevo ondulado e de áreas com afloramento de rochas.

Esses agricultores têm moradia própria, em bom estado e acesso aos padrões modernos de produção de fumo através do pacote tecnológico oferecido pela fumageira. Possuem, também, água encanada, luz elétrica, sanitário no interior da residência, televisão, geladeira, freezer e telefone celular.

Pela classificação utilizada por Kageyama (2006, p. 250), relatada no livro *A Diversidade da Agricultura Familiar*, quanto ao bem-estar social, os agricultores do tipo I têm conforto no domicílio rural e boas condições de higiene e salubridade (eles têm água, sanitário e luz elétrica).

Porém, considera-se esse bem-estar questionável quanto ao acesso a atividades culturais e saúde pública, itens não incluídos para essa análise da autora.

Contrastando essas informações verifica-se que esses agricultores possuem um padrão de vida relativamente elevado, com acesso a serviços, água potável, luz elétrica, telefone celular, moradia em boas condições. Porém, ao analisarmos as condições de trabalho dos agricultores, na lavoura de fumo, percebe-se envelhecimento precoce, contato permanente com agrotóxicos, duplas jornadas de trabalho durante a colheita das folhas, saúde debilitada, crianças e idosos participando no manejo da produção. Também foram relatados pelos agricultores alguns casos de envenenamento por agrotóxicos que apresentam maior identificação com a doença da folha verde do fumo, recentemente estudada pelos pesquisadores que tratam do tema tabaco e saúde.

O grau de escolaridade dos agricultores varia da 2ª série do ensino fundamental até o ensino médio. Os dados tabulados evidenciam que a maioria dos entrevistados cursou, em média, cinco anos do ensino fundamental. São indivíduos fortemente identificados com o perfil de agricultor familiar e produzem fumo por tradição familiar e por estarem mais aptos ao manejo da cultura, difundida por toda a região do Vale do Rio Pardo, principalmente, quando relacionam o fator renda da produção, o fumo é citado como a principal cultura e consideram uma ameaça “parar de produzir fumo”.

Em pesquisa realizada por Agostinetti, Puchalski, Azevedo e outros na região de Pelotas, no ano de 2000, os pesquisadores relatam que a baixa escolaridade, o abandono das unidades produtivas pelos jovens, filhos dos fumicultores, as moradias precárias, a falta de cuidado com a água destinada ao consumo, o contato constante com agrotóxicos e a dependência junto à indústria fumageira, são indicadores de que a fumicultura não promoveu reais melhorias na qualidade de vida dos fumicultores estudados. Apesar disso a maioria dos agricultores entrevistados por eles ressaltaram que já teriam desistido de trabalhar na Agricultura se tivessem que deixar de produzir fumo. Os mesmos autores concluem que a inexistência de alternativas economicamente viáveis para os agricultores familiares os tornam dependentes da fumicultura.

Embora o estudo não tenha sido focado em qualidade de vida também foi constatada essa dependência dos agricultores familiares de Sobradinho pela produção de fumo, como na pesquisa dos referendados colegas, reforçada pela estratégia das indústrias fumageiras que disponibilizam assistência técnica, mudas, insumos, financiamentos para o agricultor além, é claro, de comprarem sua produção. Com todo o “pacote tecnológico” disponibilizado fica difícil para esses agricultores migrarem para outra atividade que lhes garanta a segurança da

aquisição total da sua produção na época da colheita, por mais que em muitas situações esses mesmos agricultores discordem do tipo de classificação realizada pela indústria e digam que, na maior parte das vezes, o fumo é classificado abaixo do padrão estipulado, reduzindo a rentabilidade da colheita.

Na Tabela 2, a seguir, estão descritos os resultados dos principais indicadores descritivos utilizados para a caracterização do tipo I.

Tabela 2 - Principais indicadores descritivos utilizados para a caracterização dos agricultores do Tipo I - fumo e produtos para autoconsumo

INDICADORES DESCRITIVOS TIPO I	MÉDIA	INTERVALO
Superfície Total - ST (ha)	14	10,00 - 24,00
Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	10,9	6,00 - 18,70
SAU FUMO/SAU TOTAL (%)	31	16,00 - 50,00
Mão de Obra TOTAL (UTHt)	3,63	3,14 - 3,74
Mão de Obra Contratada (UTH)	0,08	0,00 - 0,008
Mão de Obra Familiar (UTHf)	3,55	2,74 - 5,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

Chama-se a atenção do leitor para o fato de que esse Tipo poderia ser caracterizado e chamado de Fumicultor, embora os agricultores não apresentem essa racionalidade, através dos dados a seguir fica explicitada a caracterização do grupo como agricultores familiares.

A análise do perfil dos fumicultores, obtida neste estudo, aponta que o tipo I é composto por indivíduos proprietários de áreas classificadas como pequenas, menores que 50 hectares. As propriedades têm, em média, superfície total de 14 ha, dentro do intervalo de 10 – 24 ha. A superfície agrícola útil (SAU) média foi de 10,9 ha, com intervalo de 6 – 18,7 ha. Para o fumo é utilizada, em média, 31 % da SAU, em um intervalo de 16 – 50%, ou seja, os agricultores produzem em áreas de pequena extensão de terra

A mão-de-obra utilizada nas UPA's é familiar e quando são realizadas contratações, essas são temporárias para a época da colheita e secagem do fumo. A cultura do fumo, é uma atividade que requer grande esforço da mão de obra, posto que o manejo dessa cultura é todo feito manualmente, desde a produção das mudas, passando pelo plantio até a colheita. Além disso, no município estudado, principalmente na zona II, por possuir um relevo bastante acentuado com afloramento de rochas, nem o preparo da terra pode ser feito com

mecanização, sendo realizado com arado de tração animal. Antigamente as famílias tinham mais filhos e a força de mão-de-obra era suprida pelos próprios membros familiares, atualmente, essas famílias já estão bastante diminuídas além de muitos descendentes já terem migrado do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Isso gera uma escassez de mão-de-obra, que associada a uma atividade de uso intensivo de práticas manuais é relatada pelos agricultores como uma das causas de optarem por diminuir e, em muitos casos, não produzirem mais alimentos para autoconsumo.

Como nos demais sistemas familiares de produção, no sistema estudado, o emprego da mão de obra familiar nas UPA's é de 97,45% em relação à mão-de-obra total. A UTH familiar teve média de 3,55 (intervalo de 2,74 a 5,0 UTHf) em relação à UTH total com média de 3,63. Embora esses agricultores não produzam alimentos para venda, organizam seu sistema produtivo com a produção de gêneros alimentícios para autoconsumo, o que fazem desde o início do século XX, no primeiro sistema estudado após o indígena, sendo essa tradição, passada de pai para filho, desde então.

Para melhor ilustrar os resultados podemos observar as razões internas e externas mais significativas que foram apontadas nas respostas à pergunta do questionário “O que levou o senhor(a) a produzir fumo?” apontadas no Quadro 2.

RAZÕES INTERNAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES
(1) menor risco quanto à comercialização da safra devido à integração com a fumageira
(2) porque o agricultor é mais apto e conhece o manejo da cultura há muito tempo
(3) porque o fumo é rentável se comparado a outros cultivos
(5) porque com pouca terra é possível ter renda suficiente
RAZÕES EXTERNAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES
(7) porque o agricultor não precisa se preocupar com a comercialização dos produtos.

Quadro 2 - Razões internas e externas apontadas pelos agricultores familiares do Tipo I sobre a motivação para a produção de fumo

Fonte: Adaptado de Pinheiro (1992).

Os dados tabulados a partir do questionário da pesquisa de campo (Anexo A) apontam que as alternativas que tratam das razões internas dos Agricultores Familiares do Tipo I, com

100% de adesão, foram: “menor risco quanto à comercialização da safra devido à integração com a fumageira”; “porque o agricultor é mais apto e conhece o manejo da cultura há muito tempo”; “porque o fumo é rentável se comparado a outros cultivos”; “porque com pouca terra é possível ter renda suficiente”. A alternativa que trata das razões externas apontado por 100% dos agricultores foi: “porque o agricultor não precisa se preocupar com a comercialização dos produtos”.

A alternativa (5) “porque com pouca terra é possível ter renda suficiente” é justificada quando em média somente 31% da Superfície Agrícola Útil - SAU é o suficiente para a obtenção da renda necessária para o sustento da família e para os reinvestimentos na atividade.

Outra resposta que foi apontada como razão interna, porém não pela unanimidade dos agricultores entrevistados foi porque o fumo dá menos trabalho (manejo) e mais renda do que produzir alimentos. Outras alternativas que não foram mencionadas mas que constavam no questionário foram: porque com as vantagens de acesso ao crédito e apoio da fumageira é preferível produzir fumo e as externas; porque a própria fumageira subsidia linhas de crédito com garantia de compra da produção, e porque tem apoio das instituições, como as Associações e Sindicatos para continuar produzindo.

Cabe destacar que esses agricultores quando questionados a respeito do auxílio do governo através da disponibilização de políticas públicas para a produção de fumo, todos são unânimes em responder que não há auxílio por parte do governo e que todas as ações vêm das fumageiras.

As decisões tomadas pelos agricultores quanto à administração das UPA's são complexas porque podem sofrer influência de várias fontes internas e externas. Os condicionantes mais encontrados nessa pesquisa, já referendados no quadro anterior, foram o fator renda, garantia de comercialização e tradição familiar para o cultivo do fumo. Políticas públicas e normas legais também foram citadas pelos agricultores como fatores de risco para a manutenção das UPA's, tais como, a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (já citada no referencial teórico) e o controle do desmatamento das áreas com mata nativa das propriedades.

Reichert e Gomes (2008) escrevem que:

A tomada de decisão pelo agricultor familiar apresenta uma racionalidade decisional mais próxima do perfil de comportamento *satisficer*, um modelo de homem, descrito em Simon (1970), mais realista, que busca soluções satisfatórias e não ótimas. Com

isso, a racionalidade administrativa pode ser descrita como as decisões dos agentes quanto à mobilização dos seus recursos (meios) para atingir objetivos (fins) determinados, sendo as ações administrativas (as escolhas, as decisões) condicionadas pelos objetivos e finalidades impostos pelo agente (família) à unidade de produção. (REICHERT; GOMES, 2008, p. 1).

Contrariando as decisões amplas que podem ser tomadas pelos agricultores na administração das UPA's, os fumicultores parecem estar mais atrelados às questões que envolvem a rentabilidade das culturas e criações. Questões como a preservação dos recursos naturais, a própria saúde e de seus familiares são apontadas como fatores de decisão, mas os agricultores parecem não vislumbrar outras alternativas de cultivo ou criação tão rentáveis como o fumo, por isso, embora tenham esta percepção, não tomam a decisão de abandonar o cultivo do fumo.

LARA (1991) afirma que quanto maior a formação e o acesso às informações nas situações de decisão maior é a liberdade para a tomada da mesma. Na pesquisa observou-se que os agricultores estão condicionados a produzir fumo, porque foi isso que eles aprenderam orientados pelos seus pais ou avós, porque é essa a cultura prevalecente na região ou porque não vislumbram outras alternativas, em virtude das informações sobre outros cultivos e criações chegarem muito precariamente até o campo. Algumas ações mais pontuais, dos movimentos dos agricultores e dos sindicatos, para a política de diversificação das áreas cultivadas com tabaco chegam até esses agricultores, mas essas entidades têm dificuldade de quebrar anos de tradição familiar na fumicultura.

A existência de políticas públicas, projetos e programas de incentivo à diversificação das áreas cultivadas com fumo não garante que os agricultores venham a diversificar a produção. Precisa haver uma conscientização da necessidade de mudança da matriz produtiva daquela região, percebe-se também, através das respostas do questionário, que existe um desejo, embora insipiente, de se introduzir outros cultivos e criações, principalmente voltados à alimentação, e com isso começar um processo de mudar a matriz produtiva através da introdução de outras alternativas produtivas. Porém, é difícil romper com uma cultura secular de produção de fumo que vem sendo passada de pai para filho, que está arraigada à paisagem da região, que permitiu o sustento e satisfação das necessidades básicas dessas famílias até o momento e que tem toda uma indústria por trás dando condições de produção e comercialização do produto.

Após a apresentação das razões que levam o agricultor a permanecer nessa atividade, a seguir, serão explanados os resultados dos indicadores analíticos utilizados para a caracterização do sistema produtivo tipo I.

Tabela 3 - Principais indicadores analíticos utilizados para a descrição dos agricultores do tipo I – fumo e produtos para autoconsumo

INDICADORES DE ANÁLISE TIPO I	MÉDIA	INTERVALO
Produto Bruto TOTAL (PBtotal em R\$)	36.727,80	22.520,00 - 58.702,00
PB Animal (R\$)	4.127,80	482,00 - 8.116,00
PB Vegetal (R\$)	32.600,00	18.500,00 - 57.220,00
PB Fumo (R\$)	29.360,00	16.000,00 - 51.000,00
PB vegetal/ PB total (%)	87,30	80,00 - 97,57
PB animal/ PB total (%)	12,70	2,50 - 19,20
PB Autoconsumo família (R\$)	4.847,80	1.961,00 - 8.900,00
PB Fumo/PB Total (%)	78,20	66,90 - 86,90
Renda Agrícola (RA em R\$)	19.242,79	10.928,67 - 35.363,48
Rendas não Agrícolas (RÑA em R\$)	5.797,50	0 - 12.090,00
Rendas não Agrícolas (RÑA)/ RT (%)	23,30	0 - 46,10
RENDA DO FUMO/RT (%)	60,12	14,00 - 100,00
RA/SAL (R\$)	1.931,76	835,51 - 3.572,07
Renda Total (RT em R\$)	24.840,79	13.328,67 - 37.065,00
RT/12 (Renda total mensal em R\$)	2.070,07	110,72 - 2.946,96
VAB (R\$)	24.155,90	12.070,00 - 39.277,49
VAL (R\$)	22.292,99	11.216,67 - 37.048,48
DVA (R\$)	3.244,20	288,00 - 7.530,50
VAL/SAU (R\$)	2.190,49	238,21 - 3.840,25
VAL/UTH (R\$)	6.803,94	2.999,11 - 13.875,36
VAL FUMO (R\$)	16.135,89	7.087,00 - 33.566,48
VAL FUMO (%)	68,19	44,14 - 90,60
CI TOTAL (R\$)	13.013,90	7.515,00 - 19.450,00
CI FUMO (R\$)	10.692,90	5.185,00 - 16.825,00
CI FUMO (%)	82,16	68,99 - 86,50
Diversificação	1,73	1,28 - 2,5

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

O produto bruto total (PBt) obteve, em média, um valor de R\$ 36.727,80, para um intervalo que vai de R\$ 22.520,00 a R\$ 58.702,00. Cabe salientar que o produto bruto do fumo foi de R\$ 29.360,00 (intervalo de 16.000 a 51.000 Reais), o que corresponde em média a 78,2% do PBt, evidenciando a importância do cultivo do fumo para as UPA's analisadas. Esse percentual evidencia o que foi relatado pelos agricultores do Tipo I durante as entrevistas, quando dizem que sem a presença do cultivo do fumo não sobreviveriam e nem

teriam condições de adquirir os bens que foram acumulados, tampouco conseguiriam contruir suas casas e mobiliá-las de forma adequada.

A renda agrícola (RA) das unidades observadas teve, em média, o valor de R\$19.242,79 (intervalo de 10.928,67 a 35.363,48 Reais). Já, a renda média obtida pela lavoura de fumo foi de R\$ 14.934,60 (intervalo de 3.680,00 a 37.065,00 Reais), ou seja, 77,6% da renda da UPA vêm da produção do fumo e apenas 23,3% provém de rendas não agrícolas, entre elas, a aposentadoria. A partir desses resultados, mais uma vez, se verifica o processo de dependência desses agricultores com a renda oriunda da produção de tabaco.

Embora esse tipo de agricultor dependa, diretamente, da renda do fumo, somente um dos entrevistados se identifica como sendo “Fumicultor”, os outros se consideram agricultores familiares. Em conversas durante as entrevistas percebe-se que esses agricultores se referem à produção de plantas e criação de animais para autoconsumo com muito orgulho, e que essa produção é tão importante para a manutenção e sustentação da família quanto à renda obtida com o cultivo do fumo.

A tradição familiar pelo cultivo do fumo não levou esses agricultores a uma identificação com o segmento produtivo do qual fazem parte, ao contrário, os agricultores afirmaram que aumentariam a produção de alimentos em detrimento da produção de fumo, caso houvesse um maior incentivo por parte do governo, que lhes proporcionasse maior segurança quanto à renda e comercialização desses alimentos.

O Valor Agregado (VA) que mede a riqueza das unidades produtivas obteve os valores médios líquidos de R\$ 22.292,99 (intervalo de R\$ 11.216,67 a R\$ 37.048,48). Já, para os valores agregados da produção de fumo obteve-se, em média, R\$ 16.135,89 de VA num intervalo de R\$ 7.087,00 a R\$ 33.566,48. Ou seja, o fumo corresponde, em média, a 68 % do VA líquido obtido nas propriedades, onde o menor valor foi de 44,14% e o maior foi de 90,60%.

O Consumo Intermediário (CI) obteve a média de R\$ 13.013,90 (intervalo de 7.515,00 a 19.450,00 Reais), já para o fumo, o CI foi de R\$ 10.692,90 (intervalo de 5.185,00 a 16.825,00 Reais), ou seja, de 82,16%. Comparando-se a renda obtida pelo fumo, R\$14.934,60, com os valores de consumo intermediário para a produção da cultura verifica-se que o custo de insumos e serviços é alto, 82%. Além da dependência gerada em torno do cultivo especializado ve-se que os insumos e serviços são onerosos e que qualquer obstáculo que prejudique a produtividade como, por exemplo, o clima, pragas ou incapacitação para o trabalho, podem desencadear efeitos difíceis de serem solucionados de uma safra para outra. Mais tarde observa-se o estudo de caso 6 que apresenta uma situação onde problemas de

incapacitação para o trabalho geraram dívidas que comprometeram o futuro da unidade produtiva.

O índice de diversificação, proposto por Hoffmann (1976), nas unidades estudadas, foi em média de 1,73, o que significa que essas UPAs não podem ser consideradas diversificadas, pois um único produto é responsável por mais de 50% da renda da unidade produtiva. Seguindo a interpretação do índice do autor citado essas UPA's analisadas são consideradas especializadas, ainda que produzam outras culturas para autoconsumo.

Conforme já exposto, como principal fator apontado pelos agricultores entrevistados para não diversificarem sua produção, foi a elevada renda que a cultura do fumo lhes proporciona seguido do desconhecimento de outro cultivo ou criação que possa se igualar a esta renda, bem como a segurança de produção e comercialização oferecida pela indústria fumageira.

Ao mesmo tempo, que os agricultores relatam ter a segurança oferecida pela indústria, deve-se chamar atenção para a “insegurança” gerada por um sistema de produção baseado na especialização e totalmente atrelado à indústria que classifica este produto e remunera de acordo com os seus interesses comerciais, numa economia globalizada.

Por isso, as ações do governo propõem além de uma diversificação dos sistemas produtivos implementados no município de Sobradinho e, portanto, na região do Vale do Rio Pardo, a inclusão de bases agroecológicas para essas iniciativas, conforme se pode observar no relatório elaborado no *I Seminário Nacional sobre o “Programa Nacional de Diversificação Produtiva e a Convenção Quadro do Tabaco”*:

O avanço no processo de diversificação ou reconversão nas áreas de cultivo de fumo é importante, mas não pode ser qualquer diversificação/reconversão, mas aquele que efetivamente potencialize a implementação de um modelo sustentável da agricultura familiar, preferencialmente com base na produção agroecológica. Ou seja, não é suficiente sair de um sistema de produção de alta dependência e de monocultura para outro sistema de produção semelhante. O Programa de diversificação deve vincular-se ao propósito da alimentação mais saudável, envolvendo a questão da produção de saúde, dando visibilidade à estratégia da segurança alimentar. (BRASIL, 2007).

Indo além dos propósitos dos programas que visam implementar sistemas produtivos mais sustentáveis, outras questões como comercialização, novos mercados alternativos, sistemas associativos para a entrega de produtos e impostos e taxas reduzidos para a produção de alimentos, são fatores determinantes levantados pelos agricultores entrevistados e que

atualmente são apontados como impeditivos para que ocorra a mudança da matriz produtiva no município.

4.2.2 Caracterização do Sistema de Produção do Tipo II

4.2.2.1 Fumo e grãos

Os agricultores do Tipo II -“fumo e grãos” caracterizam-se pela produção de fumo, feijão, milho e soja para comercialização. Foram assim enquadrados quando produziam além do fumo, grãos para comercialização.

A atividade pode ser desenvolvida dentro dos padrões modernos de produção ou, artesanalmente, com a introdução ou não de mecanização, além da tração animal (junta de bois). Podem ser encontrados nas zonas I e II deste estudo, portanto, há UPA's com relevo plano a suave-ondulado e ondulado.

Esses agricultores também têm moradia própria, em bom estado e acesso aos padrões modernos de produção, mas, na produção de fumo, podem optar pelo fumo-de-corda ou de galpão. Possuem água encanada, luz elétrica, sanitário no interior da residência, televisão, geladeira, freezer e telefone celular e se enquadram na classificação de bem-estar social de Kageyama. Ainda há agricultores do Tipo II com as mesmas dificuldades enfrentadas pelo Tipo I, com casos de duplas jornadas de trabalho durante a colheita das folhas de fumo mas, variando o processo de armazenamento, principalmente, na produção do fumo artesanal, fumo-de-corda.

O grau de escolaridade dos agricultores do tipo II também varia da 2ª série do ensino fundamental até o ensino médio.

A seguir pode-se visualizar a Tabela 4 que apresenta os principais indicadores descritivos utilizados para a caracterização dos agricultores do Tipo II – fumo e grãos.

Tabela 4 - Principais indicadores descritivos utilizados para a caracterização dos agricultores do Tipo II – fumo e grãos

INDICADORES DESCRITIVOS TIPO II	MÉDIA	INTERVALO
Superfície Total - ST (ha)	15,72	9,20 - 25,60
Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	10,62	4,80 - 17,60
SAU FUMO/SAU TOTAL (%)	27,69	8,52 - 46,00
Mão de Obra TOTAL (UTH)	2,67	1,87 - 4,40
Mão de Obra Contratada (UTH)	0,37	0,00 - 1,86
Mão de Obra Familiar (UTHf)	2,29	1,87 - 2,74

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

A análise dos dados demonstra que os agricultores do Tipo II possuem propriedades com superfície total média de 15,72 ha, desses hectares são trabalhados, em média, uma superfície agrícola útil de 10,62 ha (intervalo de 4,8 a 17,6 ha). Para o fumo é utilizada, em média, 27,69 % da SAU em um intervalo de 8,52 a 46% da área. Os dados do Tipo II indicam que esses agricultores seguem a mesma tendência verificada para o Tipo I, ou seja, também são pequenos proprietários que dedicam em torno de 30% da sua Superfície Agrícola Útil para a produção de fumo.

A mão-de-obra é familiar, mas são realizadas contratações temporárias para a época da colheita e secagem do fumo. Os agricultores realizam a contratação de trabalhadores devido ao manejo do fumo demandar várias horas de trabalho por dia, inclusive, com serões noturnos na época da colheita. Esse fator eleva os índices da UTH familiar que teve média de 2,29 (intervalo de 1,87 a 2,74 UTHf) em relação à UTH total com média de 2,67 (intervalo de 1,87 a 4,4 UTH total). Os agricultores do Tipo II contratam mão-de-obra principalmente em virtude do manejo do fumo, além dos grãos produzidos.

Os agricultores do Tipo II tiveram os mesmos resultados encontrados para o tipo I quanto aos dados tabulados a partir do questionário da pesquisa de campo (Anexo A) que apontam as alternativas sobre as razões internas dos AF que os levam a produzir fumo, onde o índice de respostas contempladas com 100% de adesão, foram: “menor risco quanto à comercialização da safra devido à integração com a fumageira”; “porque o agricultor é mais apto e conhece o manejo da cultura há muito tempo”; “porque o fumo é rentável se comparado a outros cultivos”; “porque com pouca terra é possível ter renda suficiente”. A alternativa que trata das razões externas apontado por 100% dos agricultores foi: “porque o agricultor não precisa se preocupar com a comercialização dos produtos”. Pode-se verificar no

Quadro 3, os mesmos fatores internos e externos que levam os agricultores a produzirem fumo, como já foi observado para os agricultores do Tipo I.

RAZÕES INTERNAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES
(1) menor risco quanto à comercialização da safra devido à integração com a fumageira
(2) porque o agricultor é mais apto e conhece o manejo da cultura há muito tempo
(3) porque o fumo é rentável se comparado a outros cultivos
(5) porque
com pouca terra é possível ter renda suficiente
RAZÕES EXTERNAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES
(7) porque o agricultor não precisa se preocupar com a comercialização dos produtos.

Quadro 3 - Razões internas e externas apontadas pelos agricultores familiares do Tipo II sobre a motivação para a produção de fumo

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

Na tabela 5 serão apresentados os resultados dos indicadores analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Tipo II – fumo e grãos, a seguir.

Tabela 5 - Principais indicadores analíticos utilizados para a descrição dos agricultores do Tipo II – fumo e grãos

INDICADORES DE ANÁLISE TIPO II	MÉDIA	INTERVALO
Produto Bruto TOTAL (PBtotal)	39.105,28	18.570,00 - 70.860,00
PB Animal (R\$)	5.372,80	190,00 - 9.114,00
PB Vegetal (R\$)	33.732,48	18.380,00 - 61.120,00
PB Fumo (R\$)	24.928,00	14.700,00 - 48.720,00
PB vegetal/ PB total (%)	86,59	68,42 - 97,49
PB animal/ PB total (%)	13,39	2,50 - 31,58
PB Autoconsumo família (R\$)	3.817,28	1.390,00 - 3.270,00
PB Fumo/PB Total (%)	63,74	39,02 - 68,75
Renda Agrícola (RA em R\$)	21.132,35	7.314,33 - 36.301,73
Rendas não-agrícolas (RÑA em RS)	5.676,00	0,00 - 6.045,00
Rendas não-agrícolas (RÑA)/ RT (%)	22,44	0,00 - 37,52
REND DO FUMO (R\$)	8.794,72	3.478,40 - 24.224,00
REND DO FUMO/RT (%)	33,07	11,78 - 75,19
RA/SAL (R\$)	2.328,40	891,15 - 5.584,88
Renda Total (RT em R\$)	26.808,35	10.872,00 - 40.501,73
RT/12 (Renda total mensal em R\$)	2.054,75	906,00 - 3.375,14
VAB (R\$)	27.049,20	9.267,00 - 52.240,00
VAL (R\$)	24.745,92	7.580,33 - 28.476,67
VAB/SAL (R\$)	2.547,01	1.591,48 - 8.036,92
VAL/SAL (R\$)	239,83	206,32 - 1.236,45
VAL/UTH (R\$)	8.700,72	3.790,16 - 11.119,35
VAL FUMO (R\$)	13.254,39	4.235,00 - 20.876,60
VAL FUMO (%)	64,75	32,76 - 87,86
CI TOTAL (R\$)	12.055,91	9.303,00 - 18.620,00
CI FUMO (R\$)	8.905,80	5.439,00 - 15.220,00
CI FUMO/ CI TOTAL (%)	73,87	58,46 - 91,88
Diversificação	2,49	1,33- 4,22

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

O produto bruto animal rendeu, em média, R\$ 5.372,80 (intervalo de 190,00 a 9.114,00 Reais), o vegetal R\$ 33.732,48 (intervalo de 18.380,00 a 61.120,00 Reais) e o produto bruto médio do fumo foi de R\$ 24.928,00 (intervalo de 14.700,00 a 48.720,00 Reais). Ou seja, embora os agricultores do Tipo II produzam grãos para comercialização, a diferença percentual é pequena, enquanto no tipo I o produto bruto do fumo representa 78% do produto bruto total, no tipo II, 63,74% do produto bruto das UPA's ainda vêm da produção de fumo. Então, nesse tipo de sistema também foi verificada dependência de um único produto comercial para garantia econômica da propriedade. Nem ao menos a tradição da região pela produção de feijão foi capaz de inverter a situação de produção ocorrente no sistema

especializado na produção de fumo do Tipo I, ou seja, há especialização da produção também no tipo II.

As unidades de produção que apresentaram rendas não agrícolas tiveram como fonte de remuneração a aposentadoria, em sua maioria, com média de 22,44% sobre a renda total (intervalo de 0,0 a 37,52%). Os fumicultores buscam poucas fontes de renda fora da propriedade, tanto no sistema do tipo I com 23,3 % de rendas não-agrícolas, quanto no sistema de tipo II, com 22,4 %.

Acompanhando os resultados para os agricultores do Tipo I (renda mensal total de R\$ 2.070,07), a renda total mensal das unidades produtivas do Tipo II tiveram média de R\$ 2.054,75 (intervalo de 906,00-3.375,14 Reais mensais).

Verifica-se que embora esse tipo de agricultor tenha outras rendas além do fumo, ainda existe forte dependência pela renda auferida pela cultura. Porém, **nenhum dos entrevistados do tipo II se identifica como sendo um fumicultor**, acompanhando a ausência de identificação pelo segmento produtivo de tabaco, todos se consideram agricultores familiares porque produzem grãos e alimentos para autoconsumo.

O Valor Agregado Líquido, obteve a média de R\$ 24.745,92 e a média do Valor Agregado Líquido do fumo foi de R\$ 13.254,39 (intervalo de 4.235,00 – 20.876,60 Reais), então, aproximadamente, 65% do valor agregado líquido vem da produção de fumo.

O valor médio obtido para o Consumo Intermediário das UPA's dos agricultores do Tipo II foi de R\$ 12.055,51 (intervalo de 9.303,00-18.620,00 Reais). Para o CI do fumo foi obtida a média de R\$ 8.905,80 (intervalo de 5.439,00-15.220,00 Reais). Esses valores demonstram que, aproximadamente, 74% do consumo intermediário é utilizado para o fumo, um índice considerado alto, assim como já foi verificado no Tipo I.

Todos os agricultores afirmam que gostariam de diversificar a produção, embora alguns dependam da renda do fumo, obtendo índice médio de diversificação de 2,49, demonstrando que esses agricultores tentam introduzir outras fontes de renda além daquela produzida pela fumicultura. Assim como os agricultores do tipo I, o principal fator apontado para não diversificarem é a reduzida rentabilidade dos cultivos, além da oferta de alternativas rentáveis como o fumo e local para comercialização dos produtos vegetais e animais.

4.2.3 Estudos de Caso

Os estudos de caso foram adotados nessa pesquisa com a finalidade de serem elaborados estudos preliminares que permitem a geração de dados para investigações mais profundas a respeito dos agricultores familiares, ex-produtores de fumo ou inadimplentes com a fumageira. A principal questão que norteou a investigação, através dos estudos de caso, foi conhecer as motivações que levaram os agricultores a deixarem de produzir fumo.

Os estudos de caso podem ser exploratórios e úteis para informações iniciais a respeito do objeto de estudo, além disso, podem ser descritivos ou analíticos. Na presente pesquisa onde o ponto de partida foram os produtores de fumo é um trabalho exploratório que serve de piloto para futuras investigações sobre agricultores familiares que deixaram as lavouras de fumo ou que estão endividados devido ao descumprimento das cláusulas contratuais com a fumageira.

O Caso 1 relata a situação de um agricultor, ex-produtor de fumo, dependente dos proventos da aposentadoria para garantir a renda da Unidade de Produção.

O Caso 2 descreve dois agricultores, pai e filho, ex-produtores de fumo, onde um deles está introduzindo o cultivo de uvas de mesa e para fabricação artesanal de vinho, e o outro, soja.

No Caso 3 é relatada a situação de uma unidade produtiva que não produz fumo atualmente, mas voltaria a produzir se tivessem condições financeiras e de saúde.

No Caso 4 relata-se a situação de um agricultor endividado que necessita saldar suas pendências financeiras com a fumageira para abandonar o cultivo de fumo.

4.2.3.1 DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS DE CASO

CASO 1: ex-produtor de fumo que utiliza os proventos da aposentadoria para a manutenção da UPA

Na UPA do Caso 1 residem o Sr. Demarino (62 anos) que possui a 5ª série do ensino fundamental e **Senhora Eva** (68 anos) possui a 4ª série do ensino fundamental. Esses agricultores moram na propriedade há 17 anos e até então produziam fumo em estufa, feijão e milho. Atualmente não produzem mais fumo e sobrevivem da aposentadoria de dois salários

mínimos cada um, o que consideram satisfatório para suprir suas necessidades. A filha e o genro saíram da propriedade e buscaram empregos fora da área rural.

A propriedade de 11 ha situada a 16 km do município produz somente feijão para comercialização, pois, como já descrito anteriormente, pararam com a produção de fumo há oito anos.

Os motivos alegados para acabarem com a produção de fumo foram: *“porque o fumo não dá lucro, só dá despesas, depois de pagar os peões e os insumos não chega a dar lucro para os pequenos”*. Relatam também que depois da aposentadoria, conseguiram investir mais na casa, inclusive no seu próprio conforto. Embora a terra seja considerada boa pelo Sr. Demarino, a idade avançada foi um dos determinantes na decisão de não produzir mais fumo.

O agricultor alega que quando produzia fumo não alcançava rentabilidade suficiente para a manutenção da sua família, repartia os rendimentos com o sócio, seu genro. Outro fator apontado é a cobrança dos juros pelas fumageiras, quando o produto não é entregue por motivo de problemas climáticos ou se o agricultor fica doente.

Ainda tomando como base o Índice de diversificação de Hoffmann, essa propriedade pode ser considerada diversificada, isso se deve ao equilíbrio entre o produto bruto vegetal (45,85 %) e animal (54,15 %). Dessa produção 67 % é utilizada para autoconsumo da família. A seguir, pode-se visualizar a planilha com os indicadores da UPA do Sr. Demarino.



Figura 10 - Galpão da UPA 1 na visita realizada em agosto de 2009

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (ago. 2009).

Tabela 6 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 1

INDICADORES	UPA IDEMARINO
Superfície Total - ST (ha)	11
Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	6
Mão de Obra TOTAL (UTH)	1,5
Mão de Obra Contratada (UTH)	0
Mão de Obra Familiar (UTHf)	1,5
PB total (PB total em R\$)	9.335,00
PB Animal (R\$)	5.055,00
PB Vegetal (R\$)	4.280,00
PB Autoconsumo família (R\$)	6.255,00
PB animal/ PB total (%)	54,15
PB vegetal/ PB total (%)	45,85
PB subst./ PB total (%)	67,00
Consumo Intermediário Total (CI em R\$)	1.848,00
Depreciação (DEP em R\$)	1.801,24
DVA em R\$ (Imp + Sal/ Enc + DF + Arr)	471,79
Renda Agrícola (RA em R\$)	5.213,97
Rendas não Agrícolas (RÑA em R\$)	12.090,00
Renda Total (RT em R\$)	17.303,97
RÑA/RT (%)	70,00
RT/12 (Renda total mensal em R\$)	1.441,99
RT/SAL (R\$)	2.883,99
RA/UTH (R\$)	3.475,98
RT/UTH (R\$)	11.535,98
RA/UTHf (R\$)	3.475,98
RT/UTHf (R\$)	11.535,98
Valor Agregado Bruto (VAB em R\$)	7.487,00
Valor Agregado Líquido (VAL em R\$)	5.685,76
VAL/SAL (R\$)	947,63
VAL/UTH (R\$)	3.790,51
VAL/UTHf (R\$)	4.991,33
Diversificação	3,03

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

A partir da análise dos dados descritivos e analíticos pode-se caracterizar essa UPA como uma propriedade que mantém a lógica de agricultura familiar, porém dependente da renda de aposentadoria para sua manutenção que é reforçada pela produção de gêneros alimentícios para autoconsumo. Isso é evidenciado quando se analisa a composição da renda, ou seja, dos R\$ 17.303,97 que ingressaram no ano, 30% vem da agricultura e 70%, da

aposentadoria, o que evidencia a dependência da Unidade Produtiva dos recursos oriundos desse provento.

Dessa forma então pode-se dizer que a situação evidenciada na UPA do Sr. Demarino e da Sra. Eva coloca-os entre as famílias do Vale do Rio Pardo que possuem uma qualidade de vida satisfatória, mas que isso, atualmente se dá, não pela produção agropecuária, mas sim pelo benefício da aposentadoria que garante a permanência desses agricultores no meio rural.

Outro fator a ser destacado é que a propriedade tem sua renda diversificada em função da produção de produtos animais, vegetais e autoconsumo. Cabe ressaltar que o índice confere diversificação devido ao produto bruto animal, vegetal e autoconsumo ser, em média, bem distribuído, onde o produto animal foi de 64% (R\$ 5.055,00), o vegetal, 45% (R\$ 4.280,00) e autoconsumo, 67% (R\$ 6.255,00), em relação ao produto bruto total de R\$ 9.335,00.

Esse caso revela, também, pelas afirmações do agricultor, que *a família não voltaria a produzir fumo*. A afirmação de que o fumo não é lucrativo e tem muitas despesas de produção, pode ser verificada através da renda obtida, descontando-se o consumo intermediário. Outro fator já comentado são as cláusulas contratuais que reproduzem um desequilíbrio de forças entre o agricultor e a indústria, reforçando os resultados obtidos a campo nessa pesquisa.

CASO 2: agricultores, pai e filho, ex-produtores de fumo com introdução de diversificação de cultivos

Na UPA do Senhor Diomedes (72 anos), que possui a 5ª série do ensino fundamental, moram e trabalham a sua esposa, Senhora Anastasia (63 anos), que possui a 5ª série do ensino fundamental e o seu filho Damião (28 anos), que possui o ensino médio completo.

Residem na UPA há 40 anos, desde que o pai do Sr. Demarino veio da Itália, em 1926, quando a partir dessa data, produziam fumo em corda, feijão, trigo e milho.

A propriedade tem 85 ha, sendo 60 ha do pai e 25 ha do filho, está situada a 1,5 km do município e produz, atualmente, soja (comercial), feijão (autoconsumo), milho (autoconsumo), uva de mesa e vinho (comerciais).

O Senhor Diomedes afirma que não produz devido à conscientização de que o fumo faz mal à saúde das pessoas, mesmo tendo 85 ha produz soja, uva e vinho, acredita ser possível a criação de agroindústria para produção de vinho, compotas e outros subprodutos.

Os agricultores gostariam, inclusive, de montar uma cooperativa entre 10 agricultores porque não conseguem atingir os padrões exigidos para a montagem de uma agroindústria

sozinhos. Alegam que há uma pressão na serra gaúcha para não conseguirem concretizar a formação da cooperativa.

O casal recebe, além da renda agrícola auferida na UPA, uma aposentadoria de dois salários mínimos, num total de quatro salários mensais para a família.

Produziam fumo em corda porque não tinham alternativas como hoje, porque conheciam o manejo e também porque esse tipo de fumo não utiliza muitos agrotóxicos em seu cultivo, evitando problemas de saúde para o agricultor e para o consumidor. O casal trabalha para a produção da uva e do vinho e o filho, produz a soja (35 ha).

Futuramente pretendem aumentar a área de plantio com uva. Acreditam que “a união faz a força” e por isso gostariam que os agricultores fossem mais organizados e diversificados, afastando a dependência da renda pelo cultivo do tabaco.



Figura 11 - Produção artesanal de vinho na propriedade do Sr. Diomedes

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (ago. 2009).

Tabela 7 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 2

INDICADORES	UPA 2 DIOMEDES
Superfície Total - ST (ha)	85
Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	44,5
Mão de Obra TOTAL (UTH)	3
Mão de Obra Contratada (UTH)	0
Mão de Obra Familiar (UTHf)	3
Produto Bruto total (R\$)	75.822,00
PB Animal (R\$)	510,00
PB Vegetal (R\$)	75.312,00
PB Autoconsumo família (R\$)	1.430,00
PB animal/ PB total (%)	0,67
PB vegetal/ PB total (%)	99,33
PB subst./ PB total (%)	0,01
Consumo Intermediário Total (CI em R\$)	48.645,00
Depreciação (DEP em R\$)	4.114,95
DVA em R\$ (Imp + Sal/ Enc + DF + Arr)	21.449,45
Renda Agrícola (RA em R\$)	1.612,60
Rendas não Agrícolas (RÑA em R\$)	32.090,00
Renda Total (RT em R\$)	33.702,60
RÑA/RT (%)	95,00
RT/12 (Renda total mensal em R\$)	2.808,55
RT/SAL (R\$)	757,36
RA/UTH (R\$)	537,53
RT/UTH (R\$)	11.234,20
RA/UTHf (R\$)	537,53
RT/UTHf (R\$)	11.234,20
Valor Agregado Bruto (VAB em R\$)	27.177,00
Valor Agregado Líquido (VAL em R\$)	23.062,05
VAL/SAL (R\$)	518,25
VAL/UTH (R\$)	7.687,35
VAL/UTHf (R\$)	7.687,35
Diversificação	2,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

Podem-se destacar três fatores que contribuem para a discussão do Caso 2, são eles a renda não-agrícola dos proventos de aposentadoria, além da produção de vinho artesanal e a produção de soja.

A aposentadoria, mais uma vez, contribui de forma significativa para a manutenção das necessidades básicas dos agricultores, mas, nesse caso, não é responsável por garantir a renda. A maior contribuição vem da renda não-agrícola proveniente da produção artesanal do

vinho (produto bruto de R\$ 20.000,00) e do produto bruto vegetal gerado pelo cultivo especializado da soja (produto bruto de R\$ 64.400,00).

Aqui pode-se perceber que o cultivo especializado da soja é, assim como já visto no fumo, o responsável pela maior rentabilidade do produto comercial da UPA.

O que diferencia esse agricultor dos demais é o fato de ter uma propriedade de 85 hectares, mas, a superfície agrícola efetivamente utilizada é de 44,5 hectares, pelo fator do relevo ondulado da terra. Por isso é possível o cultivo de soja que, ao contrário do fumo, precisa de área maior para que o agricultor tenha rentabilidade agrícola. Além disso, o pacote de insumos para produção de soja também tem valor alto, elevando também o consumo intermediário da UPA que é de R\$ 48.645,00. Ou seja, não é uma alternativa viável de renda para áreas de agricultura familiar, não sendo recomendada para alternativas de cultivo para as áreas cultivadas com fumo.

O ponto a ser destacado como positivo diz respeito ao cultivo de uva para confecção de vinho, o que gera um produto bruto de R\$ 20.000,00 anuais para uma área que ocupa somente 2,5 hectares da SAU total. Por já ter percebido essa rentabilidade em pequena área e pelo clima favorável da região, o agricultor pretende investir mais na produção de uva para vinho. Essa alternativa pode ser interessante para a diversificação das pequenas propriedades. Mas não deve ser a única, pois, se todos produzissem e investissem somente na produção de uva, não haveria mercado para todos os agricultores do Vale do Rio Pardo. Cabe aqui destacar esse fato que já ocorreu em diversos projetos de diversificação a oferta de apenas uma alternativa produtiva, como se houvesse um produto capaz de realizar “milagres econômicos”.

A própria oferta de girassol para o investimento na proposta de produção de plantas para biodiesel está sendo verificada pelos técnicos e agricultores que concluíram que a cultura seria inviável ambiental e economicamente.

Segundo Ahrens, Llanillo e Milléo (2009) existem alternativas de base agroecológica que podem ser implementadas mas alertam que não existe estudo de aceitação e colocação no mercado. Os autores afirmam que:

Existem várias propostas de diversificação das áreas com cultivo do fumo nas propriedades familiares, com destaque à calêndula (margem bruta 569% acima do fumo), tomate (316%), mandioquinha salsa (299%), melissa (288%), de acordo com Sepulcri et al. (2009), mas não detalharam o possível mercado potencial. (AHRENS; LLANILLO; MILLÉO, 2009, p. 11).

A partir das afirmações contidas no trabalho dos autores percebe-se que é necessário um minucioso estudo de mercado para a introdução de alternativas de base agroecológica ou para a produção de novas culturas. A análise e acompanhamento dos projetos de diversificação pode ser uma importante ferramenta para fornecer indicativos de plantas adaptadas ao clima regional e com boa aceitação no mercado consumidor.

CASO 3: ex-produtor de fumo que voltaria a produzir caso tivesse condições

A *UPA do Sr. Jaci* (70 anos), que não estudou, é composta pela Senhora Nilda (70 anos), possui 2ª série do ensino fundamental e pela filha Jaira (43 anos), que possui 5ª série do ensino fundamental.

Eles moram na UPA há 25 anos e produziam fumo, milho e feijão, hoje só produzem milho e feijão para o consumo. Além disso, a filha Jaira presta serviços temporários na lavoura de fumo.

A propriedade tem 19,5 ha e fica a 16 km do município, os agricultores arrendam 3 ha, anualmente, o que lhes rende R\$ 1.020,00.

A família continuaria na produção de fumo em estufa, não fosse a idade avançada. A filha Jaira alega que pretende continuar na terra mas plantaria culturas para o consumo e incrementaria a criação de animais. Mas o fumo continuaria sendo uma alternativa, porém, a filha pretende plantar o de galpão, futuramente. Os agricultores apontam como ameaça o desmatamento da nascente de água que existe na propriedade devido ao corte da mata para a produção de fumo.



Figura 12 - Casa do agricultor (UPA 3)

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (ago. 2009).

A propriedade do Sr. Jaci evidencia outro caso de renda da UPA garantida pelos proventos da aposentadoria, além dos serviços de diarista na lavoura de fumo exercidos pela filha. Fala-se muito na produção de alimentos pela agricultura familiar, seria o ideal para um país em desenvolvimento ser independente quanto à produção de produtos alimentícios. Pergunta-se como os agricultores irão sobreviver com o plantio de milho e feijão, por exemplo, onde o produto bruto obtido para a produção de 1,5 hectares de milho, mais 1,5 hectares de feijão é de R\$ 4.500,00, com um consumo intermediário de R\$ 2.012,00. Os serviços temporários na lavoura de fumo também não são rentáveis ou não acrescentaram valores positivos para a renda total da UPA, diárias de R\$ 30,00 por 90 dias.

Tabela 8 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 3

INDICADORES	UPA 3 JACI
Superfície Total - ST (ha)	19,5
Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	6
Mão de Obra TOTAL (UTH)	1
Mão de Obra Contratada (UTH)	0
Mão de Obra Familiar (UTHf)	1
Produto Bruto total (R\$)	6.077,00
PB Animal (R\$)	1.577,00
PB Vegetal (R\$)	4.500,00
PB Autoconsumo família (R\$)	1.577,00
PB animal/ PB total (%)	25,95
PB vegetal/ PB total (%)	74,05
PB subst./ PB total (%)	25,95
Consumo Intermediário Total (CI em R\$)	2.012,00
Depreciação (DEP em R\$)	460,00
DVA em R\$(Imp + Sal/ Enc + DF + Arr)	329,00
Renda Agrícola (RA em R\$)	3.276,00
Rendas não Agrícolas (RÑA em R\$)	15.810,00
Renda Total (RT em R\$)	19.086,00
RÑA/RT (%)	82,0
RT/12 (Renda total mensal em R\$)	1.590,50
RT/SAL (R\$)	3.181,00
RA/UTH (R\$)	3.276,00
RT/UTH (R\$)	19.086,00
RA/UTHf (R\$)	3.276,00
RT/UTHf (R\$)	19.086,00
Valor Agregado Bruto (VAB em R\$)	4.065,00
Valor Agregado Líquido (VAL em R\$)	3.605,00
VAL/SAL (R\$)	600,83
VAL/UTH (R\$)	3.605,00
VAL/UTHf (R\$)	3.605,00
Diversificação	2,50

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

Além dessas fontes de renda os agricultores do caso 3 arrendam 3 hectares para vizinhos, para o cultivo do fumo, obtendo R\$ 1.020,00 anuais. Mesmo tentando diversificar as fontes de renda, esses agricultores e a filha dependem quase que, exclusivamente, da aposentadoria rural.

Para a garantia da sobrevivência da agricultura familiar seria interessante que fossem implantadas novas frentes de produção de alimentos, com políticas públicas que promovam a

isenção de taxas e impostos para os agricultores e com novas frentes de comercialização. Dessa forma os agricultores não dependeriam somente de uma renda oriunda de proventos governamentais.

CASO 4: produtor de fumo endividado

A *UPA do Senhor Lademir* (44 anos) e Senhora Beloni (47 anos) é composta ainda pelos filhos, Patrícia (20 anos) e Eldmar (17 anos).

Os agricultores produziam fumo em corda, passaram para o fumo de galpão e, há seis anos, plantam fumo de estufa. O senhor Lademir relata: “mudei para o fumo de estufa porque achava que era mais rentável, com garantia de recebimento, agora estou endividado”. Narra ainda que “antes sobrava mais do fumo, agora cada vez menos. A fumageira paga R\$ 74,00 a arroba e o “picareta” R\$ 85,00”.

A família mora a 23 anos na terra de 11 ha e produzem fumo comercial e produtos para autoconsumo (feijão, batata, milho, mandioca, cana, aves, suínos e bovinos).

O agricultor afirma ser necessário fazer o controle financeiro da produção e pensa em parar de produzir fumo. Ele diz que “há muita exploração e as pessoas morrem porque fumam”.

O produtor tentou iniciar outra atividade além do fumo, a piscicultura, mas não tinha água suficiente e houve a desistência da introdução dessa alternativa.

Esse é o único caso em que o agricultor identifica-se como fumicultor porque alega produzir poucos produtos que diversificariam a unidade produtiva.

Nesse Caso verifica-se que o agricultor tenta parar de produzir fumo, mas alega que essa possibilidade somente irá ocorrer quando ele conseguir saldar as dívidas com a fumageira. O produtor tem uma dívida que gerou R\$ 4.000,00 em juros e correções, onde o valor de R\$ 11.000,00 no ano de 2008, teve um incremento para R\$15.000,00, em 2009. A esposa do agricultor teve problemas de saúde e ele não conseguiu cumprir com o volume de fumo a ser entregue para a fumageira, como acordado no contrato. Ele relata que comprou o pacote de insumos no mercado e custou a metade do preço que a fumageira estipulou.

Eles gostariam de diversificar a propriedade com piscicultura, horta e gado de leite.

O senhor Lademir alega que não há apoio das Instituições, de um lado o governo quer que sejam produzidos alimentos e não oferece condições, de outro vem a AFUBRA para vender seguro ou para cobrar o que não está pago.

Pode-se verificar os resultados da planilha econômica aplicada para obtenção dos dados da UPA, na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 - Principais indicadores descritivos e analíticos utilizados para a caracterização dos agricultores do Caso 4

INDICADORES DESCRITIVOS	CASO 6 LADEMIR (VALORES)
Superfície Total - ST (ha)	11
Superfície Agrícola Útil - SAU (ha)	8
SAU FUMO/SAU TOTAL (%)	37,50
Mão de Obra TOTAL (UTH)	3,14
Mão de Obra Contratada (UTH)	0,40
Mão de Obra Familiar (UTHf)	2,74
INDICADORES DE ANÁLISE	
Produto Bruto TOTAL (PBtotal em R\$)	16.410,00
PB Animal (R\$)	3.290,00
PB Vegetal (R\$)	13.120,00
PB Fumo (R\$)	13.120,00
PB vegetal/ PB total (%)	79,95
PB animal/ PB total (%)	20,05
PB Autoconsumo família (R\$)	890,00
PB Autoconsumo família/ PB Total (%)	0,05
PB Fumo/PB Total (%)	79,95
Renda Agrícola (RA em R\$)	-15.296,11
Rendas não Agrícolas (RÑA em R\$)	2400
RA/SAU (R\$)	-1.912,01
Renda Total (RT em R\$)	-12.896,10
RÑA/RT (%)	- 18,6
RT/12 (Renda total mensal em R\$)	-1.074,68
VAB (R\$)	-2.995,00
VAL (R\$)	-4.140,90
DVA (R\$)	11.155,20
VAL/SAU (R\$)	-517,61
VAL/UTH (R\$)	-1.318,76
VAL FUMO (R\$)	-3687,5
CI TOTAL (R\$)	19.405,00
CI FUMO (R\$)	10.215,00
CI FUMO (%)	52,64
Diversificação	1,47

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa de campo (2009).

O caso do Senhor Lademir remete diretamente para a dependência do cultivo especializado do fumo, com produto bruto vegetal de R\$ 13.120,00, e para a quase ausência de produção para autoconsumo, R\$ 890,00. A doença de um familiar para agricultores que

dependem do fumo pode levar à ruína econômica, ou para um processo contínuo de exploração, onde a agroindústria acumula a cobrança de dívidas baseada no cálculo de financiamentos com juros compostos.

Várias notícias sobre dívidas dos agricultores com a indústria fumageira se espalham pela rede mundial de computadores e estão disponíveis para consulta de todos. O que é lamentável são os casos de arresto de bens, mesmo quando o agricultor segue produzindo e se endividando, ano após ano. Casos como o da agricultora Eva da Silva (Anexo B); onde segue parte da manchete, são comuns em áreas cultivadas com fumo do sul do Brasil.

Um arresto de fumo, pedido pela empresa fumageira Aliance One, causou o suicídio de uma agricultora do município gaúcho de Vale do Sol, na região do Vale do Rio Pardo. No dia 2 de fevereiro, sob ordem do juiz Marcelo Silva de Carvalho, a agricultora Eva da Silva teve toda sua produção de fumo tomada, para o pagamento de uma suposta dívida que teria com a empresa. (ALMEIDA, 2008)

Segundo Etges (1991), o preço do fumo leva à subordinação do trabalho familiar aos desígnios das indústrias, onde os preços de compra da produção não cobrem os custos da produção, principalmente, daqueles agricultores já endividados com as fumageiras. Esse fator, segundo a autora, leva o cultivo de fumo a se tornar o principal produto vegetal, reproduzindo um círculo vicioso, onde o agricultor nunca consegue parar de produzir ou de pagar dívidas oriundas da cultura do Tabaco.

A vida social de agricultores sem tempo para dedicação a outros cultivos e sem condições financeiras para tentarem alternativas os leva, muitas vezes, a um processo de depressão que pode levar ao caso de suicídio.

O caso do Senhor Lademir é inicial, mas está gerando um processo de contínuo endividamento e sujeição à agroindústria, tomando decisões que possam salvar sua UPA desse processo de dependência contínua gerado pela dívida que já chega a levar a sua renda mensal total a ficar negativa em -1.074,68 .

A especialização dos cultivos oferece vantagens para a produção de plantas e criação de animais, mas é sabidamente desfavorável para os agricultores familiares que ficam a mercê das indústrias, dos preços e prazos estipulados, dos contratos abusivos praticados, dos juros sobre a aquisição dos insumos.

Urge que sejam ofertados mais conhecimentos técnicos, alternativas produtivas e programas de desenvolvimento que incluam canais seguros de comercialização para que a

Agricultura Familiar do Sul do Brasil possa alcançar índices econômicos de produtividade e renda agrícola baseados em cultivos diversificados, sem a exploração vertical do mercado fumageiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações ocorridas ao longo do desenvolvimento da evolução dos sistemas agrários de Sobradinho são semelhantes às transformações ocorridas nos sistemas brasileiros de produção. A chegada da Revolução Verde¹ levou os sistemas diversificados de produção a diferenciarem-se com a introdução de novas tecnologias e, principalmente, com a introdução dos sistemas especializados integrados de produção.

A partir do estudo e da metodologia de pesquisa empregada foi possível verificar que na evolução dos sistemas agrários do município, desde o período de ocupação indígena até o sistema contemporâneo, sempre houve a presença do cultivo de fumo. No sistema agrário contemporâneo foram observados dois sistemas produtivos de maior relevância, são eles; o sistema de produção do Tipo I (50% dos agricultores familiares de Sobradinho), *fumo e produtos para autoconsumo* e sistema de produção do Tipo II, (20% dos agricultores familiares de Sobradinho) *fumo e grãos*.

Do ponto de vista socioeconômico e produtivo, a cultura do fumo teve um papel de fundamental importância na transformação dos sistemas agrários, ao longo do período estudado. Os sistemas produtivos do município eram baseados no cultivo diversificado para autoconsumo, depois na produção de feijão e transformaram-se, principalmente, após a Revolução Verde, em especializados na produção comercial de tabaco, integrados às indústrias que se instalaram na região do Vale do Rio Pardo.

Fochezatto (2002) analisando a evolução da estrutura produtiva do Vale do Rio Pardo também aponta que a reestruturação da base produtiva da economia foi impulsionada pelas inovações tecnológicas e vinculada ao setor primário, especialmente, à cultura do fumo. Segundo o autor, a região depende do desempenho das exportações que estão ligadas a fatores exógenos como a política cambial e comercial do governo federal e do desempenho da economia de países ou regiões que importam esse produto.

¹ A Revolução Verde é um modelo de produção agrícola implantada, no Brasil, a partir da década de 70 e mais difundida na década de 90. Foi idealizada por pesquisadores de países industrializados com o objetivo de incrementar a produtividade através da utilização de insumos, sementes, agrotóxicos e adubos minerais, além de novas tecnologias de plantio, irrigação e colheita. No Brasil chegaram também os sistemas especializados integrados de produção com a finalidade de aumentar a quantidade de matéria prima a ser entregue às indústrias, assim como, a lucratividade dessas empresas. A utilização massiva dos insumos desencadeou muitos processos de desequilíbrio ambiental, surgiram solos com problemas de erosão e esgotamento, contaminação de cursos de água e a diminuição da biodiversidade. Todos estes elementos vão de encontro ao desenvolvimento considerado sustentável e, por isso, estão em desacordo com a tendência de desenvolvimento debatida mundialmente que considera três dimensões, quais sejam a dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento.

Outros fatores também concorrem para que o fumo tenha uma produção especializada, como afirma Spies (2000), são eles: o crédito rural, o financiamento para o desenvolvimento de agroindústrias processadoras garantindo a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros no exterior, o fato do preço do fumo ser adaptado às oscilações de mercado, a garantia de comercialização do que é produzido, como foi ressaltada na presente pesquisa, além da assistência técnica eficiente fornecida pelas fumageiras, a melhoria no sistema de transportes, a tradição pelo cultivo do fumo na região e a implantação do seguro mútuo da AFUBRA que dá a cobertura de danos causados à produção causados por vendaval, granizo ou queima da estufa e, também, a instalação de multinacionais na região do Vale do Rio Pardo.

Outro fator não citado é a exploração de novas regiões, estabelecendo novos nichos de mercado para a produção de fumo. As fumageiras contratam pessoas especializadas em análise e pesquisa de mercado, “experts”, com foco na introdução dos produtos agroindustriais produzidos. Dessa forma, cidades como a de Venâncio Aires, tradicionalmente conhecida pela produção de erva-mate, é hoje uma das cidades com maior volume de produção de tabaco.

Na presente pesquisa também foi verificado que os agricultores são dependentes do cultivo especializado de fumo e as indústrias têm foco na exportação, devido à produção de fumos claros, do tipo Virgínia, tendo em vista que 50% dos produtores (Tipo I) são voltados ao cultivo comercial de um único produto vegetal, responsável pela composição da renda agrícola das unidades produtivas.

A economia baseada na exportação, a partir dos anos 80, passou a ser a tônica na região do Vale do Rio Pardo e, além do fumo, outras culturas como a do café e a soja, também foram baseadas por essa visão de mercado.

Para Souza (2002) muitas regiões entram em declínio por não serem capazes de diversificar sua estrutura produtiva a partir da base econômica voltada para cultivos especializados em sistemas integrados de produção para exportação. Ele afirma que, sem o incentivo do poder público é muito improvável que o mercado acabe por suprir as necessidades da diversificação, mas que o governo não pode arcar sozinho, devido a escassez de recursos, com o incentivo a setores de pouca resposta em termos de encadeamento da produção e do emprego. Afirma ainda que, nem sempre a instalação de pólos exportadores é suficiente para desencadear um crescimento regional autônomo.

Dessa forma o autor nos insita a pensar que o desenvolvimento local não pode ser ligado às decisões do mercado externo, mas que deveria ser baseado na autonomia dos atores

ligados às localidades em que se concentram os produtos produzidos. No caso de Sobradinho, que produzia mais feijão do que fumo houve uma desaceleração da produção de grãos em detrimento da introdução de um produto mais atrativo comercialmente, o fumo. Ocorre que a introdução desse produto veio do mercado externo para o interno, verticalizando o processo de inserção de produtos no mercado e afetando o poder de escolha dos agricultores.

Nesse modelo adotado que é próprio para grandes propriedades, voltadas ao modelo agroexportador empresarial, as propriedades de base familiar têm reduzido volume de produção individual, dificultando a competitividade de mercado. Há uma inversão na aplicação do modelo que mostrou resultados positivos para uma das partes envolvidas, as indústrias fumageiras. O pequeno produtor, com mão-de-obra familiar e produção em pequena escala, volta-se para um modelo que aplica alta tecnologia de produção, embora somente em parte, devido ao relevo acidentado e acelerado processo de degradação das áreas cultivadas. Assim, cada um dos pequenos contribui com o volume que consegue produzir para alcançar o resultado produtivo em grande escala da região. Será que esse modelo poderá, de alguma forma, beneficiar os agricultores familiares e suas pequenas unidades produtivas?

Outro fator que deve ser mencionado é que chamada Revolução Verde preparou o caminho para a instalação das agroindústrias, mas que os principais reflexos dessa transformação se deram em razão da grande quantidade de insumos utilizados nas lavouras de fumo. Isso ocorre porque, na produção de fumo do RS, não são utilizados alguns dos recursos tecnológicos, como máquinas e implementos de alta tecnologia. Então, o fumo serve o mercado agroexportador, mas os fumicultores não têm acesso a todas as inovações tecnológicas, seja pela ausência de condições financeiras, ou pelo relevo acidentado da região que não permite o uso de implementos mecanizados ou, ainda, por simples falta de terra.

Esse modelo de relacionamento pode não ser adequado para as propriedades de base familiar, gerando uma dependência dos agricultores, onde eles nunca serão os “patrões” do seu negócio próprio, tampouco terão condições de competir com mercados internacionais, somente as indústrias têm essa função.

Outro reflexo da Revolução Verde que pode ser destacado refere-se aos problemas ambientais causados pelo consumo desenfreado de agrotóxicos. Esses devem estar em uma agenda de prioridades para as instituições governamentais, ou não-governamentais, orientando e esclarecendo as técnicas mais eficientes para a utilização desses insumos. A produção de fumo em pequenas propriedades, onde são utilizadas grandes quantidades de agrotóxicos, assume também um papel gerador de vários problemas ambientais, entre eles, a poluição dos cursos de água e o desmatamento.

Outro fator ligado à conservação do meio ambiente que pode ser apontado é o reflorestamento com Pinus e Eucalipto orientado, principalmente pela indústria, introduzindo duas espécies exóticas, que acabam por acelerar, ainda mais, o desgaste dos minerais dos solos e o afloramento de rochas após o corte da madeira.

Essa situação colabora para o desequilíbrio ambiental, extinção das nascentes de água e afloramento de rochas, principalmente, porque o fumo é produzido em muitas encostas de serra e os agricultores utilizam parte de suas áreas para o reflorestamento com essas espécies citadas. É por esse mesmo motivo que quase, a totalidade dos agricultores dos Tipos I e II usam a tração animal para o preparo do solo, sendo difícil a introdução de tratores e outros implementos que poderiam ser danificados se fossem utilizados.

A mão-de-obra familiar é o alicerce da produção de fumo para os dois sistemas e a contratada é, praticamente, inexistente. Os valores dessa mão-de-obra são incrementados, principalmente, na colheita do fumo, com jornadas de trabalho duplo, diurnas e noturnas. Um aspecto importante a ser relatado é que a mão-de-obra brasileira recebe valores baixos por hora trabalhada, o que não ocorre nos países desenvolvidos, como já vimos na revisão.

Esse deve ser um dos fatores pelos quais as indústrias têm investido na produção de fumo pela agricultura familiar do Brasil. Além disso, comparando-se os sistemas produtivos do Tipo I e II não se encontram diferenças significativas quanto aos índices avaliados onde a superfície agrícola útil, em ambos os casos não passa de 14 hectares. Já, curiosamente, a SAU do fumo, em relação à SAU total, é de, aproximadamente, de 28 a 30%, em ambos os sistemas. O valor esperado poderia ser superior no sistema do Tipo II, quando há produção de grãos, mas isto não ocorreu, mesmo assim esses índices caracterizam propriedades pequenas que utilizam mão-de-obra familiar.

Outro aspecto a ser destacado é que, no caso 4, onde houve a doença de uma das pessoas da célula familiar foi gerada uma dívida com a fumageira devido ao descumprimento do total de arrobas de fumo a serem recolhidas pela indústria. Esse é um dos graves problemas enfrentados pelos agricultores, com mão-de-obra essencialmente familiar em pequenas propriedades fumicultoras, ou eles cumprem o contrato à risca, ou estão fadados a pagar multas, existe também a aplicação de juros compostos, como se os agricultores tivessem pedido um empréstimo bancário. Assim verifica-se a relação de dependência e quase, por que não dizer, escravocrata, dos fumicultores em relação às indústrias. As dívidas vão criando um círculo vicioso em que os agricultores não querem ou, por muitas vezes, não podem deixar de produzir porque precisam pagar os custos da produção das safras anteriores ao ano agrícola em que produziram o tabaco.

Na pesquisa em tela não se verificou interesse por parte dos entrevistados no investimento em atividades não-agrícolas, ao contrário, os índices dessas atividades não passaram de 23,3%, desconsiderando os proventos oriundos de pensões e aposentadorias. O principal motivo apontado pelos agricultores que embasa esse resultado é que o manejo do cultivo do fumo é muito intenso e não há tempo para investir em outras atividades.

Ou seja, além dos agricultores estarem vinculados a um processo de dependência de somente um produto para a sobrevivência da unidade de produção e da família eles não conseguem diversificar as atividades que poderiam produzir resultados positivos quanto à renda total da propriedade.

A renda total mensal dos agricultores foi de, aproximadamente, R\$ 2.000,00 em ambos os Tipos e o fumo é responsável por grande parte desses rendimentos, no Tipo I representa 60% da renda agrícola e no Tipo II, 33%. Esses valores apontam que a renda agrícola das unidades produtivas é dependente da produção integrada do fumo tanto para os agricultores do Tipo I, quanto para os do Tipo II. O principal fator que leva esses agricultores a continuarem na produção de tabaco é, justamente, a renda agrícola do cultivo em pequenas áreas de terra, sendo que 100% dos entrevistados também verbalizou essa afirmação.

O Valor Agregado Líquido do fumo, que desconsidera a depreciação, também obteve valores altos, no Tipo I foi de 68% e no Tipo II foi de 64,7%, ou seja, é inegável que o fumo produza “riqueza” para as unidades produtivas, mas, para isso os agricultores são obrigados à submissão dos desígnios das fumageiras. Por esse motivo não podem descumprir o contrato, do contrário, toda a riqueza obtida com a produção do fumo, transforma-se em dívidas onerosas que passam a inviabilizar as unidades produtivas. Cabe alertar também que essa riqueza diz respeito às instalações necessárias para a produção de fumo do tipo Virgínia, em estufas. Quando os agricultores deixam de produzir fumo permanece o capital imobilizado nas instalações sem nenhuma utilidade futura pela unidade produtiva. Este deve ser um dos motivos pelos quais os produtores que deixam de produzir fumo tem sua sobrevivência baseada nos proventos da aposentadoria.

Analisando os resultados dos casos pesquisados percebeu-se que os ex-produtores de fumo têm, na aposentadoria, sua principal renda, ou seja, na renda não-agrícola proveniente desses proventos. A aposentadoria pode ser a única fonte de renda para as famílias rurais, quando deixam de produzir fumo e se apóiam na produção para autoconsumo. A criação de alternativas para que os filhos dos agricultores permaneçam nas terras para a promoção do desenvolvimento local é urgente, tendo em vista que o país precisa do apoio da agricultura

familiar para a produção de alimentos. A aposentadoria não foi criada para manter as unidades produtivas, então, devem existir lacunas a serem preenchidas pelas instituições.

Prieb, Souza e Pereira, (2007) chegaram à conclusão de que a previdência pode ter um importante papel, mesmo na manutenção das unidades produtivas. Eles afirmam que,

[...] os benefícios previdenciários implicam em mudanças positivas, no comportamento dos principais indicadores decisivos na análise da condição de vida e de bem-estar social das famílias. O aspecto da moradia, a utilização de serviços básicos e os utensílios domésticos disponíveis, comprovam que as famílias, em geral, possuem boas condições de vida. (PRIEB; SOUZA; PEREIRA, 2007, p. 17).

Além disso, os autores citados apontam que antes do recebimento de aposentadoria 67% dos domicílios eram próprios e, após, os agricultores beneficiários tiveram seu poder aquisitivo incrementado, elevando o percentual de domicílios próprios para 98%.

Embora a produção de fumo esteja sendo muito contestada, principalmente, pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, um fato preocupante apresentado pelos agricultores, ex-produtores de fumo, é que eles voltariam para o cultivo da planta, caso tivessem saúde e fossem mais jovens.

Se não houver a dedicação dos técnicos e pesquisadores em desenvolvimento a situação do deslocamento populacional rural em direção às zonas urbanas pode levar, brevemente, à ausência da mão-de-obra no campo. A criação de mercados alternativos com a inserção de novas propostas é urgente para que os filhos dos agricultores familiares, que vivem nas regiões fumicultoras, percebam que as zonas rurais podem tornar-se negócios rentáveis para suas famílias.

Os sistemas de produção analisados não apresentam diversificação dos cultivos comercializados, resultando na especialização do cultivo de fumo e na dependência de somente um produto para a garantia de renda das unidades produtivas. Porém, uma boa alternativa de diversificação foi encontrada no caso (2) em que o agricultor, embora aposentado, implantou a produção de vinho na propriedade e, além disso, o cultivo das uvas vem sendo um dos motivos pelos quais a renda da propriedade tenha sido incrementada. A produção de soja, também cultivo especializado, contribui de forma positiva para a renda familiar dessa UPA, embora, os custos de produção sejam altos, como ocorre com o fumo. Além disso, a cultura desse grão exige maior superfície agrícola para obtenção de rendimentos positivos.

A diversificação dos cultivos é pouco implantada e, por isso, é necessário que as Instituições, em conjunto com a comunidade local, possam traçar novas diretrizes para o desenvolvimento rural da região, levando em conta as experiências dos agricultores e as suas motivações.

A disponibilização de orientações sobre novos cultivos e criações ou a reintrodução de produtos tradicionais e a facilitação da comercialização criando sistemas que garantam a compra dos produtos são formas importantes de combate à dependência da comercialização de fumo. Sabe-se que as instituições ligadas ao Governo já vêm criando políticas públicas para o apoio da agricultura de cunho familiar, mas é necessário ir além, criando condições para que esses agricultores possam tomar as suas próprias decisões, sem a interveniência de contratos com cláusulas abusivas.

A elaboração de políticas públicas e as intervenções por parte dos órgãos governamentais dependem diretamente do conhecimento das reais condições enfrentadas pelos produtores de tabaco no campo, correndo-se o risco de serem pouco eficazes ou insuficientes para a transformação da situação atual dessas famílias.

Muitas pessoas dependem diretamente da Agricultura e da multiplicidade dos mercados agrícolas e não-agrícolas para a renda de suas famílias. A diversificação da propriedade para que, aos poucos, os agricultores do Vale do Rio Pardo se tornem os agentes da mudança do panorama econômico vigente pode ser um dos marcos para a transformação social, cultural e ambiental presente, passando eles de meros expectadores a agentes da própria mudança.

Ao lado dessa problemática está a inserção de políticas públicas que garantam para os agricultores orientação técnica, colocação dos produtos oriundos dos cultivos e criações no mercado e uma mudança na forma de implantação de projetos de desenvolvimento rural.

As políticas precisam da comunhão de esforços de instituições de pesquisa e de extensão rural, universidades e das organizações ligadas aos agricultores para a geração de alternativas viáveis de sobrevivência e desenvolvimento local.

Tendo em vista a situação vivida pelos fumicultores a diversificação pode ser uma alternativa de renda para esses agricultores de mão-de-obra, predominantemente, familiar. Com o cultivo de fumo, figurando como cultura principal para a manutenção da unidade de produção, o agricultor é fragilizado e exposto à ação de agentes externos, como o clima, doenças e pragas e, além disso, fica vulnerável às condições do mercado, regulado pela ação direta das fumageiras.

A diversificação pode representar, então, a redução de riscos econômicos, sociais e ambientais, protegendo o agricultor familiar e promovendo o desenvolvimento sustentável das unidades produtivas. Além disso, poderá promover novas fontes de renda agrícola e não-agrícola garantindo a reprodução das famílias envolvidas nesse complexo sistema de produção que gera dependência e ausência de autonomia.

Sugere-se a ampliação dos estudos acerca dos resultados da pesquisa dos sistemas produtivos para todo o Vale do Rio Pardo. Implantar alternativas viáveis para a diversificação de cultivos, criações e da renda das propriedades é o ponto inicial para que esses agricultores possam ser independentes, decidindo o futuro de suas propriedades.

O fumo é importante para a composição de renda das unidades de produção dos agricultores familiares, mesmo em sistemas diversificados, devido ao fato de não terem sido encontradas unidades produtivas de fumo com diversificação de cultivos comerciais para fazer esse comparativo. As unidades apresentavam o cultivo de outras culturas e criações, mas somente para autoconsumo, não influenciando de forma a agregar renda para as propriedades.

Finalmente, os agricultores familiares optam pelo cultivo de fumo em decorrência da rentabilidade e do baixo custo de comercialização do produto final. É inegável que todos os agricultores do país que precisam preocupar-se, primeiramente, com a comercialização de seus produtos possam ficar inclinados a produzirem culturas integradas à indústria, mas também é necessária a explanação de todas as desvantagens que esse sistema gerador de dependência pode causar.

O caminho mais fácil, simplificado e “convincente” nem sempre é o mais vantajoso e, afinal, o Ministério da Saúde adverte:

-“Fumar faz mal à saúde!”

Recomenda-se o aprofundamento dessa pesquisa devido à importância da tarefa de trocar informações e construir alternativas junto aos agricultores familiares para o desenvolvimento local. Nesse trabalho foram enfrentadas algumas limitações financeiras que dificultaram o cumprimento de prazos para sua execução. Então, pesquisas futuras devem ampliar a abrangência do estudo para toda a região do COREDE Vale do Rio Pardo a fim de realizar comparações quantitativas e qualitativas de todos os municípios, produzindo uma radiografia da situação da fumicultura no sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, SP: Hucitec, 1992.

ACIOLI, G. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa: um balanço historiográfico **Saeculum**: Revista de História, João Pessoa, n. 12, p. 22-37, jan./jun. 2005.

AHRENS, D. C.; LLANILLO, R. F.; MILLÉO, R. D. S. Possibilidades de Diversificação do Cultivo de Fumo Convencional por Sistemas de Produção de base agroecológica no Centro-Sul do Paraná, Brasil. Ponta Grossa. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

ALMEIDA, G. **Um novo horizonte para o controle do tabaco**: aspectos socioambientais da fumicultura. São Paulo: Aliança de Controle do Tabagismo, 2008. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/118_Aspectos-Socioambientais-da-Fumicultura.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2010.

ALMEIDA, L. F.; ZYLBERSZTAJN, D. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos. **Internext**: Revista Eletrônica de Negócios Internacionais, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 267-287, ago./dez. 2008.

ALMEIDA, L. R. Agricultora se mata após arresto de fumo no RS. **Rel-UITA**, Montevideo, 27 feb. 2007. Disponível em: <http://www.rel-uita.org/sectores/tabaco/agricultora_se_mata.htm>. Acesso em: 5 abr. 2010.

ANUÁRIO Brasileiro do Fumo 2009. Santa Cruz do Sul, RS: Gazeta do Sul, 2009.

ARAÚJO JÚNIOR, G. Uma visão geral de diagnóstico do sistema agrário brasileiro. **Revista CEPPG**, Catalão, v. 8, p. 80-89, 2003.

AYUKAUWA, M. L.; ALLES, J. M. **Caracterização, evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Venâncio Aires, RS, Brasil**. Trabalho de conclusão da disciplina Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2003.

BARROS, R. P. Modernização agrícola e pobreza. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, n. 1, não paginado, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios/edicoes/1/artigo13041-1.php>>. Acesso em: 4 jan. 2010.

BASSAN, D. S. **Desenvolvimento Desigual na Região do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura familiar e previdência social rural**: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BOEIRA, S. L. **Indústria de tabaco e cidadania**: confronto entre redes organizacionais. Itajaí, SC: Univale, 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006**. Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/m_5658_2006.htm>. Acesso em: 27 fev. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE PROGRAMA NACIONAL DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E A CONVENÇÃO QUADRO DO TABACO. 2007, Porto Alegre. **Relatório...** Porto Alegre: MDA, 2007. Disponível em: <comunidades.mda.gov.br/o/885734>. Acesso em: 10 out. 2008.

COELHO, P. **O manual do guerreiro da luz**. São Paulo: Rocco, 2006.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DIESEL, V.; SCHEIBLER, J.; PALMA, J. **Características e condicionantes da estabilidade de relações de integração agricultor- agroindústria**: considerações a partir do caso da fumicultura no RS. Santa Maria, RS: UFSM, 2002. (Textos de Desenvolvimento Rural). Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/02.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

DOWBOR, L. **A formação do capitalismo dependente no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole**: manuel d'expertise. Paris: CTA; Karthala, 1996.

ETGES, V. E. et al. **Impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana da região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, 2001. Disponível em: <<http://galileu.globo.com/edic/133/agro1.doc>>. Acesso em: 25 mar. 2009.

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, RS: FISC, 1991.

FERREIRA, A. B.; OLIVEIRA, T. K.; SÁ, C. P. Diversificação de atividades na produção familiar no projeto de assentamento Colibri no Acre. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Rio Branco, AC: SOBER, 2008.

FIGUEREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. Algumas considerações sobre o desenvolvimento rural a partir da perspectiva sistêmica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.

FOCHEZATTO, A. Evolução da estrutura produtiva da Região do Vale do Rio Pardo, 1986/1998. In: SOUZA, N. J. **Evolução econômica e social da Região do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2002.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GIDDENS, A. Risco, confiança, reflexividade. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

GOOGLE EARTH. Município de Sobradinho com as zonas de estudo I e II. Visualização construída em 10 de maio de 2010.

HAGUETTE, T. M. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

HOFFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção de fumo por COREDE**: médias da produção dos anos 2004 a 2006. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/uploads/Fumo_coredes_04_06.pdf Acesso em: 8 dez. 2008.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

KARNOPP, E. Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil). **Actas Latinoamericanas de Varsovia**, Tomo 26, p. 135-147, 2003. Disponível em: <http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/10-ERICA.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2009.

LANDAIS, E.; LHOSTE, P.; MILLEVILLE, P. Points de vue sur la zootechnie et sur les systèmes d'élevage tropicaux. **Cahiers des Sciences Humaines**, v. 23, n. 3-4, p. 421-437, 1987.

LARA, B. **La decisión**: un problema contemporáneo. Madrid: Colpe, 1991.

LIMA, R. G. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 190-225, 2007.

LK ADVOGADOS. **O Plano Collor**. 2010. Disponível em: <http://planocollor.com>. Acesso em: 28 jun. 2010.

LOPES, J. L. Que ciência para América Latina na era da globalização? **Interciência**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1-9, 1999. Disponível em: http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/cs01798.2010_08_17_17_54_58.pdf. Acesso em: 8 jan. 2010.

MARIANO, J. L.; NEDER, H. D. **Renda e pobreza entre famílias no meio rural do Nordeste**. 2002. Disponível em: http://www.ecn26.ie.ufu.br/ARTIGOS_PUBLICADOS/Desigualdade_de_Renda_e_Pobreza.pdf. Acesso em: 20 maio 2010.

MAZOYER, M.; MIGUEL, L. A. A abordagem sistêmica no âmbito das ciências agrárias. In: MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 17-25.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Historie des agricultures du monde**: du néolithique à la crise contemporaine. Paris: Seuil, 1997.

MENGEL, A. A.; BARCELLOS, S. B. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2290-2294, nov. 2009.

MORETTO, C. F.; GIACCHINI, J. **Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade**: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável. Passo Fundo, RS: UPF, 2006. (Texto para Discussão, n. 06/2006). Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/td_06_2006.pdf>. Acesso em: 8 maio 2008.

MÓSENA, M. **Agricultura em áreas frágeis**: as transformações decorrentes do processo de arenização em São Francisco de Assis/RS. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MUELLER, C. C. As contas nacionais e os estudos ambientais da atividade econômica. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 13, n. 23-24, p. 68-99, mar./set. 1995.

NARDI, J. B. **O fumo brasileiro no período colonial**: lavoura, comércio e administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Atividades não-agrícolas e desigualdade de renda no meio rural brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: Sober, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/653.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

NUNES, S. P. **O crédito rural do PRONAF e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Curitiba: Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, 2007.

PALACIOS, G. **Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución industrial**. México, DF: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998.

PERONDI, M. A. et al. Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Rio Branco, AC: SOBER, 2008.

PINCELLI, A. C. S. **Trabalho infante-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial**: o discurso da Souza Cruz. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PINHEIRO, A. M. **Sistema de integração fumageira em Mata - RS**: da estufa ao galpão. 1992. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria:Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, 1992.

PINHEIRO, S. O negócio do veneno é mais rentável do que o do remédio: entrevista com Sebastião Pinheiro. Entrevistador: IHU Online. In: **Eco Debate**, São Leopoldo, 11 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/06/11/o-negocio-do-veneno-e-mais-rentavel-do-que-o-do-remedio-entrevista-com-sebastiao-pinheiro/#>>. Acesso em: 5 maio 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Brasil Colônia. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRIEB, R.; SOUZA, M.; PEREIRA, J. E. Efeitos da previdência social rural na produção fumageira gaúcha. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: SOBER, 2007. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/6/1050.pdf>. Acesso em: 4 maio 2010.

REICHERT, L. J.; GOMES, M. C. A Racionalidade Administrativa e as Estratégias de Organização na Agricultura Familiar. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 18.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 10., 2008, Pelotas, 2008. **Anais eletrônicos...** Pelotas: UFPel, 2008. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CA/CA_00232.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2009.

RETRATO do controle do tabagismo no Brasil. **Rede Câncer**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 14-20, set. 2008.

RIO Grande do Sul: Mapa: Santa Cruz do Sul. In: **WebCarta.net**. Disponível em: <<http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=7013&lg=pt>>. Acesso em: 15 maio 2008.

RUDNICK, C. P. S. Mediações, resistências e estratégias no sistema de produção integrada do tabaco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

SCHMITZ, P. I. **Pré-História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006.

SCHMITZ, P. I.; BECKER, I. I. B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição taquara. In: KERN, A. A. (Org.) **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. p. 251-289.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006b.

SCHNEIDER, S. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7., 2006, Quito, Equador. **Anais eletrônicos...** Quito, Equador: Alasru, 2006a. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/21%20GT%20Schneider-Sergio.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

SILVA NETO, B. Análise diagnóstico de sistemas agrários: uma interpretação baseada na teoria da complexidade e no realismo crítico, **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 33-58, 2007.

SILVA, J. G. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/NEAD, 2001. (Textos para Discussão, n. 1).

SILVA, N. B. P. **Origem e caracterização sócio-econômica dos olericultores de Santa Cruz do Sul**. 2001. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVEIRA, A. M. **A Importância do fumo para o Vale do Rio Pardo – Santa Cruz do Sul**. 2005. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVEIRA, R. L. L. Ocupação e primeiros usos do território na região do Vale do Rio Pardo - RS: dos primeiros habitantes indígenas à apropriação militar dos campos de Rio Pardo. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 104-128, maio/ago. 2008.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE TABACO. **Estatísticas**. Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SITE WEBCARTA.NET. **Mapa com os municípios que compõe a região do Vale do Rio Pardo**. Disponível em: <<http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=7013&lg=pt>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. **Como é o processamento do fumo.** 2009. Disponível em:
<http://www.souzacruz.com.br/oneweb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/0604DAB1B3A18FDFC12570BB004810C9?opendocument&SID=&DTC=>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

SOUZA, N. J. **Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo.** Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2002.

SPIES, R. S. **O processo de especialização produtiva da microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS.** 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1996.

VAZ, J. C. **O crédito como agente de desenvolvimento da política agrícola no Brasil.**

Risco e Gestão do Seguro Rural no Brasil. Apresentações. Disponível em:

<http://www.iica.org.br/Docs/Apresentacoes/SemiRural_09.30%20Jos%C3%A9%20Carlos%20Vaz%2025-6.pdf>. Acesso em: 3 maio 2010.

VOGT, O. P. **Produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1997.

VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. **Vale do Rio Pardo: (Re)conhecendo a região.** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookmann, 2001.

ANEXO A - Roteiro para estudos da unidade de produção

1.- Identificação do entrevistado (nome):

1.1. Etnia de origem:

1.2. Principais Mudanças na História Produtiva do Agricultor

Movimentos Migratórios	
Introdução/ abandono lavouras/ criações (justificar)	
Introdução/ abandono máqs./equip/ benfeitorias	
Compra, venda ou arrendamento de terras	

2. Local

2.1 .Há quanto tempo mora no local?

2.2. Distância da sede do município

3. Utilização da terra

Valor da terra:

Situação fundiária:

proprietário Quantos ha?

posseiro Quantos ha?

arrendatário Quantos ha?

3.1.1 Atividades de produção vegetal

Atividade	Superfície (há)	Destino da produção				
		Rendimento/ produção	Preço médio venda	Venda	Consumo Destino	Semente
Plantação em parceria						
Vegetação nativa						
Reflorestamento						
SAU Total						
Benfeitorias						
Sem aproveitamento						
Área total						

Planta em parceria? Se sim, quantos ha são produzidos?

3.1.2. Insumos das atividades de produção vegetal

Insumo	Destino	Unidade	Quantidade	Custo médio(R\$)
Adubo químico				
Adubo orgânico				
Agrotóxicos				
Sementes				
Óleo diesel				
Lenha				

3.2. Atividades de produção animal

Criações	Nº animais	Inventário	R\$	Quantidade vendida/ ano	Valor médio R\$/un	Quantidade Autoconsumo
Gado corte						
Gado leite						
Touros reprodução						
Aves						
Suínos						
Ovinos						
Ovos						
Lã						
Outros produtos						

3.2.1. Insumos das atividades de produção animal

Insumo	Destino	Unidade	Quantidade	Custo médio(R\$)
Vacinas				
Carrapaticidas				
Vermífugos				
Custos serviços terceiros (veterinário e outros)				
Animais				

3.3 Itinerário técnico (produção de fumo)

Manejo	Meses												Mês indefinido	Todo ano	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Aquisição mudas ou sementes															
Plantio															
Tratos culturais															
Colheita															
Secagem															
Armazenagem															
Comercialização															

Como são realizadas essas atividades de manejo? O Sr. poderia descrevê-las para mim?

3.3.1. Informações sobre o cultivo do fumo

3.3.1.1. O que levou o Sr. a produzir fumo?

(razões ligadas aos objetivos dos agricultores, internas da UPA)

- menor risco quanto à comercialização da safra devido à integração com a fumageira
 porque é mais apto e conhece o manejo da cultura há muito tempo
 porque o fumo é rentável se comparado a outros cultivos
 porque o fumo dá menos trabalho (manejo) e mais renda do que produzir alimentos
 porque com pouca terra é possível ter renda suficiente
 porque com as vantagens de acesso ao crédito e apoio da fumageira é preferível produzir fumo

(razões ligadas às condições de mercado, externas à UPA)

- porque não precisa se preocupar com a comercialização dos produtos
 porque a própria fumageira subsidia linhas de crédito com garantia de compra da produção
 porque tem apoio das instituições, como as Associações e Sindicatos para continuar produzindo
 porque o governo auxilia com a introdução de políticas públicas que facilitam a permanência no cultivo de fumo. Se acha que não, por quê?

3.3.1.2. O (A) senhor (a) faz algum tipo de controle do lucro e dos custos da produção? Sim () Não () Qual é o método empregado?

3.3.1.3. A fumageira fornece planilha dos custos de consultoria técnica, insumos e transporte para a produção de Tabaco?

3.3.1.4. Tem assistência técnica fornecida pela fumageira? Sim () Não ()

3.3.1.5. Pensa em parar de produzir fumo? Sim () Não () Por quê?

3.3.1.6. Pensa em diversificar a produção? Sim () Não () Por quê?

3.3.1.7. Como o senhor se identifica (fumicultor, agricultor familiar, empresário, produtor rural)?

3.3.1.8. Para quem vende a produção de fumo e como é vendida?

3.3.1.9. Por quanto vendeu (R\$) a última produção de fumo?

3.4. Atividades não-agrícolas e produtos de transformação da produção de plantas e animais

Atividade	Nº pessoas	Período	Remuneração	Pessoa da família executora da atividade
aposentadoria				
pensão				
aluguel				
arrendamento				
Produção queijo				
Produção de salame				
Produção de banha				
Artesanato				
outras				

3.5. Caracterização geral do sistema de produção

3.5.1. Como classifica o sistema de produção predominante na UPA?

() só fumo

() fumo + autoconsumo

() fumo + grãos

() fumo + leite + grãos

() fumo + gado de corte + grãos

() outros : _____

3.6. Crédito e financiamento

Instituição (A)	Destino (B)	Período Carência	Valor total	N Parcelas	Saldo devedor

Código

(A)	(B)
1 Banco (Qual?)	1 custeio agrícola
2 Cooperativa	2 custeio lavoura
3 Fundo Municipal	3 comercialização agrícola
4 Vizinho	4 comercialização lavoura
5 Parentes	5 Investimento agrícola
6 Pronaf	6 investimento lavoura
7 RS- Rural	
8 Outros (Qual?)	

3.7. Outros gastos

Discriminação	R\$ (mês/ano)
ITR	
FUNRURAL	
ICMS	
Sindicato	
Luz	
Água	
Telefone	
Gasolina	
Frete	
Arrendamentos	

4. Dados da Família:**4.1. Nome dos integrantes do núcleo familiar, idade, escolaridade, emprego dentro ou fora da propriedade (mão-de-obra familiar):**

Integrantes do núcleo	Idade	Escolaridade	Atividade e período dedicado a UPA	Atividade e período fora da UPA

4.2. Participação social da família na comunidade local e/ou município:

Especificação	Informar se participa
Associação local de produtores e/ou criadores	() Sim () Não
Cooperativas	() Sim () Não
Sindicato dos trabalhadores	() Sim () Não
Associação das mulheres/ clube de mães	() Sim () Não
Associação vinculada a igreja (pastoras, cantos)	() Sim () Não
Clube se futebol, bocha, rodeio, etc.	() Sim () Não
Partido Político	() Sim () Não
Outros (especificar)	() Sim () Não
	() Sim () Não
	() Sim () Não

4.3. Mão-de-obra contratada:

Tipo de atividade	Nº de pessoas	Idade	Remuneração (R\$)	Ativ. Executada e período de contratação
Lavoura de fumo				
Produção de grãos				
Animais				
outra				

4.3. Conversão da mão-de-obra em UTH (Unidade de trabalho Homem)

Mão-de-obra	16 a 17 anos	18 a 59 anos	+ de 60 anos
Familiar			
Contratada			
Total			

5. Tipo de moradia:

5.1. Própria? () sim () não Quantos m²? _____

5.2. Alvenaria () Madeira () Mista ()

5.2.1. Quando foi construída?

5.2.2. Estado da moradia:

() bom () regular () ruim

5.3. Tem banheiro? Sim () Não ()

5.4.

Bens domésticos disponíveis	Sim	Não
Televisão (potegadas)		
Antena parabólica		
Telefone		
Internet		
Freezer		
Geladeira		

5.5. Esses bens domésticos foram adquiridos antes ou depois do cultivo de fumo?

6. Acesso a Serviços (Qualidade de vida):

6.1. Tem energia elétrica? Sim () Não ()

6.2. Tem água potável? Sim () Não () Cisterna? Sim () Não ()
Encanada? Sim () Não ()

7. Condições de saúde (Qualidade de vida):

7.1. Quando fica doente o que faz? Tem acesso a médico?

() SUS () Particular () Plano de saúde

7.2. Alguém da família já sofreu intoxicação por agrotóxicos? Sim () Não () Morreu? Sim () Não ()

7.3. O evento ocorreu durante o período de cultivo do fumo? Sim () Não () Qual era o cultivo então?

7.4. Algum membro da família já foi atingido pela febre do fumo?

7.7. Quantos?

7.8. Em que época do ano?

8. Benfeitorias

Especificações	Dimensões (m, m ² , há)	(1)	Estado de conservação (bom, regular, precário)	Valor estimado (R\$)
		Alvenaria		
		(2) Madeira		
		(3) Mista		
Casa				
Galpão				
Estufas secagem folhas				
Açudes				
Cercas				
Galinheiro				
Automóvel				
Equipamentos				
Outros				

9- Informações ambientais

9.1. O (A) senhor (a) utiliza EPI? Para quais cultivos?

9.2. Qual é o destino das embalagens dos agrotóxicos?

9.4. Utiliza alguma técnica de conservação do solo? Sim () Não () Qual?

9.5. Qual é a topografia mais encontrada na propriedade?
() encosta () plana () acidentada

9.5.1. Toposequência da propriedade

9.5.2 Croqui total da propriedade

9.6. Existem muitas áreas com erosão e afloramento de rochas (terrenos acidentados na área da propriedade)? Há quanto tempo começaram a aparecer?

12. Pontos Fortes e Pontos Fracos da Propriedade

Relacionar os pontos fortes e fracos citados pelo agricultor e ordená-los em ordem de importância.

Atentar para questões colocadas anteriormente durante a entrevista. O técnico deve fazer também sua avaliação

12.1. Agricultor

12.2. Pesquisador

13. Ameaças e Oportunidades a Propriedade**13.1. Agricultor**

13.2. Pesquisador

ANEXO B - Notícia veiculada na Internet¹

tabaco
javascript:mailpage()

Brasil - Porto Alegre

Agricultora se mata após arresto de fumo no RS

Um arresto de fumo, pedido pela empresa fumageira Aliance One, causou o suicídio de uma agricultora do município gaúcho de Vale do Sol, na região do Vale do Rio Pardo. No dia 2 de fevereiro, sob ordem do juiz Marcelo Silva de Carvalho, a agricultora Eva da Silva teve toda sua produção de fumo tomada, para o pagamento de uma suposta dívida que teria com a empresa.

Desesperada, ela anunciou que iria se matar. Às 9h30 da manhã, ela morreu enforcada no fundo do galpão de sua propriedade. O fato está registrado na Delegacia de Polícia de Vale do Sol. No atestado de óbito, o médico responsável indica que a agricultora, de 61 anos, sofria de depressão.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) está acompanhando o caso e deve encaminhar denúncias contra a ação da empresa e do judiciário. O coordenador regional do MPA, **Vilson Rabuske**, relata que a dívida da fumicultora não estava vencida. A agricultora vendia fumo para a empresa há mais de 25 anos. "Eles buscaram esse fumo. A dívida não estava vencida, ela não estava negando a conta. Ela inclusive vendeu fumo no ano passado, em dezembro, e a empresa pagou 100% para ela, porque ela estava em dia. E no fazer o arresto, ela se desesperou, uma situação constrangedora, o oficial de justiça, mais seis brigadianos, dez pessoas para carregar o fumo. Arrombaram o galpão, ela tentou argumentar que não estava devendo, não adiantou, o oficial disse que estava cumprindo ordens. Ela disse que ia se matar, não deram bola, e ela foi para o fundo do galpão e se enforcou", afirma.

O MPA denuncia, ainda, que os homens que faziam o arresto continuaram carregando o fumo da agricultora, mesmo sabendo que ela havia se suicidado. O oficial de justiça responsável pelo caso teria ligado para o juiz Marcelo de Carvalho, que autorizou o prosseguimento. A informação foi confirmada pela Delegacia de Polícia. O MPA afirma também que, ao ser comunicada do suicídio, a **Aliance One mandou funcionários para carregar o fumo mais rapidamente.** "Ela estava morta já mas, em vez de parar o arresto, trouxeram reforço, ou seja, mais trabalhadores para carregar o resto do fumo. Carregaram todo o fumo e só depois foram ver o caso dela. Ela se matou durante o arresto, na hora. Ela disse para o oficial que iria se matar. Acharam o corpo, segundo dizem o oficial ligou para o juiz, e o juiz mandou continuar. Ai, ligaram para a empresa e a empresa mandou mais pessoas para carregar mais ligeiro o fumo", conta **Vilson Rabuske**.

O MPA afirma também que, ao ser comunicada do suicídio, a **Aliance One mandou funcionários para carregar o fumo mais rapidamente.** "Ela estava morta já mas, em vez de parar o arresto, trouxeram reforço, ou seja, mais trabalhadores para carregar o resto do fumo.

A empresa foi procurada para responder as denúncias, mas se limitou a enviar um comunicado

¹ ALMEIDA, L. R. Agricultora se mata após arresto de fumo no RS. **Rel-UITA**, Montevideo, 27 feb, 2007. Disponível em: <http://www.rel-uita.org/sectores/tabaco/agricultora_se_mata.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2010.

oficial. No texto, a **Aliance One** lamenta o ocorrido e diz que o suicídio foi uma "fatalidade". A empresa diz que a ação foi motivada por "quebra de contrato" e se coloca à disposição das autoridades para esclarecimentos. Sobre a informação de que a empresa teria mandado funcionários seus ajudarem no arresto do fumo, após o suicídio da agricultora, a assessoria de imprensa não respondeu, afirmando que a resposta da empresa será apenas o que está no comunicado oficial. No Fórum de Vale do Sol, foi informado que o juiz está de férias. O oficial de justiça foi procurado, mas não foi localizado pela reportagem.

O arresto é uma medida em que a justiça autoriza que a empresa tome o fumo do agricultor, em troca de dívidas. De acordo com o **MPA**, casos de arresto arbitrário estão sendo cada vez mais freqüentes na região do Vale do Rio Pardo. **Vilson Rabuske** afirma que o movimento irá denunciar o caso da agricultora **Eva da Silva**. "Esse arresto nem deveria ter saído. A empresa usou de mentiras no processo que mandou para o judiciário, e o judiciário simplesmente mandou fazer o arresto. As empresas usam esse artifício, porque o judiciário simplesmente é omissivo. E nós temos que parar com isso. Temos que denunciar e é o que vamos fazer. A direção estadual do **MPA** vai denunciar nos órgãos competentes, Assembléia, Direitos Humanos, Ministério Público Federal. Enfim, vamos fazer tudo que deve ser feito", afirma.

Um estudo conduzido pelo engenheiro agrônomo **Sebastião Pinheiro**, de 1996, analisa a relação do uso de agrotóxicos com os suicídios entre agricultores ocorridos no município de Venâncio Aires. De acordo com o estudo "Suicídio e doença mental em Venâncio Aires", o município registrou uma média de 11 suicídios por ano, entre 1979 e 1995. **Tudo indica que devido ao uso excessivo de veneno nas lavouras de fumo.**

Por Luiz Renato Almeida

Agência Chasque
27 de febrero de 2007

NdE: Rel-UITA agradece a Roberto Ruiz el envío de esta nota.

[Volver a Portada](#)

UITA - Secretaría Regional Latinoamericana - Montevideo - Uruguay

Wilson Ferreira Aldunate 1229 / 201 - Tel. (598 2) 900 7473 - 902 1048 - Fax 903 0905

ANEXO C - Cópia de contrato de compra e venda de Tabaco em folha

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE TABACO EM FOLHA – SAFRA 2009/2010

ALLIANCE ONE Brasil Exportadora de Tabacos Ltda., com sede
 RS, inscrita no CNPJ/MF sob no. (“EMPRESA”) e, de outro
 lado, o Sr.(a) _____ estado civil Casado, agricultor(a), portador(a) da CI nº.
 50400557972, inscrito(a) no CPF sob nº.
 Município _____, Estado RS (“PRODUTOR”).

Considerando que:

1. O sistema integrado de produção de tabaco (“Sistema Integrado”) constitui-se na cooperação entre o PRODUTOR e a EMPRESA visando à obtenção de benefícios mútuos no processo de planejamento, financiamento, levantamento de custos de produção, suporte técnico e comercialização.
2. O presente Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha (“CONTRATO”) tem como fim principal regular todos os aspectos da relação entre a EMPRESA e o PRODUTOR, principais agentes do Sistema Integrado, esclarecendo conceitos inerentes ao Sistema Integrado e estabelecendo de forma transparente os direitos e deveres das partes envolvidas;
3. Como parte do Sistema Integrado, a EMPRESA oferece assistência técnica gratuita, incluindo orientações sobre melhores práticas agrícolas, venda de sementes certificadas, uso adequado de insumos, manejo seguro de agrotóxicos, medidas de preservação ambiental e desenvolvimento de ações conjuntas de responsabilidade social;
4. Também como parte do Sistema Integrado, o PRODUTOR está ciente de que o tabaco objeto do presente CONTRATO será industrializado, sendo base de compromissos e obrigações da EMPRESA perante os seus clientes no Brasil e no exterior;

As partes têm entre si certa e ajustada a celebração do presente CONTRATO, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. COMPROMISSOS DA EMPRESA

1.1. Pelo presente CONTRATO, a EMPRESA adquire do PRODUTOR a totalidade do tabaco em folha por este produzido (“TABACO”), a ser classificado de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 13 de Abril de 2007 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou legislação superveniente, conforme a estimativa de produção a seguir indicada.

Tipo de Tabaco: virginia Mil Pés de Tabaco: 25 Estimativa - Kg: 3-000
 Hectares de Tabaco: 40 Semente Variedade: ny 77

1.2. A totalidade do TABACO em folha produzido deverá ser disponibilizada pelo PRODUTOR para classificação nas instalações da EMPRESA no endereço que vier a ser definido ou acordado pelas partes. É assegurado ao PRODUTOR o direito de, pessoalmente, acompanhar a classificação do TABACO, segundo os termos da regulamentação aplicável. O PRODUTOR reconhece que, caso deixe de acompanhar a classificação, a classificação realizada pela EMPRESA será, para todos os fins, válida para as partes.

1.3. De maneira a garantir a boa qualidade do TABACO adquirido, nos termos dos padrões de qualidade da EMPRESA e em consonância com as cláusulas deste CONTRATO, a EMPRESA compromete-se a vender e/ou recomendar as sementes, os insumos agrícolas e outros materiais básicos necessários, aprovados, certificados para o mercado nacional e internacional e adequados para o cultivo de tabaco, para os hectares, mil pés e tipo de tabaco acima acordados, sempre em comum acordo com o PRODUTOR e segundo o receituário agrônomo elaborado por profissional habilitado.

1.3.1. Poderá o **PRODUTOR** adquirir as sementes, os insumos agrícolas e outros materiais básicos necessários de qualquer fornecedor qualificado, desde que aprovados pelos órgãos governamentais competentes, certificados para o mercado nacional e internacional e adequados para o cultivo do tabaco, para os hectares, mil pés e tipo de tabaco objeto deste CONTRATO, sempre segundo o receituário agrônômico elaborado por profissional habilitado.

1.3.1.1 Considerando que: (i) a **EMPRESA**, poderá celebrar com uma instituição bancária (“Banco”) um convênio para a execução de um programa conjunto de aplicação de crédito rural para apoiar a integração da cadeia de fumo (“Convênio”); (ii) de acordo com tal Convênio, o Banco disponibilizará recursos para financiar a fumicultura em operações de custeio e investimento agrícola, aos respectivos produtores; (iii) caso celebrado o Convênio, a **EMPRESA** será devedora coobrigada e responsável por todas as obrigações decorrentes dos desembolsos efetuados pelo Banco aos produtores nos financiamentos das operações de crédito previstas no Convênio; as partes estabelecem que:

a) A **EMPRESA** poderá pagar ao Banco todos os valores devidos pelo **PRODUTOR** com base no Convênio e em outros documentos relacionados ao financiamento das operações de crédito rural concedidos ao **PRODUTOR**;

b) Dessa forma, a **EMPRESA**, com fundamento nos artigos 285 e 346, inciso I, do Código Civil, subrogar-se-á nos direitos do Banco, tendo direito de receber do **PRODUTOR** o valor equivalente a todos os pagamentos realizados ao Banco em cumprimento de obrigações do **PRODUTOR**, incluindo taxas bancárias e juros aplicáveis;

c) A **EMPRESA** poderá cobrar junto ao **PRODUTOR** o pagamento previsto no item “b” acima por meio de retenções de valores, durante a comercialização do TABACO, com base nos documentos emitidos pelo Banco que possibilitem o reembolso, conforme previsto no Convênio.

1.3.1.2. Sobre os insumos agrícolas adquiridos, e demais créditos (Valores de Custeio) recebidos pelo **PRODUTOR** da **EMPRESA**, que não forem financiados nos termos da cláusula 1.3.1.1, por opção ou impedimento do **PRODUTOR**, ou, ainda, em função do cenário econômico nacional, incidirão juros legais de, no máximo, 12% (doze por cento) ao ano ou fração. Tais juros serão calculados desde o dia 01/07/2009 ou do dia da emissão, pela **EMPRESA**, da Nota Fiscal de venda dos insumos, se posterior, ou da data do adiantamento dos Valores de Custeio, até a data de liquidação do débito, constituindo, para todos os fins, parte do pagamento do preço final da compra e venda ora pactuada.

1.4. A **EMPRESA** compromete-se a disponibilizar para compra por parte do **PRODUTOR** os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), necessários ao manuseio e aplicação de defensivos agrícolas, bem como a vestimenta protetora apropriada para a colheita de tabaco. Tais produtos poderão ser adquiridos pelo **PRODUTOR** de outro fornecedor qualificado, desde que atendidos os requisitos de segurança do trabalho determinados pela legislação aplicável e adotados pela **EMPRESA**. Optando o **PRODUTOR** pela aquisição dos equipamentos disponibilizados para compra pela **EMPRESA**, o preço de tais produtos, correspondente apenas ao seu custo, será, para todos os fins, descontado dos valores a serem pagos pela **EMPRESA** pela compra e venda de TABACO objeto deste CONTRATO.

1.5. Compromete-se ainda a **EMPRESA** a colocar à disposição do **PRODUTOR**, gratuitamente, seu corpo técnico para consultas sobre as melhores práticas agrícolas por meio de visitas individuais, reuniões em grupo ou, ainda, por meio de boletins técnicos e publicações, durante todo o ciclo da cultura do TABACO até o término de sua comercialização, conforme especificado no Relatório para Comprovação de Assistência Técnica.

1.6. O transporte de TABACO, do local onde é armazenado pelo **PRODUTOR** até as instalações da **EMPRESA** mencionadas na cláusula 1.2. acima, será efetuado pelo transportador indicado pelo **PRODUTOR**, desde que este transportador também seja prestador de serviços de transporte de tabaco para outros produtores que forneçam TABACO à **EMPRESA**, conforme lista de transportadores por região por ela divulgada. O frete em questão será pago pela **EMPRESA**.

1.6.1. A obrigação de custear o frete limita-se ao TABACO adquirido pela EMPRESA uma vez que este atenda e esteja em conformidade com os requisitos da Instrução Normativa mencionada na cláusula 1.1.

1.6.1.1. A EMPRESA não se responsabiliza por qualquer alteração na qualidade e quantidade do TABACO ocorrida durante o transporte, seja pela falta de fardos, TABACO molhado e demais perdas e prejuízos ocorridos durante o transporte, do local de armazenamento do PRODUTOR até as instalações da EMPRESA, sendo que a EMPRESA fornecerá ao PRODUTOR declaração das condições em que recebeu a mercadoria.

2. COMPROMISSOS DO PRODUTOR

2.1. Até os limites da estimativa contratual devidamente revisada na forma da cláusula 3.1. deste CONTRATO, o PRODUTOR efetua a venda para a EMPRESA, em caráter irrevogável e irretroatável, nos termos do artigo 482 do vigente Código Civil Brasileiro.

2.1.1. Será considerado descumprimento do presente CONTRATO por parte do PRODUTOR a hipótese deste fornecer o TABACO em desconformidade com o volume por posição na planta (X, C, B e T).

2.1.2. O PRODUTOR compromete-se a informar a qualquer terceiro que lhe faça oferta de compra do TABACO objeto deste CONTRATO que: (1) o TABACO integra o Sistema Integrado da EMPRESA e (2) o PRODUTOR está comprometido com a EMPRESA, nos termos do presente instrumento.

2.2. Compromete-se o PRODUTOR a utilizar na lavoura de TABACO, segundo os volumes e demais especificações acordados entre EMPRESA e PRODUTOR, somente fertilizantes, defensivos (tais como inseticidas, fungicidas, herbicidas, antibrotantes) e produtos biológicos nos padrões e referências aprovados pelos órgãos governamentais competentes e recomendados pela EMPRESA, de acordo com as especificações técnicas contidas no Receituário Agrônomico, bula e/ou rótulo do produto.

2.2.1. Poderão ser efetuadas análises aleatórias do TABACO produzido pelo PRODUTOR, com o objetivo de detectar o uso de defensivos não recomendados ou a aplicação de produtos recomendados em quantidades acima das especificadas ou ainda em épocas não adequadas. Caso seja detectado algum resíduo nas análises que serão feitas, o custo decorrente destas será debitado ao PRODUTOR, em sua conta corrente junto à EMPRESA.

2.2.2. O TABACO que apresentar resíduos de produtos não recomendados ou resíduos de produtos recomendados em quantidade acima das toleradas será rejeitado pela EMPRESA, sendo também rejeitado o restante da produção de TABACO do PRODUTOR ainda depositado em seu paiol.

2.2.3. Da mesma forma, será rejeitado o TABACO que estiver contaminado por corpos orgânicos, tais como fungos ou bactérias, bem como aquele que apresentar quaisquer outros corpos ou odores estranhos àqueles tipicamente verificados na folha de TABACO conservada em condições adequadas. O PRODUTOR e a EMPRESA reconhecem que as especificações e exigências referentes aos defensivos e produtos utilizados na produção do TABACO são de mútuo interesse, considerando a necessidade de preservar a qualidade do TABACO e o bem-estar e saúde do consumidor.

2.3. Compromete-se o PRODUTOR a utilizar somente as sementes de tabaco vendidas e/ou recomendadas pela EMPRESA, reconhecendo o PRODUTOR que tal prática se deve à característica da cultivar da semente, a qual define melhores resultados da lavoura, o que beneficia ambas as partes.

2.4. Com o objetivo de permitir uma correta avaliação dos volumes de produção, o PRODUTOR de tabacos Virginia se compromete a preencher e manter atualizada uma Planilha de Controle de Colheita e Cura, a qual será afixada na estufa de cura, em lugar visível e de fácil acesso, na qual o PRODUTOR, de acordo com os diferentes procedimentos adotados para a colheita, cura e secagem dos tabacos tipo Virginia, efetuará as seguintes anotações: Datas de colheita, número de varas/grampos colhidos e o peso de 10 (dez) varas/grampos de tabaco seco por estufada.

2.5. Compromete-se o **PRODUTOR** a fornecer o **TABACO** em folha manocada, enfardado e isento de qualquer material estranho, observados os teores de umidade especificados na Instrução Normativa acima mencionada. O **PRODUTOR** também concorda em participar de eventuais auditorias, nos termos da cláusula 3.4 abaixo, que a **EMPRESA** vier a fazer para garantir total isenção de material estranho no **TABACO** a ser produzido.

2.6. O **PRODUTOR** se compromete a disponibilizar o **TABACO** adquirido para classificação nas instalações da **EMPRESA** indicadas na cláusula 1.2. acima.

2.7. O **PRODUTOR** isenta a **EMPRESA** de quaisquer responsabilidades decorrentes das atividades por ele realizadas como parte do Sistema Integrado, e se obriga ao seguinte:

- a) Somente utilizar em suas estufas de secagem de **TABACO** lenha de fonte legal e permitida em lei, preservando a mata nativa e cumprindo a legislação ambiental.
- b) Realizar a tripla lavagem das embalagens de defensivos agrícolas de acordo com o disposto nas embalagens e/ou rótulos, bem como atender o descrito quanto à devolução e/ou descarte das embalagens vazias.
- c) Não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins que não estejam registrados e autorizados pelos órgãos governamentais competentes.
- d) Não permitir a manipulação de quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins por menores de 18 (dezoito) anos, maiores de 60 (sessenta) anos e por gestantes;
- e) Não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, em desacordo com a receita e as indicações dos rótulos e bulas, previstas em legislação vigente;
- f) Não reutilizar, para qualquer fim, as embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, cuja destinação final deve atender à legislação vigente;
- g) Não armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins a céu aberto;
- h) Armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins conforme dispõem as normas da legislação vigente e as especificações do fabricante constante dos rótulos e bulas;
- i) Sinalizar as áreas recém-tratadas com quaisquer agrotóxicos adjuvantes e produtos afins, sendo vedado o trabalho nessas áreas antes do término do intervalo, salvo com uso dos equipamentos de proteção individual adequados;
- j) Manter em sua propriedade armário resistente, chaveado e sinalizado com placas e cartazes com símbolos de perigo, com a finalidade exclusiva de armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, que permita limpeza e descontaminação, com acesso restrito aos trabalhadores orientados a manusear os referidos produtos. Que, dentro do prazo de cinco anos contados de 01/01/2009, todos os armários já existentes destinados ao armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, bem como, imediatamente, todos os novos armários, sejam resistentes e instalados em local coberto e com ventilação adequada, com comunicação exclusivamente externa e acesso restrito aos trabalhadores orientados a manusear os referidos produtos, se dotados de proteção, não permitindo o acesso de animais e viabilizando a limpeza e descontaminação;
- k) Os armários deverão estar a mais de 30 (trinta) metros das habitações locais onde são conservados ou consumidos alimentos, medicamentos ou outros materiais, e de fontes d'água;
- l) Manter os equipamentos de aplicação de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins em perfeito estado de conservação e funcionamento, inspecionando-os antes da aplicação e utilizando-os para a finalidade indicada e operando-os dentro dos limites, especificações e orientações dos fabricantes;
- m) Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (E.P.Is) adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- n) Atender à legislação e normas regulamentadoras relativas à proteção da saúde e do meio ambiente;
- o) Cumprir a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, em todas as fases da cultura do tabaco em folha, notadamente no que se refere a não-utilização, sob qualquer meio ou forma, da mão de obra infantil nas atividades decorrentes deste CONTRATO.

2.7.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretroatável do presente CONTRATO, a **EMPRESA** reserva-se o direito de rejeitar o **TABACO** do **PRODUTOR** que tenha sofrido condenação judicial em decorrência da inobservância de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula.

3. COMPROMISSOS COMUNS

3.1. O volume de produção expresso na cláusula 1.1. deste CONTRATO poderá ser atualizado segundo revisões de estimativa de safra efetuadas de comum acordo entre EMPRESA e PRODUTOR, levando-se conta a interferência de fatores supervenientes, admitidas variações de até, no máximo, 5% (cinco por cento) para mais ou para menos. Fica acordado entre as partes que as atualizações de estimativa terão como limite o final da colheita, não sendo admitidas revisões posteriores.

3.1.1. Caso a variação no volume de produção previsto neste CONTRATO seja superior a 5% (cinco por cento) para mais, a EMPRESA poderá, a seu exclusivo critério, comprar do PRODUTOR a produção excedente de TABACO, nas mesmas condições comerciais previstas neste CONTRATO. Entretanto, caso o volume de TABACO efetivamente produzido e disponibilizado para entrega à EMPRESA seja inferior a 95 (noventa e cinco por cento) do volume previsto neste CONTRATO, o PRODUTOR deverá pagar à EMPRESA a penalidade prevista na cláusula 4.1 abaixo em relação a tal diferença de volume.

3.1.2. O PRODUTOR declara que o TABACO vendido está livre e desembaraçado, não estando sujeito a qualquer ônus e restrições, tampouco empenhado em favor de terceiros ou oferecido em garantia de qualquer crédito. O PRODUTOR declara, também, que não possui a capacidade produtiva de sua lavoura contratada com terceiros alheios à relação contratual ora pactuada.

3.2. Fica ajustado entre a EMPRESA e o PRODUTOR que o preço a ser pago pelo TABACO terá como base o custo de produção e o cenário econômico pertinente à atividade. Caso a EMPRESA e o PRODUTOR não entrem em acordo quanto ao preço a ser pago pelo TABACO, as partes concordam que será aplicado o preço praticado pela EMPRESA por classe de TABACO na safra anterior.

3.2.1 Não havendo a concordância do PRODUTOR com a classificação do TABACO atribuída pela EMPRESA, a classificação poderá ser intermediada por técnico da EMATER ou entidade equivalente presente no local.

3.2.2 Permanecendo a discordância quanto à classificação, ou havendo discordância quanto ao preço a ser pago pelo TABACO, resultando ineficaz a negociação entre o PRODUTOR e a EMPRESA, a compra e venda não ocorrerá, devendo o PRODUTOR, no entanto, honrar de imediato seus compromissos e obrigações perante a EMPRESA, relativamente aos itens e valores previstos neste CONTRATO, inclusive no que tange ao financiamento do qual a EMPRESA seja eventualmente garantidora ou coobrigada.

3.2.2.1 Na hipótese de não ocorrer a compra e venda, fica desobrigada a EMPRESA de pagar o preço estabelecido pelo PRODUTOR de entregar o TABACO à EMPRESA, exceto pela qualidade e quantidade suficiente para satisfazer seus compromissos e obrigações perante a EMPRESA, inclusive no que tange ao financiamento do qual a EMPRESA seja eventualmente garantidora ou coobrigada. O PRODUTOR reconhece esta obrigação em caráter irrevogável e irretroatável, sendo o preço do TABACO definido conforme estabelecido no item 3.2 acima.

3.3. O PRODUTOR compromete-se a obedecer as normas fiscais aplicáveis à atividade de produtor rural, especialmente no que se refere à compra e venda de TABACO, insumos agrícolas, transporte e outras atividades vinculadas e inerentes ao Sistema Integrado de produção de TABACO.

3.4. O PRODUTOR autoriza a EMPRESA, por si ou através de terceiros especialmente designados, a realizar auditoria na produção, na lavoura, estufas, depósitos e todos os locais a ela vinculados, em todas as fases da cultura, desde a semeadura, passando pela fase da colheita, secagem, armazenagem, transporte e sua entrega à EMPRESA, podendo, para tanto, ser documentada a situação em referência por meio de laudos técnicos e fotográficos.

4. CLÁUSULA PENAL

4.1. Sem prejuízo do pagamento da respectiva indenização, se o PRODUTOR não entregar a produção de TABACO, ou, em não o fazendo, não devolver os valores adiantados pela EMPRESA, com todos os encargos incidentes, ou, se a EMPRESA não pagar o preço conforme cláusula 3.2 acima, deverá pagar à parte

prejudicada, conforme o caso, uma multa não compensatória, estabelecida em 10% (dez por cento) sobre o valor da produção de TABACO não entregue, levando-se em conta o volume total especificado acima e a variação permitida, conforme previsto nas cláusulas 1.1, 3.1 e 3.1.1 acima, ou sobre o valor em atraso devido pela EMPRESA. Para o cálculo do valor em reais da multa pactuada será utilizado o valor por quilo da classe TO2, para a produção do tipo Virgínia, e o valor por quilo da classe C2, para a produção do tipo Burley, permanecendo o CONTRATO em todos os seus termos e condições.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO.

5.1. O presente CONTRATO vigora a partir de sua assinatura até o dia 30 (trinta) de junho de 2010, devendo toda e qualquer alteração ser realizada por escrito, tendo o seu vencimento antecipado pelo descumprimento de qualquer das cláusulas ou condições acima. Este CONTRATO também terá seu vencimento antecipado caso o PRODUTOR efetive a entrega do TABACO nos volumes contratados, liquidando a totalidade de seus débitos junto à EMPRESA antes da data acima referida.

6. FORO DE ELEIÇÃO

6.1 O presente compromisso obriga as partes, seus herdeiros e/ou sucessores, ficando eleito o foro do domicílio do PRODUTOR para dirimir as dúvidas ou controvérsias oriundas deste CONTRATO.

E, por estarem certos e contratados entre si, firmam, na presença de 2 (duas) testemunhas, o presente **Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha em 2 (duas) vias de igual teor**, sendo uma via para cada um dos contratantes.

_____ de _____ de _____

ALLIANCE ONE Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.

Produtor: _____

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura _____

CPF/MF: _____

CPF/MF: _____

ANEXO D - Reportagem Sebastião Pinheiro sobre “O negócio do Veneno é mais rentável que o do Remédio”¹

Hoje, assegura Sebastião Pinheiro, todos os seres vivos estão contaminados com resíduos de DDT, o maior causador de câncer de próstata e de mama

A **IHU On-Line** conversou, por telefone, com o agrônomo Sebastião Pinheiro, responsável, junto com outros pesquisadores gaúchos, pela pesquisa divulgada em 1996, que avaliava a relação entre o índice de suicídio, o cultivo de fumo no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul e os agrotóxicos. Pouco mais de dez anos depois de realizar um trabalho denunciando casos de suicídios na região, Pinheiro diz que novos estudos não chegaram a nenhuma conclusão, e relata que crianças em idade escolar, no município de Santa Cruz do Sul, até recentemente tomavam medicamentos para curar a depressão. Segundo ele, a justificativa para a aumento da doença na região é clara: os jovens “colhem fumo com as mãos, o veneno que está nas folhas da planta entra no corpo deles e provoca uma depressão”.

De acordo com o pesquisador, o negócio financeiro mais rentável, atualmente, é transformar petróleo em medicamento ou veneno. “Não é possível, através de remédios, fazer com que toda uma população fique doente, mas é fácil criar uma agricultura deficiente”, alerta. A invasão dos agrotóxicos não se restringe apenas à agricultura. Sebastião Pinheiro conta que, no Rio de Janeiro, estão vendendo uma mistura tóxica conhecida como “chumbinho”, que tem na sua base um dos inseticidas mais perigosos do mundo, o TEMIK. “Os traficantes misturam esse TEMIK com cocaína, e essa combinação faz o efeito do tóxico aumentar muito. A pergunta é: Misturar veneno com cocaína é um conhecimento que traficante, analfabeto tem condições de saber? De onde vem essa idéia? Não será de uma fábrica gigantesca?”, questiona.

O pesquisador enfatiza ainda que o “índice de envenenamentos, de nascimento de crianças com distúrbios neurológicos, com alterações hormonais chamados de disrupção endócrina, é a maior catástrofe que existe nesse planeta fora a contaminação dos alimentos, dos rios”.

Sebastião Pinheiro é engenheiro agrônomo, engenheiro florestal e ex-analista do Laboratório de Resíduos de Agrotóxicos do Meio Ambiente, e funcionário do Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor participou de uma pesquisa em 1996 que advertia, entre outras coisas, que o uso de agrotóxicos pela indústria do fumo induzia a suicídios no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. Como está a questão atualmente?

Sebastião Pinheiro – Após aquela pesquisa inicial, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) financiou um novo estudo com médicos e doutores, da qual eu não participei. Nessa análise,

¹ PINHEIRO, S. O negócio do veneno é mais rentável do que o do remédio: entrevista com Sebastião Pinheiro. Entrevistador: IHU Online. In: **Eco Debate**, São Leopoldo, 11 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/06/11/o-negocio-do-veneno-e-mais-rentavel-do-que-o-do-remedio-entrevista-com-sebastiao-pinheiro/#>>. Acesso em: 05 de maio de 2008.

eles fizeram alguns levantamentos e, ao que me consta, não chegaram a nenhuma conclusão. Suicídio não tem uma origem única, cartesiana, direta; ele pode ter uma série múltipla de fatores. Assim, um grupo de médicos não tem condições de analisar alterações no campo eletromagnético de pessoas expostas a praguicidas ou agrotóxicos. No momento em que eles não têm capacidade de avaliar isso, o resultado do trabalho não condiz com a realidade.

Hoje, sabemos que a maioria dos agrotóxicos altera o campo eletromagnético das pessoas, levando a uma série de fatores, entre eles a pré-disposição ao suicídio. No entanto, se analisarmos qualquer documento, seja ele civil ou militar, percebemos que uma das causas mais importantes é a depressão causada pela intoxicação, a qual desencadeia os suicídios. Como o assunto é complexo, necessitaria uma equipe multidisciplinar com amplo conhecimento de venenos para investigar o caso. Entretanto, não há, no hemisfério sul, nenhuma equipe com esse gabarito.

Fumageiras no RS

Em Santa Cruz do Sul, a prefeitura tinha, até recentemente, um serviço de dar às crianças remédios faixa-preta. Crianças com idade escolar não podem tomar esses medicamentos. Por que os jovens do município têm depressão? Porque eles colhem fumo com as mãos. O veneno que está nas folhas da planta entra no corpo deles e provoca uma depressão; a nicotina por si só já é um depressivo. As empresas de agrotóxicos conseguem derrubar um presidente em algumas horas. Então, não podemos ser ingênuos e pensar que esses assuntos serão esclarecidos rapidamente.

IHU On-Line – Que fatores favorecem a contaminação através de agrotóxicos?

Sebastião Pinheiro – No Rio Grande do Sul, existem duas grandes bacias hidrográficas. Quase toda a água que chove sob o estado vai para a Bacia do Jacuí ou para a Bacia do Ibicuí. Assim, os herbicidas, inseticidas e fungicidas contaminam as pessoas, primeiramente através da água. Além disso, a contaminação se dá também pelo ar e, pior ainda, através dos alimentos ingeridos. Quando comemos, estamos ingerindo resíduos tóxicos de elementos aplicados no campo, e esses resíduos chegam um milhão de vezes mais tóxicos nos alimentos do que quando aplicados na agricultura. Isso acontece porque a molécula química sofre uma alteração pela luz do sol, pela oxidação química, pelo calor etc. Então, o veneno utilizado nas lavouras se transforma em uma substância mais perigosa.

IHU On-Line – Há quanto tempo somos contaminados por essas substâncias?

Sebastião Pinheiro – Os primeiros venenos foram inventados na Europa e começaram a ser utilizados a partir de 1900. Eles foram inventados para serem usados nas guerras e também para matar pragas, ou seja, começaram a ganhar destaque a partir da Primeira Guerra Mundial. Com isso, a atividade militar passou a ser uma atividade civil.

O negócio mais rentável, atualmente, é transformar petróleo em medicamento ou veneno. Não é possível, através de remédios, fazer com que toda uma população fique doente, mas é fácil criar uma agricultura deficiente. Assim, o negócio financeiro do veneno é muito mais importante e rentável do que o do remédio. Todos os países precisam ter um estoque de armas químicas, e ele é obtido mais barato conforme mais veneno se usa. Essa é uma questão econômica. Por isso, todos os países procuram ter um complexo industrial para fabricação de armas químicas.

Quando Saddam Hussein brigou com Bush, os americanos foram buscar no Iraque fábricas de veneno, vendidas em 1981 pelos alemães. Se fosse uma coisa criminosa, os alemães não teriam vendido. Venderam porque ganharam seis bilhões de dólares e depois ainda invadiram o país. Então, essas questões de agrotóxicos são estratégicas do ponto de vista econômico, político e ideológico.

Contaminação no Brasil

O rio mais importante do Brasil, Paraíba do Sul – entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais –, está localizado na maior área de PIB do país, pois nessa região se concentram grandes empresas. Há um mês, caíram 300 mil litros de um veneno proibido em todo o mundo, chamado Ensosulfan. Essa informação não saiu na grande imprensa porque as empresas de veneno não deixam que isso venha a público. Nessa região extremamente estratégica, quantas pessoas estão tomando água contaminada? Quantos casos de câncer e leucemia irão existir? Mas esses questionamentos não representam um problema para a indústria do agrotóxico; pelo contrário, é lucro, porque a mesma empresa que faz o veneno fabrica o antídoto e vende o tratamento de desintoxicação.

Hoje, no Rio de Janeiro, estão vendendo um tal de “chumbinho”, um inseticida chamado Temik, um dos mais perigosos do mundo. Os traficantes misturam esse Temik com cocaína, e essa combinação faz o efeito do tóxico aumentar muito. A pergunta é: Misturar veneno com cocaína é um conhecimento que traficante, analfabeto tem condições de saber? De onde vem essa idéia? Não será de uma fábrica gigantesca?

O problema do uso de venenos, hoje, é mil vezes pior do que em 1980, quando não existia lei. Isso porque vivemos uma ditadura econômica, e antes havia uma ditadura militar. Naquela época, os generais eram gerentes das fábricas de agrotóxicos e ganhavam propina sobre as vendas. Atualmente, a comercialização está aumentando de 12 a 15% ao ano. Qual é a função desse crescimento? É por necessidade ou por que é um negócio sem controle?

IHU On-Line – Como e onde são feitos os testes com agrotóxicos? Os países subdesenvolvidos estão mais susceptíveis a contaminação?

Sebastião Pinheiro – A Suíça, um país extremamente rico, tem a primeira maior empresa de agrotóxicos do mundo, chamada Ciba-Geigy. Essa companhia, na década de 80, utilizou crianças latino-americanas como cobaias para testar um agrotóxico comprovadamente causador do câncer em seres humanos. Na Suíça – já estive lá –, existe um movimento muito forte de jovens e ambientalistas para que as empresas não usem animais em pesquisas laboratoriais. Não querem usar animais, mas utilizam crianças. Eu estava na Alemanha quando isso foi denunciado, e o gerente da empresa suíça disse que, a partir daquele momento, as pesquisas deles não usariam mais papel timbrado, porque os relatórios foram feitos nesses papéis e ali estavam registradas todas as pesquisas feitas com crianças na América Latina.

Os venenos deixaram de ser utilizados em grandes quantidades na Europa, e os europeus, a partir de 1970, passaram a transferir todas as fábricas de agrotóxicos do território europeu e norte-americano para a Índia, Brasil, Argentina, o México e a China. As empresas montaram as mesmas fábricas em países periféricos. Os governos corruptos brasileiros aceitam essas empresas, oferecem terrenos e condições para que elas funcionassem aqui. Com dinheiro público, foi instalada em Camaçari, Bahia, uma fábrica de herbicidas.

Um grupo de pessoas que não tem um objetivo para seus filhos e netos não forma um país, uma sociedade; é um grupo de bandoleiros que espera para levar vantagens. O Brasil é o maior mercado de agrotóxicos do mundo, o mais rentável.

Danos à saúde

O desastre que aconteceu em Bhopal, na Índia, em dezembro de 1984, revela o perigo que os agrotóxicos representam para a sociedade. Nessa data, cerca de 40 toneladas de metil isocianato e outros gases letais vazaram da fábrica de agrotóxicos da Union Carbide Corporation, e mais de 15 mil pessoas foram intoxicadas. Durante mais de 10 anos, as crianças nasceram sem o globo ocular. O índice de envenenamentos, de nascimento de crianças com distúrbios neurológicos, com alterações hormonais chamados de disfunção endócrina, é a maior catástrofe que existe nesse Planeta, fora a contaminação dos alimentos, dos rios. No fundo do oceano Atlântico, existem 120 milhões de toneladas de DDT depositadas na lama. Hoje, não existe um ser vivo que não tenha em suas células resíduos de DDT. Não há leite materno que não tenha DDT – essa substância é o maior causador de câncer de próstata e de mama. Sempre que denunciei isso, fui levado para o FMI ou punido pelo Ministério da Agricultura; segundo eles, eu era contra o progresso.

IHU On-Line – Na cultura do fumo, qual é a média de agrotóxicos utilizada nas lavouras?

Sebastião Pinheiro – Em um ano de muita seca, há cerca de 10 anos, se chegou a utilizar 30 quilos de agrotóxicos por hectare, e alguns dados dizem que já se utilizou 100 quilos por hectare. Fumo é um cultivo muito raro e um dos mais recentes do mundo, e não existia antes de 1452. Cristovão Colombo, quando chegou a América, descobriu uma coisa rara: os índios cultivavam uma planta que secavam, enrolavam, faziam o charuto, fumavam e ficavam muito relaxados.

Imediatamente, sementes foram levadas para a Espanha. A partir daí, a cultura do fumo é uma cultura que passa a ser oferecida pela Coroa Espanhola. Como o negócio do fumo virou um vício, os ingleses também queriam dominar esse comércio. Então, a Inglaterra invadiu a colônia Espanhola na América do Norte e instalou uma colônia de imigrantes para plantar fumo. Hoje, todo o negócio do fumo pertence à Coroa Inglesa, que aluga a terra de forma barata, e não paga o que deveria. Além disso, tem no agricultor uma pessoa descartável e que, quando fica doente, joga fora. Empresas como a Souza Cruz são fachada. O maior negócio do mundo é vender fumo, porque esse é um narcótico legalizado.

Aqui no Brasil, quando um agricultor quer plantar fumo, ele é obrigado a ir a uma empresa fumageira, e a comprar a semente, o fertilizante e o agrotóxico dessa companhia. Além disso, precisa entregar toda a sua produção. Além do mais, deve pedir um crédito no Banco do Brasil em nome da fumageira, que recebe esse crédito e o revende ao agricultor.

IHU On-Line – Como compreender que a indústria fumageira é apontada como modelo de tecnologia e ao mesmo tempo expõe os trabalhadores desse ramo a péssimas condições de trabalho?

Sebastião Pinheiro – Quando vejo essas informações na mídia, fico assustado. Qual é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, onde se cultiva fumo? Eles não estão entre os cem primeiros, porque toda a riqueza criada pelo fumo não é

uma riqueza que se divide entre a população, em desenvolvimento social e humano. Isso é uma forma de roubo concedido. 73% de um maço de cigarros são impostos federais. Então, o maior beneficiário disso é o governo na arrecadação de impostos. Por isso, administrações como a de Yeda Crusius estão subordinadas a essas empresas. As fumageiras são as responsáveis no Brasil por todo o contrabando de fumo. Existem empresas aqui que foram compradas com dinheiro da primeira Guerra do Golfo.

Plantações no RS

No Rio Grande do Sul, existem 500 mil plantadores de fumo. As taxas de juros seriam baixas se esses agricultores se reunissem e tirassem um empréstimo só, como a Souza Cruz faz. No momento em que a Souza Cruz é responsável por esse intermédio, ela fica com parte das taxas, ou seja, ganha dinheiro ao revender o crédito. As empresas de fumo arrecadam com antecedência os impostos, mas, para isso, exigem que o banco dê crédito para seus agricultores plantarem o fumo. Então, eles oferecem o pagamento do imposto adiantado e abatem o valor das taxas sobre esse pagamento. Isso não é democrático, mas tributariamente é legal.

A Souza Cruz, no passado, comprava 18 navios de agrotóxicos da Alemanha. Ela não pagava taxa nenhuma e vendia o produto a preço de varejo. Quanto ela ganhou? De 400 a 600% sobre a venda. Isso mostra que o negócio do fumo é financeiro. No entanto, não existe um centro nacional de pesquisa sobre esse produto. A Embrapa tem centros de pesquisas sobre vários produtos, menos de fumo. Por quê? É proibido! É proibido nas faculdades de agronomia se estudar esse modelo de cultivo.

IHU On-Line – Como a lavoura do fumo e o uso de agrotóxico praticado nela ajudam a solidificar a monocultura e extinguir a agricultura familiar?

Sebastião Pinheiro – O cultivo do fumo é muito débil, cada pé da planta chega a 1,80 de altura e necessita de um cuidado fantástico. Além disso, esse plantio precisa de uma mão-de-obra gigantesca. Uma família rural com dez pessoas não pode tomar conta de mais de 30 mil pés de fumo. O trabalho é maciço, é preciso cuidar de pé por pé para que não nasça inço. Como necessita de uma grande quantidade de mão-de-obra, a indústria do fumo destrói a agricultura familiar, porque o agricultor familiar é obrigado a plantar tudo que necessita. O agricultor do fumo, por sua vez, não pode ter outros cultivos dentro da sua propriedade, porque a fumageira não permite. Então, esse homem passa a ser um assalariado na área rural. Ele trabalha na terra, é dono dela, mas o vínculo que tem com essa terra é de salário. Descendentes de plantadores de fumo não querem dar continuidade a essa atividade e saem da propriedade para trabalhar de operário em uma fábrica de calçados. Para o pai que criou esse filho, ver isso é o maior golpe, pois esse fato representa uma ruptura entre gerações e o respeito. O modelo econômico das fumageiras é uma das causas incidentes dos suicídios. O veneno faz mal, e esse modelo de exploração é diabólico.

IHU On-Line – Que percentual de terras do estado é destinado a esse plantio?

Sebastião Pinheiro – Um terço dos municípios do Rio Grande do Sul tem áreas plantadas de fumo. Planta-se fumo no estado em aproximadamente 200 municípios; desses, alguns plantam de 30 a 40% da área de todo o município. Por volta de 1960, a Rodésia, uma região da África no período da colonização, tinha um regime racista e não permitiam que os negros vivessem no país. Hoje, a região da Rodésia em que existia fumo se transformou em Zimbábue,

Zâmbia, Uganda. Essa gente emigrou porque os árabes passaram uma moção às Nações Unidas dizendo que, em função do racismo, nenhum país poderia comprar fumo da Rodésia. Por isso, houve uma grande migração de capitais ingleses da Rodésia para o Brasil, que passou a produzir fumo principalmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. As áreas de colônias que já existiam nesses estados foram utilizadas para esse fim.

IHU On-Line – O que mais choca nesse tipo de trabalho?

Sebastião Pinheiro – O mais dramático é o trabalho final. O ponto mais grave é que, depois de plantar o fumo, precisa secá-lo num forno e isso obriga as pessoas a trabalharem dia e noite. Não podem dormir, porque qualquer descuido pode incendiar toda a produção. Outro problema dramático é a venda. Quem determina a qualidade e o preço do produto são as fumageiras. Elas fazem uma pesquisa e averiguam como está a produção em outros países. Então, alteram a classificação aqui no Brasil. Todo o fumo de alta qualidade é comprado como de segunda categoria para aumentar a margem de lucro delas, que ganham sobre o trabalho dos agricultores. Então, a concentração de suicídios nos municípios é sempre próxima à comercialização da safra, logo depois da colheita. O trabalhador imagina que irá receber por uma classificação máxima, e recebe menos. Assim, se acha incompetente e acaba se suicidando. A indústria do fumo é uma máfia

ANEXO E - Fotos da pesquisa de campo no município estudado em 2009



Figura 13 - Estufas de fumo em alvenaria, casa do agricultor de madeira

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (ago. 2009).



Figura 14 - Detalhes do relevo ondulado encontrado na zona de mata (II)

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (ago. 2009).



Figura 15 - Detalhes do interior de uma estufa de fumo

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (ago. 2009).



Figura 16 - Agricultora preparando as arrobas de fumo para a entrega.

Fonte: Foto da autora. Pesquisa de campo (ago. 2009).